

Relações Sociais de Pesquisa:

Indagações sobre Metodologia
a partir de casos concretos



João Teixeira Lopes

[Organizador]

Ficha Técnica

Editor:

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Título: Relações Sociais de Pesquisa: Indagações sobre Metodologia a partir de casos concretos

Autor: [Vários]

Organização e Introdução: João Teixeira Lopes

ISBN: 978-989-9193-35-2

Design Capa e Paginação: Jorge Almeida

Data: novembro 2024

Local de edição: Porto

Suporte: Eletrónico

Formato: PDF / PDF/A

Ao José Madureira Pinto

ÍNDICE

INTRODUÇÃO

A METODOLOGIA NÃO É UMA FILHA DE UM DEUS MENOR (Por João Teixeira Lopes)	1
---	---

CAPÍTULO I

DESAFIOS ÉTICO-POLÍTICOS-AFECTIVOS DE CREAR CONOCIMIENTO EN LOS CONTRA ESPACIOS EPISTEMOLÓGICOS QUE HABITAMOS (Por Andrea Ruíz González)	8
Resumen	8
Desafiando los límites del conocimiento	8
El giro epistemológico desde epistemologías feministas	9
Hablando desde nuestras experiencias	10
Cuerpos desviados en el centro del conocimiento	11
Ser fiestera e investigadora	13
Principales desafíos ético-políticos-afectivos al emprender mi investigación	16
¿Es posible realizar una investigación ética?	16
La politización de la fiesta y de la academia	18
Relaciones comunitarias atravesadas por lazos de afectividad	19
Reflexiones finales	20
Referencias Bibliográficas	21

CAPÍTULO II

PUBLICAÇÕES NAS REDES SOCIAIS ONLINE: DESAFIOS ANALÍTICOS, METODOLÓGICOS E ÉTICOS PARA A INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA (Por Francisco Silva Fontes)	25
Resumo	25
Introdução	25
Os Influenciadores Digitais como novos protagonistas da era digital	26
A parca produção científica sociológica sobre os Influenciadores Digitais	28
Os benefícios e os inconvenientes da multidisciplinaridade	29
A complexidade dos dados digitais e o problema dos algoritmos das plataformas	32
Dilemas éticos dos dados das redes sociais: públicos versus privados	36
Considerações finais	41
Referências bibliográficas	42

CAPÍTULO III

PESQUISADOR-MILITANTE OU MILITANTE-PESQUISADOR? ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE PESQUISA, PSICOLOGIA E POLÍTICA (Por Tássia Bertoncini de Almeida)	51
Resumo	51
Afinal, onde termina a militante e começa a pesquisadora?	54
Psicologia para quê e para quem?	57
Que psicologia produzir, então?	61
Referências bibliográficas	65

CAPÍTULO IV

NÓS, TRABALHADORES PRECÁRIOS (Por Jorge Corsi)	67
Resumo	67
O mundo da restauração no Porto	70
A práxis dramática	72
Considerações finais	78
Notas	81
Referências Bibliográficas	82

CAPÍTULO V

PRÁTICAS E LETRAMENTOS ACADÊMICOS “DESENCAIXADOS” - UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ALÉM DAS CONVENÇÕES DOMINANTES (Por Gissele Alves)	84
Resumo	84
Apresentação: “O achado que me achou”	85
A proposta metodológica do “desencaixe”: uma exigência ética a articular as dimensões ontológicas, epistemológicas e metodológicas	87
Práticas e letramentos desencaixados: para além das convenções dominantes	93
Estratégia 1 - Carta de “algum lugar do futuro”	93
Estratégia 2 - Fazendo mais que gênero: Produção de uma resenha acadêmica sobre o debate regrado “Educação, Juventudes e Cotas Sociais”	94
Estratégia 3 - Seminário “Nós na universidade e a Universidade em nós”	95
Considerações finais	97
Notas	99
Referências bibliográficas	100

CAPÍTULO VI

IDADE UNIVERSITÁRIA EM DISCUSSÃO: O ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS MADUROS (Por Rafael Sammarco Martins)	102
Introdução	103
Procedimentos metodológicos	106
Resultados aferidos	107
Considerações finais	114
Notas	118
Referências bibliográficas	119
BIO	121

A METODOLOGIA NÃO É UMA FILHA DE UM DEUS MENOR

Por João Teixeira Lopes

A experiência acumulada de orientador e de avaliador de inúmeras teses baseadas em projetos de pesquisa leva-me a algum pessimismo quanto à situação atual da reflexão epistemológica. O estado do campo científico no domínio da sociologia facilita um certo relaxamento nas práticas de questionamento metódico dos itinerários da investigação, tomada não como uma substância imaterial, mas antes como uma prática fortemente incrustada em formações sociais concretas, quadros institucionais determinados e relações que expressam desiguais níveis de agência e de poder. Capítulos metodológicos reduzidos a parcos parágrafos, por vezes em apresadas notas introdutórias ou digressões estandardizadas e abstratas sobre cardápios de métodos e técnicas, revelam o que desconhecem: a centralidade da objetivação das relações sociais que acontecem *na* e *pela* pesquisa, mas cuja configuração obedece a relações de força, a um mesmo tempo materiais e simbólicas, que em muito transcendem os contextos de terreno. Talvez se considere mais excitante a produção acelerada de resultados publicáveis a curto prazo; talvez se considerem os controles epistemológico-metodológicos como um adquirido e, por isso redundantes e subsumidos, talvez, enfim, se procure uma originalidade imaginada como leveza assistemática, à qual perturbam os avanços e recuos do pêndulo reflexivo.

Todas as relações que se estabelecem durante o trabalho de terreno são práticas sociais. Por isso, quem esquece o cariz situado e relacional das trocas entre sujeito-que-observa e sujeito-que-é-observado comete um grave erro. A metodologia, caminho crítico que organiza as escolhas da pesquisa empírica, não existe artificialmente, amputada de um todo em que se interliga teoria e observação. Medir comportamentos, categorizá-los e relacioná-los com

INTRODUÇÃO

causas e /ou motivos, exige um particular cuidado para não simplificar a realidade em estudo, nem a submeter às falsas evidências do costumeiro e confortável “senso comum”. Todos os problemas de observação, aparentemente “práticos”, são, na verdade, e antes de mais, “problemas teórico-práticos”, na medida em que necessitamos de um claro entendimento conceptual sobre questões primordiais, a saber:

- Como pressupostos não-assumidos, implícitos, do investigador e das pessoas observadas (ideológicos, simbólicos, linguísticos, etc.) influem na percepção seletiva dos fenómenos em observação e nas trocas linguísticas em presença. Refiro-me, em concreto, à intensa imbricação nas ciências sociais de uma profusão de ideologias práticas (“noções-representações-imagens inscritas em comportamentos-condutas-actitudes-gestos” [Almeida & Pinto, 1990: 89]) com processos mais codificados de elaboração teórica;

- Como as pertenças estruturais (classe, género, etnia, idade...) situam e condicionam as operações do investigador no plano do terreno, sem esquecer o domínio da *intersubjetividade*, na medida em que o terreno relaciona sujeitos com papéis, repertórios e recursos distintos (o sujeito-que-investiga e o sujeito-que-é-investigado), circunstância que remete, por isso, para a distribuição diferencial do poder *in situ* (expressa no volume e capitais de cada um dos intervenientes que se mobilizam na situação de pesquisa, constringendo-a);

- Como os sujeitos se classificam através dos operadores que eles mesmos utilizam para classificar a situação/relação de pesquisa, o que exige um conhecimento acumulado sobre os processos sociais da comunicação e da linguagem, isto é, uma declinação dos ensinamentos de uma sociologia da linguagem e dos seus efeitos performativos (as representações simbólicas *criam* realidades);

INTRODUÇÃO

- Em suma, como se sistematiza “uma estratégia de controle metodológico do processo de observação e medida em sociologia” atenta “aos circunstancialismos práticos da observação empírica” (Pinto, 1984b: 137) em estreita relação com o que escapa à ordem da interação observador/observado (escala micro), isto é, o atrito das estruturas sociais (escala macro) e as configurações dos quadros institucionais (escala meso) em que se desenvolve a pesquisa.

Na verdade, algumas versões compreensivas, desconstrucionistas ou mesmo “pós-modernas” da investigação científica desistem de mobilizar procedimentos de crítica e vigilância epistemológicas, recusando a preciosa construção de *teorias auxiliares de pesquisa*, na senda de Hubert Blalock (Pinto, 1984a; Blalock, 1970). Ora, nesse vazio, não raras vezes se substitui a metódica objetivação das situações de pesquisa observacional por um inefável espontaneísmo, porventura rico em intuição e empatia, mas extremamente vulnerável à multiplicação não controlada e pré-reflexiva de bondades de senso comum.

Em sentido contrário, quer as propostas de Pierre Bourdieu sobre a hétero e autovigilância epistemológicas e as formas de objetivação participante, quer as epistemologias do ponto de vista, em muito devedoras dos estudos feministas e dos grupos subalternos (Lépinard & Lieber, 2020), enfatizam a ligação entre práticas científicas, posições no espaço social e visões do mundo, insistindo no cariz socialmente situado da produção de conhecimento e na tensão existente entre os diferentes saberes (seja no sentido da rutura e da descontinuidade, seja no plano dos cruzamentos).

José Madureira Pinto, em artigo célebre, clama, precisamente, pela necessidade de um “racionalismo alargado”, de “segundo grau”, que leve a reflexão sociológica às próprias “rotinas” e operações metodológicas, de modo a evitar o insinuante “efeito de naturalização/neutralização das situações de pesquisa” (Pinto, 1985: 133).

INTRODUÇÃO

Ora, é precisamente nesses detalhes virtualmente benévolos e impressionistas que se incute a irracionalidade da prática preguiçosa, pois que se abandona a validação metódica das rotinas de pesquisa, semeando crenças, projeções e percepções que podem dizer muito das idiosincrasias do investigador, mas que também revelam a sua crua impreparação. Reside aí o gérmen da ilusão da transparência do real para certos pesquisadores de terreno, por se considerarem impregnados de uma suposta competência “psíquica” que lhes permite, através de um transporte simbólico e simbiose experiencial, colocarem-se imaginariamente no lugar do observado. Todavia, tal transporte empático só é possível à custa de um poderoso esquecimento, pois oblitera-se a consciência do sistema de relações sociais desiguais em que os intervenientes no processo de pesquisa se inscrevem e que encontra tradução numa série de dissonâncias semióticas, de desencontros entre graus de “legitimidade linguística”, de silêncios, interditos ou vinculação seletiva a imagens gratificantes e interessadas da situação (retóricas de manutenção da “honra social”, reações de prestígio, técnicas de apresentação do “eu”, etc.). A situação de pesquisa é, tão frequentemente, uma parada em que uns e outros tentam definir e controlar a situação, produzindo as suas fachadas, cenários e performances através das armas comunicativas à mão de semear, isto é, dos recursos linguísticos (verbais e não verbais) que exprimem distância, proximidade, domínio, vergonha...

Sem a articulação entre os aspetos situados da construção de significados e as dimensões necessariamente estruturais, independentes da vontade dos agentes, como a classe, a etnia ou o género, perde-se a “verdade” do contexto (relacional e sistémico) da situação de pesquisa.

Ora, em contexto de seminário informal, tendo vindo a debater estas preocupações com um grupo de estudantes de doutoramento e

INTRODUÇÃO

pós-doutoramento, de diversas nacionalidades. Desafiei-os, pois, para este pequeno livro, a pararem para pensar nas implicações sociais das suas pesquisas, enquanto “gatilhos” que desencadeiam situações específicas e que exigem pensamento epistemológico e autorreflexividade. Convite para um exercício sempre difícil: observar a prática científica, ela mesma feita de observação. “Entrar” e “sair”, aproximar-se e ganhar distância, fazer, enfim, como Bourdieu advoga a propósito da “objetivação participante”: “objetivação do ponto de vista a partir do qual ela se opera” , objetivar aquele que objetiva (Bourdieu, 2001: 398), tal como um fotógrafo algo bizarro que apenas consegue fazer o seu trabalho colocando-se simultaneamente fora e dentro do campo de visão, analisando, criticando e entendendo os limites, as possibilidades e os impactos sociais do seu labor.

Assim, Andrea Ruíz González, a propósito da sua investigação de doutoramento sobre o movimento Free Party, abraço o desafio de pensar sobre os dilemas ético-políticos-afetivos com que se defrontou na interseção de duas esferas de vida: a academia (ela é estudante de doutoramento) e as festas (ela participa ativamente em associações feministas que organizam e produzem os eventos festivos). Dito de outro modo, Andrea preocupa-se com a articulação entre processos de subjetivação pessoais e coletivos, por vezes conflituantes e exigindo distanciamento crítico apesar da comunhão afetiva, sob o limbo de uma incomodidade permanente (e autorreflexiva).

Francisco Fontes, por seu lado, debruça-se sobre as questões éticas levantadas pela sua pesquisa de doutoramento que tem como objeto os influenciadores digitais. Desde logo, impõe-se uma reflexão acurada sobre a definição da natureza pública ou privada dos dados. Dada a natureza dinâmica e mutável do ciberespaço, o autor defende princípios e processos éticos mais situacionais, flexíveis, adaptáveis e reflexivos.

INTRODUÇÃO

Tássia Almeida aborda no seu texto, que em certa medida dialoga com Andrea González, as dificuldades em estabelecer trânsitos entre o papel de militante em coletivos e movimentos sociais e a atuação como pesquisadora e psicóloga. O caminho percorrido leva-a a perceber tanto a autonomia relativa das duas lógicas (científica e engajada), como os pontos de contato, numa perspectiva de responsabilidade ético-política transformadora.

Jorge Corsi exercita, através de um exercício autoetnográfico, as passagens das experiências individuais (ele que foi trabalhador precário da restauração) para os processos sociais mais vastos, no âmbito de uma pesquisa de doutoramento sobre “Neoliberalismo e desvalorização do trabalho. Vivências laborais de trabalhadores da restauração do Porto”, valorizando os plurais mecanismos de estruturação das memórias e apostando nas narrativas de vida como técnica que liga a a história individual aos ritmos coletivos.

Gissele Alves, investigadora de pós-doutoramento em Sociologia na Universidade do Porto, apresenta-nos, a propósito de um estudo já concluído sobre o acesso ao ensino superior no Brasil e as políticas de ação afirmativa, uma proposta metodológica do “desencaixe”, de cariz qualitativo, alicerçada num referencial teórico-metodológico interdisciplinar que cruza os Estudos Críticos do Discurso, os Estudos Críticos da Literacia e a Sociologia da Juventude, da Educação e da Cultura. A proposta problematiza práticas e convenções dominantes para explorar para além dos seus limites e, assim, possibilitar aos jovens estudantes o exercício da reflexividade, através do que designa de “experienciação do “desencaixe”, isto é, de práticas e letramentos “desencaixados”, de modo a favorecer a permanência e o êxito na universidade, potencializando percursos, projetos e agência juvenil.

Finalmente, Rafael Martins, na sua investigação de doutoramento sobre o acolhimento a estudantes universitários maduros (em Portugal

diríamos «com mais de 23 anos»), analisa as dificuldades encontradas no relacionamento com as autoridades académicas, por vezes ciosas do poder da informação que guardam. O autor percebeu que os cargos e a perspectiva de ascensão dentro da hierarquia universitária, isto é, as relações de poder, funcionam enquanto mecanismos de preservação de uma certa fachada institucional, deixando-a razoavelmente blindada a críticas, o que o levou a diversificar a rede de informantes privilegiados, de modo a cruzar e complementar a informação recolhida, indo além do discurso oficial desses dirigentes.

Contributos, em suma, para não esquecermos que a reflexão epistemológica concebe a metodologia e a pesquisa como práticas sociais situadas e relacionais, pertencendo ao âmago da sociologia e alargando os limites da racionalidade científica.

Referências bibliográficas

Almeida, João Ferreira de & Pinto, José Madureira (1990). *A Investigação nas Ciências Sociais*, Lisboa: Presença

Blalock, Hubert (1970). *An Introduction to Social Research*. Nova York: Prentice-Hall

Bourdieu, Pierre (2001). *Langage et Pouvoir Symbolique*. Paris : Fayard

Lépinard, Éléonore & Lieber, Marylène (2020). *Les Théories en Études de Genre*. Paris : La Découverte

Pinto, José Madureira (1984a). “Questões de metodologia sociológica (I)”. *Cadernos de Ciências Sociais*, nº1, pp. 5-42

- Idem (1984b). “Questões de metodologia sociológica (II)”. *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 2, pp. 113-140

- Idem (1985). “Questões de metodologia sociológica (III)”. *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 3, pp. 133- 156

DESAFÍOS ÉTICO-POLÍTICOS-AFECTIVOS DE CREAR CONOCIMIENTO EN LOS CONTRA ESPACIOS EPISTEMOLÓGICOS QUE HABITAMOS

Por Andrea Ruíz González

Resumen

Generar conocimiento sobre las mismas comunidades que habitamos a través de la transferibilidad y retroalimentación de posiciones entre la academia y la militancia, mediante las epistemologías feministas, supone el enfrentamiento directo a las formas tradicionales del saber. Donde sean los cuerpos desviados de mujeres y disidencias las que contengan la capacidad del saber, a través de la creatividad y de la colectividad autónoma. Lo que nos expondrá a nosotras como investigadoras y activistas a numerosos dilemas ético-políticos-afectivos en la investigación, de los que hablaremos a continuación.

Palabras clave: Epistemologías feministas; cuerpos desviados; contra espacios; colectividad; desafíos epistemológicos.

Desafiando los límites del conocimiento

“Nomadic shifts designate therefore a creative sort of becoming; a performative metaphor that allows for otherwise unlikely encounters and unsuspected sources of interaction of experience and of knowledge.”

Braidotti, Rosi (1994, p.6)

Desde que inicié mis estudios en sociología nos transmitían la necesidad de una escritura impersonal, donde no vernos reflejadas, ya que esto quitaba validez o rigurosidad a nuestra investigación. Un lenguaje meramente formal, asegurándonos así, que el grado de accesibilidad se restringiera solo al de unas pocas.

Esta exigencia de cientificidad desaparece tras el acercamiento a epistemologías feministas (Haraway, 1984; 1995; Braidotti, 1994), las que nos permiten hablar desde los márgenes de la sociedad. Dándonos la posibilidad de que nuestra investigación sea el resultado del entrelazado de las diferentes posiciones que habitamos, en este caso, desde nuestra posición como investigadora y como activista.

Podemos afirmar que estamos ante una investigación que supone la ruptura de la interpretación dualista de la sociedad, ante la disolución expresa de las fronteras del conocimiento, a partir de la politización de nuestra cotidianidad, a través del reconocimiento de la multiplicidad de identidades (Biglia, 2005) que albergamos. Ya que nuestra participación en el movimiento Free Party, es lo que nos ha permitido desarrollar en profundidad un análisis sobre las relaciones de género que tienen lugar en dicha subcultura.

Lo que nos obligará a hacer frente directamente a un serie de dilemas ético-políticos-afectivos (Osorio-Cabrera et al. 2021), marcados por mi vinculación al movimiento y por mi rol como investigadora, dos posturas interconectadas que se van transformando y moldeando recíprocamente, no por ello exentas de diferentes retos que iremos comentando a la largo de este capítulo.

El giro epistemológico desde epistemologías feministas

Así pues, podemos afirmar que existe un método tradicional de hacer ciencia, que se sostiene bajo la idea de neutralidad y objetividad, al no reconocer las estructuras de poder envueltas en las formas de generar conocimiento (Haraway, 1995). Desde el que se busca la producción de teorías universales (Braidotti, 1994; Haraway, 1995; Palaisi, 2018) e irrefutables, donde además las metodologías escogidas, son técnicas preconcebidas, a las que el fenómeno social seleccionado debe ajustarse.

En definitiva, una forma de hacer ciencia que se basa en lógicas de dominación propias de una visión androcéntrica del conocimiento, a través de la jerarquización de las relaciones investigadoras, con un carácter totalmente extractivista, sin ningún tipo de responsabilidad o de compromiso social, porque eso ya no sería idóneo para el método científico, o al menos para este. Porque como comentaría Foucault en su obra, *Microfísica del poder* (1977/1978), la verdad, no es algo que el poder designe únicamente como tal, sino que “cada sociedad tiene su régimen de verdad” (p.187). Y con ello, los discursos, las técnicas y los enfoques que funcionan como verdad en el campo científico de nuestra sociedad.

Sin embargo, como veremos a continuación, existen otras formas de crear conocimiento, sin elevarlo a este estadio de verdad absoluta, sino más bien reconociendo sus limitaciones y particularidades. Dejando que nuestras entrañas y nuestros deseos hablen por nosotras, y que sean las diferentes incomodidades que habitan nuestros cuerpos las encargadas de emprender el conocimiento.

Hablando desde nuestras experiencias

Y esto es lo que haremos al pensar nuestra investigación desde epistemologías feministas, a través de las que revalorizar las voces femeninas y de personas disidentes que componen el conjunto del tejido social. Las cuales no son válidas o relevantes desde la lógica androcéntrica de la ciencia, ni tampoco para la sociedad, ya que estamos hablando de personas que no cumplen con los mandatos de género tradicionales. Ya que traspasan y acceden a aquellos espacios tradicionalmente reservados a los hombres CIS, como es el caso del ámbito de las drogas o de la producción musical y el sonido en el movimiento Free Party, áreas que tradicionalmente han estado asociadas a los mandatos de género masculino de la sociedad. De igual forma, en el movimiento Free Party también se da una mayor participación mas-

culina en estas áreas, ya que no hay que olvidar que los procesos de sociabilización también permean expresiones subculturales como esta (Ruiz, 2022), y por tanto, se puede afirmar que el movimiento Free Party es un espacio socializado en el sexismo. Se da una división sexual del trabajo en la participación al movimiento Free Party, aquellas áreas que gozan de mayor prestigio y reconocimiento social siguen ocupadas en su mayoría por hombres y aquellas con menor visibilidad, pero no por ello menos necesarias, por mujeres. Asimismo estas mujeres y personas disidentes que forman parte de la subcultura son vistas como desviadas y marginales.

Cuerpos desviados en el centro del conocimiento

Nos articularemos con autoras postmodernistas (Braidotti,1994; Haraway, 1995) desde las que evidenciar, por un lado, la particularidad de nuestro conocimiento, ya que estamos hablando a través de los conocimientos situados, que enunciaba Donna Haraway (1991), desde los que reconocer las diferentes conexiones existentes entre comunidades, rechazando la idea de un todo global. Dando lugar a alianzas rebeldes (Serra et al. 2021) en las que las fronteras tanto del sujeto del feminismo como del sujeto investigador estén desdibujadas a favor de la pluralidad epistemológica, reconociendo así también el conocimiento como territorio político.

Esto también indicara la ruptura binarista de ordenamiento social entre la academia y el activismo, un posicionamiento que superara la crítica de Harding (1987) sobre lo que ella llamaba una ciencia basada en la agregación de las mujeres, investigaciones que seguían considerándose androcéntricas, a pesar de incluir a las mujeres como objetos de estudio, ya que eran estudios sobre fenómenos sociales ubicados en la esfera pública de la sociedad, que eran los que interesaban a los científicos sociales.

Pero esta diferencia entre la esfera pública y privada a la hora de generar conocimiento se diluye con la llegada de las feministas de la diferencia en los años 60, abriendo la posibilidad de hacer ciencia desde otros lugares, generando conocimiento a partir de la cotidianidad (Gandarias, 2014) y también desde la corporalidad. Como haría una de las autoras más influyentes de esa época, Donatella Franchi (2004), al incluir en su trabajo el deseo como categoría interpretativa, lo que será de gran utilidad en nuestra investigación al pensar a estas mujeres y disidentes como cuerpos deseantes. Y posteriormente, con la llegada de los feminismos periféricos, con autoras como Rita Segato (2016) o Audre Lorde (1993/2003), entre otras, pudimos considerarnos en relación a diferentes variables como el no binarismo de género, la clase, la raza, la edad, en definitiva, la posibilidad de pensarnos desde los márgenes de la sociedad.

A la par que Donna Haraway, mencionada anteriormente, nos articularemos con el enfoque de Rosi Braidotti (1994), ya que esta propone una “nueva” epistemología a través de una aproximación postestructuralista, introduciendo el concepto de sujeto nómada (1994), inspirado en la obra de Deleuze y Guattari (1994/2004), desde el que se niega ese ordenamiento normativo de la sociedad, haciendo referencia a la capacidad del saber a través de los cuerpos, de la creatividad y de la colectividad autónoma. Superando también el esencialismo identitario que tanto está fragmentando las luchas, tanto de los sujetos del feminismo (Serra et al. (2021), como de la ciencia. Porque a pesar de que Rosi Braidotti pertenece también a esa segunda generación de las feministas de la diferencia (Pailisi, 2018), va un paso más allá respecto la problematización del concepto de género. Es decir, subraya la importancia de conocer estas estructuras de dominación de género, como vía para poder revertirlas y reapropiarse de ellas. Además, la autora pondrá el foco en los procesos de subjetivización, en el transcurso que se produce en la

conformación del sujeto, no en el sujeto en sí. Esto da la posibilidad a interconexiones que no deben ir atadas a lugares ni a posiciones, sino más bien al devenir, a la creación de contra espacios (Braidotti, 1994), como ella misma apunta, donde el conocimiento hegemónico, y por tanto, el falogocentrismo sea neutralizado a través de la escritura, de la apropiación del lenguaje y de las iniciativas colectivas (Pailisi, 2018). En definitiva, una ética del nomadismo, que concede la oportunidad de pensar desde otros lugares, creando lo que Foucault identificaría como heterotopías, al margen de las aras masculinistas del mundo social, donde el placer y el goce sean categorías que estén presentes en estas nuevas formas de generar conocimiento.

Ser fiesterera e investigadora

Antes de continuar, presentare de forma más detallada el tema de mi investigación, con el objetivo de arrojar luz sobre los intereses particulares que residen en la realización de esta, de donde surgen también diferentes desafíos ético-políticos-afectivos que me gustaría comentar.

Mi investigación sobre el movimiento Free Party, contiene ciertas particularidades que como veremos a continuación intensifican los retos que surgen a la hora de realizar investigaciones sobre las mismas comunidades que habitamos. Ya que se trata de una subcultura ubicada en los márgenes de la sociedad, donde la invisibilidad social es la característica que permite la continuidad del movimiento. Pues estamos hablando de ubicaciones espacio-temporales que se localizan normalmente a las afueras de las ciudades, en zonas deshabitadas donde la ocultación social es indispensable. Es por ello, que este acceso al movimiento Free Party no viene dado por mi posición como investigadora, lo que sería casi imposible. Si no que viene originado por mi presencia en la subcultura desde mi adoles-

cencia, una experiencia previa, que es lo que ha permitido la realización del análisis en profundidad sobre las estructuras de dominación que ordenan dicha subcultura. Como decimos, el inicio de esta investigación viene dado desde la informalidad de largas jornadas de baile, conversaciones con personas que participan activamente también en el movimiento, y sobre todo, a través de la colectivización de los mismos sentires entre amigas.

Cuando esta posición de fiesterera se articula con mi posición como investigadora social, podemos decir, que queda de manifiesto la necesidad de actuar en ambos campos, aquel menos institucional, refiriéndonos al movimiento en sí. Y el más institucional, haciendo referencia a la academia. Es a través de esta pluralidad identitaria, desde la que soy consciente de la novedad de la investigación, por diferentes motivos, por un lado, por el relegamiento de la variable género como categoría analítica en el campo de estudio de las subculturas, efecto de una visión falocentrista (Braidotti, 1994; Pailisi, 2018) de la disciplina. Y por otro lado, debido a esa lectura jerárquica de la cultura (Bourdieu, 2012) en la que aquellas músicas creadas para ser bailadas, han sido relegadas a la baja cultura de la sociedad, asociadas a un gusto vulgar (Thornton, 1995), donde la corporalidad es el medio de expresión de estas culturas. Lo que ha conllevado también un escaso volumen de producción científica en torno a estas expresiones festivas, que junto a los procesos de estigmatización y criminalización en torno al movimiento, debido al paradigma moral que existe en sociedad en torno al uso y consumo de sustancias, ha supuesto un casi inexistente número de investigaciones en el campo científico hispanohablante.

Y paralelamente, desde los estudios feministas, el análisis de aquellos grupos mixtos no formales, tampoco ha sido una de las prioridades de las investigadoras (Biglia, 2003), más centradas, por

el contrario, en la militancia más institucional (Aguado y Sanfeliu, 2015) o en el papel de las mujeres en conflictos bélicos (Nash, 2022). Y no, en las realidades y experiencias de mujeres o personas de género fluido habitadas a través del placer.

Es por ello, que en mi investigación es tan importante hablar de la relación de interdependencia entre la teoría y la práctica. Como diría Rosi Broidotti (1994), la puesta en marcha de la lógica del nomadismo, donde la creatividad, la reapropiación de las estructuras de dominación, y el goce, permitan un saber que irrumpa en ambas esferas. Dando lugar a una relación bidireccional, en la que se iniciará una espiral de intercambio entre la academia y mi posicionamiento militante en el movimiento Free Party (Osorio-Cabrera et al. 2021).

Por un lado, la actuación más institucional que se ubica en la academia, encarnada a través de mi posición como investigadora. Y desde la que soy consciente de la ausencia de investigaciones culturales con un enfoque feminista, y más concretamente de trabajos sobre el movimiento Free Party, donde sean las experiencias de las mujeres y personas de género fluido que componen la escena, las encargadas de colectivizar un conocimiento concreto en el tiempo sobre la cultura Free Party en España.

Y, por otro lado, aquella menos institucional, paralela al inicio de mi investigación sobre el movimiento Free Party en la academia, con la creación del colectivo Sot A Terra. En sus inicios, solo compuesto por una compañera y yo, alcanzando en la actualidad un total de 12 mujeres, donde la amistad, el espíritu fiestero y el interés por las diferentes variables de dominación que interseccionan la experiencia Free Party se han convertido en el motor para generar espacios de difracción en nuestras propias comunidades.

Principales desafíos ético-políticos-afectivos al emprender mi investigación

Esa idea de “partir de sí” (Piusi, 2000) para no quedarse en sí (Precarias a la deriva, 2004; Osorio-Cabrera, 2021), es lo que nos da la opción de generar saberes desde nuestras propias comunidades, el paso necesario para no ensimismarse en estas experiencias encarnadas, dirigiéndolas ahora hacia una clara función social, que es la incidencia directa tanto dentro del mismo movimiento Free Party español como de la academia. Como decíamos, mi participación en el movimiento es lo que ha permitido enunciar las contradicciones que presenta la escena, entre los discursos o los posicionamientos políticos y las realidades que allí devienen, transformándolos y conceptualizándolos en problemas de investigación que requieren de una actuación enfocada al cambio social (Gandarias, 2014; Morán y Rodríguez, 2022). Lo que como hemos ido anunciado a lo largo de todo el capítulo, no estará exento de diferentes desafíos ético-políticos-afectivos que pasaremos a comentar a continuación.

¿Es posible realizar una investigación ética?

No es posible hacer una investigación totalmente ética, pero lo que sí podemos hacer es poner en marcha ciertos mecanismos de transparencia y de acompañamiento (Gandarias, 2021), a través de altos grados de reflexividad, desde los que reportar validez a nuestra investigación.

Por un lado, como ya hemos mencionado anteriormente, una de las actuaciones será la exposición de las diferentes identidades y por tanto, de los intereses investigadores, que envuelven la elección, enfoque y la forma de proceder de la investigación. De lo cual, hemos ido alertando a lo largo del transcurso de toda la investigación, exponiendo las diferentes vinculaciones e intereses particulares que configuran esta investigación. Pero del que sin embargo, me gustaría mencionar el

desafío ético en torno a la dualidad de posiciones entre la academia y el colectivo al que me veo expuesta. Como hemos comentado, la relación entre ambas posturas se nutre de una transferibilidad de saberes, que es lo que principalmente ha permitido el establecimiento y la definición de ambas posiciones. Lo que sucede es que con el paso del tiempo ambas posiciones se han ido diversificando, respecto a la implicación de diversas personas, expandiendo en el mundo social los contenidos generados, con un alcance a nivel nacional, pero también internacional. Una repercusión, que digamos ha influido en la presión de justificación de mis diferentes posiciones dentro del movimiento, porque a pesar de que ha sido una relación de retroalimentación, soy consciente del rechazo generalizado que existe hacia la academia o más bien, hacia todo aquello ajeno al movimiento, una relación con la otredad, que muchas veces se basa en la sospecha o rechazo hacia este. Y por otro lado, en la academia también podemos decir que existe una especie de desconfianza hacia mi posición como investigadora, por no seguir la trayectoria clásica del científico social, y con ello ni su lógica investigadora, ni los mismos intereses investigadores.

Como ya hemos comentado, una de las principales críticas que se le hace al método científico tradicional es esa naturaleza extractivista que caracteriza a las investigaciones. Donde no existe implicación ni compromiso social con la realidad investigada, lo que se busca es extraer un conocimiento que responda a las teorías globales y preconcebidas anteriormente, sin ninguna predisposición a la transformación social. Y en relación a esto, sucede que en muchas ocasiones no hay un respeto a todas las subjetividades implicadas en la investigación. Por eso, desde nuestra investigación, tomamos la concepción del lugar del saber en relación al término de sujeto nómada de Rosi Braidotti (1994) cuya definición comprende estos cuerpos como situados (Haraway, 1995), móviles y dinámicos, insertos en procesos interactivos, y entendidos dentro de procesos de subjetivización colectivos, como ocurre con el movimiento

Free Party. Se tratan de procesos interactivos contruidos de forma colectiva lo que sustenta esta expresión subcultural, por lo que no son saberes que puedan ser interpretados de forma aislada o individual (Pailisi, 2018), si no que requieren un reconocimiento colectivo, desde el que observar las interrelaciones que se producen. A parte de esta lógica del conocimiento colectivo, basado en lógicas no propietarias (Biglia, 2005), lo que ya nos indica esa relación horizontal de las diferentes personas implicadas, también es importante romper con esa relación jerárquica entre el objeto y sujeto de estudio, que además son términos con los que no nos identificamos.

La politización de la fiesta y de la academia

Como apuntó en su momento Kate Millet (1969), con la célebre frase de; “lo personal es político”, el feminismo ha permitido la politización de todas las esferas de nuestras vidas, y con ello también la de nuestros espacios festivos. Y como diría Patricia Castañeda (2019) “hacer academia feminista es hacer política feminista” (p.33).

Y con ello, asumir las responsabilidades que conllevan la realización de nuestra investigación respecto al conjunto del movimiento, ya que el conocimiento generado en torno a la subcultura está expuesto a ser instrumentalizado y utilizado en la campaña de estigmatización y criminalización que acecha a este. Por ello, como parte de este proceso de reflexividad investigadora, es importante aclarar que el objetivo de mi estudio como investigadora y como parte del colectivo es la de crear espacios de difracción dentro de nuestras comunidades, a través del señalamiento de actitudes o dinámicas de dominación, que buscamos que sean revertidas.

Como decimos, está lógica de politizar nuestras formas de participar en la escena también conllevan la extensión de politizar el movimiento Free Party en general, es decir, dotar de un enfoque crítico al

movimiento, introduciendo nuevos debates como la existencia de estructuras de dominación que ordenan la experiencia Free Party (Ruiz, 2022), a través de la raza, la clase o el género, por ejemplo. O la necesidad de abordar las diferentes violencias que tienen lugar en estos espacios. Porque a pesar de que mucha gente no considera que la fiesta sea política, como diría el autor Alain Badiou (2000), el acto político no es aquel que el poder determina, a través de los medios de comunicación o del mismo estado, sino más bien aquel que crea un espacio y un tiempo, transformándolo así como lugar político.

Relaciones comunitarias atravesadas por lazos de afectividad

El surgimiento del colectivo para muchas personas que forman parte del movimiento fue visto como algo totalmente innecesario, ya que no hacía falta un colectivo que se definiera como feminista, cuando: “aquí todos somos iguales”. Y es lo que ocurre, que bajo el amparo de una ficticia ilusión de equidad o de igualdad en movimientos sociales, o en este caso en una subcultura, se minimiza la necesidad de realizar un trabajo en torno el análisis de las estructuras de dominación que ordenan estos fenómenos colectivos.

Pero de alguna forma, estas voces que veían inútil el trabajo que estábamos haciendo, nos ayudó para reafirmarnos y movilizarnos en torno a esta labor. Es cierto que esto también hizo recaer sobre nosotras una gran carga emocional, ya que nos supuso enfrentarnos a diferentes personas con las que manteníamos relaciones afectivas y hasta sexo-afectivas, por no compartir sus posicionamientos en torno a casos de violencia o diferentes realidades que coexisten en el movimiento. También he de decir que en algunos momentos, personalmente, observe como mis diferentes identidades se veían enfrentadas entre sí, entre lo que debería de hacer como integrante del colectivo y/o investigadora y lo que me gustaría hacer como compañera o amiga de personas implicadas en diversos sucesos.

Asimismo, este contacto directo con las personas que componen el tejido social del movimiento también nos ha ofrecido una especie de redefinición de los procesos de validación del conocimiento (Biglia, 2005) a través de externalización constante de este con las personas realmente implicadas. Lo que nos ha permitido, tanto como militante como investigadora, reconocer el origen orgánico del conocimiento, expuesto constantemente a grandes dosis de reflexividad incomoda (Gandarias, 2014), evitando así la estatización del conocimiento.

Reflexiones finales

En definitiva, este trabajo es una propuesta política del saber desde los márgenes, a través del conocimiento sucio, como diría Haraway (1995), desde el que mostrar los diferentes entresijos y contradicciones con las que nos topamos a la hora de generar conocimiento de las propias comunidades que habitamos. A partir de la visión crítica del feminismo y de la pluralidad epistemológica que está nos concede, creando conocimiento como territorio político.

Una capacidad del saber que deviene a través de la convivencia de nuestra doble presencia (Morán y Rodríguez, 2023) como investigadora y fiestera dentro del movimiento Free Party. Donde será la transferibilidad de ambas posiciones lo que permitirá la generación de interconexiones en un contra espacio epistemológico como este, a través de procesos de subjetivización colectivos, como diría la autora Rosi Braidotti (1994), que nos permitirán la problematización y conformación de estos como problemas sociales (Osorio-Cabrera et al. 202). Mediante esta investigación estamos reflexionando sobre los diferentes desafíos ético-políticos-afectivos (Osorio-Cabrera et al. 2021) que nos encontramos a la hora de realizar nuestra investigación desde la lógica de una reflexividad de la incomodidad (Gandarias, 2014) constante.

En conclusión, esta investigación se presenta como una oportunidad para cuestionar las formas de investigar tradicionales de la ciencia, incorporando nuevas formas de pensarnos en el mundo social, permitiendo la realización de una investigación social con mayores grados de aplicabilidad y transformación social. Además de contribuir a la riqueza de la sociología de la cultura con un enfoque feminista, al analizar realidades subculturales, que nunca antes se habían planteado.

Referencias Bibliográficas

Aguado, A., y Sanfeliu, L. (2015). Juventud, socialismo y compromiso político femenino: entre el asociacionismo y la militancia (1906-1931). *Ayer. Revista de Historia Contemporánea*, 100 (4), 47-72. <https://www.revistasmarcialpons.es/revistaayer/article/view/juventud-socialismo-y-compromiso-politico-femenino>.

Biglia, Barbara. (2003). Transformando dinámicas generizadas: Propuestas de activistas de Movimientos Sociales mixtos. *Athenea Digital. Revista de pensamiento e investigación social*, 1(4), 1-25. <https://doi.org/10.5565/rev/athenead/v1n4.82>.

Biglia, Barbara. (2005). Narrativas de mujeres sobre las relaciones de género en los Movimientos Sociales. [Tesis doctoral. Barcelona: Universidad de Barcelona]. <https://fundaciobofill.cat/uploads/docs/w/f/q/g/l/2/t/y/e/1634.pdf>.

Bourdieu, Pierre. (2012). *La distinción. Criterio y bases sociales del gusto*. Taurus.

Braidotti, Rosi. (1994). *Nomadic Subjects: Embodiment and Sexual Difference in Contemporary Feminist Theory*, New York: Columbia University Press.

Castañeda, M. Patricia. (2019), *Perspectivas y aportes de la investigación feminista a la emancipación. Otras formas de desaprender: Investigación feminista en tiempos de violencia y resistencia*, Bilbao, Hegoa, pp. 19-41.

Deleuze, Gilles., y Félix Guattari. (2004), *Mil Mesetas. Capitalismo y Esquizofrenia*. (J.Vásquez y U.Larraceleta, Trads.). Valencia: Pre Textos. (Trabajo original publicado en 1994).

Franchi, Donatella. (2004), *Cómo actúan la disparidad y el deseo en las prácticas creativas de las mujeres. Una reflexión de imágenes y palabras*. DUODA Revista d'Estudis Feministes, nº27.

Foucault, Michel. (1978), *Microfísica del poder* (J.Varela y F.Alvarez-Uría, Trads.). Las La Piqueta. (Trabajo original publicado en 1977).

Foucault, Michel. (1999). *Espacios diferentes*. En: *Obras esenciales*, Vol. III. Barcelona: Paidós, 431-441.

Gandarias, Itziar. (2014), *Tensiones y distensiones en torno a las relaciones de poder en investigaciones feministas con Producciones Narrativas*. *Quaderns de Psicologia*, nº16 (1), pp. 127-140. <https://doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1210>.

Haraway, Donna (1984), *Manifiesto Cyborg. El sueño irónico de un lenguaje común para las mujeres en el circuito integrado*. Manuel Talens y David Ugarte (trad.); Disponible en https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2133998/mod_resource/content/1/ANTROPOLOGIA%20DO%20CIBORGUE.pdf

Haraway, Donna (1995), *Ciencia, cyborgs y mujeres: la reinención de la naturaleza*, Madrid: Cátedra.

Harding, Sandra (1987), *¿Existe un método feminista?* (Trad. G.E. Bernal). *Feminism an Methodology*, Bloomington/ Indianapolis. Indiana

University Press. <https://dokumen.site/download/harding-1987-existe-un-metodo-feminista-a5b39ef7f8c161>.

Lorde, Audre. (2003), La hermana, la extranjera. Artículos y conferencias, Madrid, horas y HORAS, la editorial, pp. 115-135 (edición original 1993)

Millet, Kate. (1969), Política sexual, Madrid: Ediciones Cátedra.

Morán Neches, L., & Rodríguez Suárez, J. (2022), Investigación-acción feminista: desafiando dicotomías entre activismo y academia. *Asparkía. Investigación Feminista*, (40), 91-113. <https://doi.org/10.6035/asparkia.6080>

Nash, Mary. (2022), Rojas. Las mujeres republicanas en la Guerra Civil. (Trad. I.Cifuentes). Taurus Historia.

Osorio-Cabrera, D., Gandarias, I. y Fulladosa, K. (2021), Consideraciones ético-político-afectivas en investigaciones feministas: articulaciones situadas entre academia y activismo. *EMPIRIA. Revista de Metodología de Ciencias Sociales*. N°50 marzo, 2021, pp. 43-66. DOI/ [empiria.50.2021.3037](https://doi.org/10.6035/empiria.50.2021.3037).

Palaisi, Marie-Agnès (2018). «Saberes nómades. El sujeto nómade como contraespacio epistemológico» en *Enrahonar. An International Journal of Theoretical and Practical Reason* VOL 60, pp. 57-73.

Piussi, Ana Maria. (2000). Partir de sí: necesidad y deseo. *DUODA Revista d'Estudis Feministes* núm 19.

PRECARIAS A LA DERIVA. (2004). A la deriva por los circuitos de la precariedad femenina. Madrid, Traficantes de Sueños.

Ruíz, Andrea. (2022). Las dos caras de la cultura festiva alternativa. El movimiento Free Party como espacio de conformación de nuevas identidades y subjetividades femeninas. *Asparkía* 41, pp. 141-159.

<http://Dx.DOI.Org/10.6035/asparkla.6446>.

Segato, Rita. (2016). La guerra contra las mujeres. Madrid. Traficantes de Sueños.

Serra, C., Garaizábal, C., y Macaya, L. (2021). Alianzas rebeldes. Un feminismo más allá de la identidad. Edicions Bellaterra, Manresa, Barcelona.

Thornton, Sarah. (1995). Club cultures. Music, Media and Subcultural Capital. Cambridge: Polity Press.

PUBLICAÇÕES NAS REDES SOCIAIS ONLINE: DESAFIOS ANALÍTICOS, METODOLÓGICOS E ÉTICOS PARA A INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA

Por Francisco Silva Fontes

Resumo

O estudo dos Influenciadores Digitais (ID), das suas práticas e publicações online, embora se revista de inúmeras potencialidades teóricas, analíticas, metodológicas e empíricas, apresenta desafios a vários níveis. Este artigo esboça uma reflexão crítica sobre os benefícios e as limitações da pesquisa multidisciplinar e destaca a ausência de estudos sociológicos sobre esta problemática. Aborda, ainda, os desafios na recolha, tratamento e análise dos dados das redes sociais, devido à sua estrutura algorítmica, e discute os dilemas éticos relacionados com as dimensões pública e privada dos conteúdos publicados por estes protagonistas da era digital.

Palavras-chave: Influenciadores Digitais (ID), redes sociais, desafios teórico-empíricos, multidisciplinaridade, algoritmos, privacidade dos dados.

Introdução

A escolha de um objeto de estudos para efeitos de uma pesquisa de doutoramento nunca é tomada de forma leviana. Somos movidos por um determinado conjunto de inquietações, sempre na expectativa de robustecer um caminho de investigação, procurando novas explicações, propostas de compreensão, interpretação e questionamento dos fenómenos sociais, com vista ao avanço científico. Sabemos que, à priori, existem uma série de procedimentos inerentes a qualquer pesquisa, como a formulação das questões de partida e dos objetivos de investigação, a identificação das dimensões concetuais e analíticas sub-

jacentes ao objeto, a coerência epistemológica e metodológica ou as diversas opções éticas. Contudo, só nas primeiras etapas do processo, ao ‘mergulharmos’ nos meandros da problemática, nos apercebemos dos desafios que nos esperam. As múltiplas potencialidades analíticas, inicialmente vislumbradas aquando da delimitação do objeto de tese, dissipam-se e são ultrapassadas pelas suas complexas especificidades, entrelaçadas numa rede de constrangimentos e ‘armadilhas’. O inicial ‘deslumbramento’ rapidamente se transforma num contínuo desânimo, repleto de angústias e frustrações que nem sempre são facilmente resolvíveis, podendo dificultar o progresso da pesquisa.

Este artigo constitui uma análise reflexiva e crítica dos desafios enfrentados ao longo do primeiro ano da pesquisa de doutoramento em Sociologia sobre os Influenciadores Digitais (ID). Uma vez que a pesquisa se encontra numa fase inicial e exploratória, os desafios apresentados referem-se, essencialmente, aos procedimentos de revisão da literatura e do estado da arte que fundamentarão, mais tarde, as opções metodológicas adotadas. Sem procurar abarcar todos os contornos teórico-metodológicos subjacentes aos ID, começa-se por fazer uma breve contextualização deste grupo de indivíduos, de forma a perceber a sua relevância e pertinência sociológicas. De seguida, apresentam-se alguns dos principais desafios identificados no início do estudo desta problemática. Esses desafios incluem, entre outros aspetos, os benefícios e as desvantagens da abordagem multidisciplinar, a complexidade subjacente à recolha, tratamento e análise dos dados das redes sociais online para fins de pesquisa, sobretudo devido à sua lógica algorítmica, e os dilemas éticos relacionados com as dimensões pública e privada dos conteúdos publicados pelos ID.

Os ID como novos protagonistas da era digital

De uma forma genérica, os ID são “utilizadores comuns e quotidianos da Internet que acumulam um número relativamente grande

de seguidores em redes sociais através da narração textual e visual das suas vidas pessoais e estilos de vida, que se envolvem com os seus seguidores em espaços digitais e físicos e que rentabilizam os seus seguidores através da integração de ‘anúncios publicitários’ nas suas publicações nas redes sociais” (Abidin, 2015, p. 110). Habitualmente, estes intermediários privilegiados de processos comerciais com o público (McRobbie, 2002; Abidin, 2015; García et al., 2016; Oliveira, 2018) divulgam conteúdos publicitários inseridos num determinado setor de atividade, como moda, beleza, viagens, jogos, alimentação, fitness, saúde ou tecnologia (Kolo & Haumer, 2018). Optam, ainda, por desenvolver as suas práticas numa rede social específica, por exemplo, o Instagram (Abidin, 2018; Fecha et al., 2021; Annisa, 2022).

Contudo, o estudo dos ID ultrapassa as fronteiras comerciais, revestindo-se de inúmeras potencialidades analíticas. A pesquisa em curso debruça-se, assim, sobre duas dimensões analíticas emergentes dos ID: a questão da sua profissionalização e da mediação/influência (Primo et al., 2021). Sem procurar aprofundar os contornos teórico-empíricos inerentes a cada um desses eixos analíticos, considera-se pertinente esboçar uma breve contextualização sobre ambos.

A dimensão da profissionalização dos ID remete para as especificidades relativas ao seu trabalho e estilo de vida (Primo et al., 2021). Atualmente reconhecidos por desempenharem aquela que é considerada a nova profissão do século XXI (Szcurski, 2017), desde cedo que estes sujeitos vislumbram, no ambiente digital, um novo mercado de trabalho ou realidade socioprofissional, repleta de múltiplas possibilidades de emprego. Para isso, transformam, intencionalmente, a sua visibilidade e reconhecimento online numa carreira digital remunerada (McRobbie, 2002; Abidin, 2015; Oliveira, 2018; Primo et al., 2021). O processo de profissionalização dos ID, além de ocorrer tendo por base um conjunto de etapas/fases, contribui para a definição dos seus per-

fis socioprofissionais (Ferreira et al., 2019). As rotinas de trabalho, cada vez mais estruturadas, seja para o estabelecimento de parcerias com as marcas, para a produção e publicação de conteúdos nas redes sociais, a incorporação de relações contratuais e fluxos de receitas cada vez mais complexos, reforçam a importância da análise da dimensão profissional dos ID (Szcurski, 2017; Kolo et al., 2022).

A mediação/influência exercida pelos ID constitui a segunda dimensão analítica da pesquisa. Além das funcionalidades e das especificidades técnicas das plataformas digitais, que são evidentes na lógica algorítmica que as governa e que proporcionam diversas capacidades de difusão e intermediação ideológica na contemporaneidade (Nichols, 1981; Araújo, 2021), destaca-se, assim, o papel dos ID enquanto (re)produtores ou mediadores simbólico-ideológicos da era digital (Arnesson, 2022; Ortiz, 2022). Utilizando uma linguagem verbal e não-verbal, os ID divulgam um conjunto de opiniões, valores, crenças, ideologias, representações, identidades, estilos de vida, atitudes e comportamentos, que não só influenciam os indivíduos no domínio comercial, mas também nos planos social e cultural (Cardoso & Quintanilha, 2013; Teodoro et al., 2019; Droz-dit-Busset, 2022; Fontes, 2024). Deste modo, afigura-se relevante uma abordagem sociológica da mediação que reconheça, não só, a tecnologia como mediadora, mas que enfatize o papel social ativo desses indivíduos enquanto meta-intermediários ou mediadores de informação, interpretando, modificando, recriando e produzindo conteúdos e significados sociais, culturais e simbólicos (Castells, 2002; Cardoso & Quintanilha, 2013; Fontes, 2024).

A parca produção científica sociológica sobre os ID

Após um primeiro contacto com os estudos teórico-empíricos realizados sobre os ID e a leitura de uma ampla variedade de monografias, artigos científicos, atas de conferências e congressos, das

mais diversas disciplinas, verificou-se que a sociologia tem negligenciado este tema de investigação. Desde logo, atendendo a que os ID desempenham um papel com fins comerciais, torna-se evidente que as áreas da gestão e do marketing sejam as que mais estudam a sua eficácia e capacidade de persuasão e influência para efeitos de venda dos produtos e serviços, tanto no contexto português, como internacional (Holt & Sanson, 2014; Goanta & Ranchordás, 2019; Cunningham & Craig, 2019). Contudo, a sociologia ainda não explorou adequadamente as inúmeras potencialidades sociotécnicas, metodológicas e empíricas deste universo de análise. Globalmente, os sociólogos têm mostrado pouca recetividade para o estudo dos ID e das suas práticas, levantando dúvidas sobre o interesse e a capacidade de abertura dos investigadores em relação ao estudo dos fenómenos ocorridos em contexto digital.

Os benefícios e os inconvenientes da multidisciplinaridade

A análise dos fenómenos sociais, especialmente daqueles que decorrem das evoluções tecnológicas, torna-se fortalecida pela combinação de vários campos do saber, ou seja, pela prática de um diálogo multidisciplinar dinâmico e colaborativo. A abordagem multidisciplinar parece, desde logo, contrariar, ou, pelo menos, relativizar, um arraigado fenómeno que tem permeado o panorama científico: a crescente hiperespecialização da ciência, assente na incapacidade de desenvolvimento de uma visão/interpretação global e suficientemente integradora da realidade, da complexidade e multidimensionalidade das problemáticas que lhe estão associadas. Impõe-se, assim, a necessidade de apropriação de um novo paradigma, uma nova forma de pensar e de se fazer ciência, que desvalorize uma visão fragmentada da realidade e potencie um diálogo transdisciplinar, uma comunicabilidade entre as diversas pesquisas, impondo, assim, barreiras à cumulatividade do conhecimento e ao avanço da ciência (Morin, 2011; Scherer

et al., 2021; Garcia, 2014). A representação metafórica de uma árvore, com o seu tronco e múltiplos ramos, destaca a importância do diálogo entre diversas disciplinas e as suas pesquisas. Cada ramificação representa uma área disciplinar distinta, todas conectadas ao mesmo tronco central, que forma o cerne da teoria social. Portanto, é crucial utilizar resultados empíricos, argumentos e teses já estabelecidos em pesquisas anteriores e refiná-los, sintetizá-los, criticá-los ou reformulá-los. Apenas desta maneira será possível agregar valor e potenciar o desenvolvimento do conhecimento científico.

Torna-se claro que o advento da transformação digital, um fenómeno intrinsecamente multidisciplinar, requer uma abordagem/discussão igualmente multidisciplinar (Verhoef et al., 2021). Além disso, num cenário com novas redes sociais, os comportamentos dos usuários, especialmente daqueles que se envolvem com conteúdos comerciais, são complexos e exigem uma base empírica abrangente/multidisciplinar (Álvarez-Monzoncillo & Santín, 2023). Portanto, é imperativo construir uma base sólida de conhecimento científico e desenvolver uma agenda de pesquisa que estimule a cumulatividade de conhecimento em múltiplos domínios deste tema (Verhoef et al., 2021).

Enquanto os modelos de investigação convencionais seguem uma sequência de passos, aplicando os resultados de uma área a outra, esta mudança paradigmática reforça a prática de uma sociologia pragmática. Esta sociologia atribui ao social um 'princípio de liberdade ontológica', permitindo imaginá-lo de forma abrangente e inclusiva. Defende-se, assim um pluralismo ontológico inicial, que inclua o papel dos objetos, dos artefactos sociotécnicos e das entidades não humanas no conceito de social. Essa abordagem permite a obtenção de respostas mais completas, transcende as especializações de disciplinas isoladas e estimula a inovação e o progresso científico. Promover uma atmosfera de investigação que apoie a pesquisa multidisciplinar

pode abrir novas possibilidades, estimular a criatividade e construir um futuro onde a confluência de muitas perspectivas conduza a avanços revolucionários (Garcia, 2014; Corrêa, 2021).

Ao integrar diversos referenciais teóricos, abordagens e pontos de vista, a investigação multidisciplinar revela-se essencial para analisar os ID. Este fenômeno é multidimensional e complexo, com uma base ontológica de natureza sociotécnica, pelo que se torna necessário considerar o papel e a relevância dos dispositivos tecnológicos, das plataformas de redes sociais online, e das suas funcionalidades e características específicas nas atividades e nos conteúdos publicados por estes indivíduos.

No entanto, a escassa produção científica no campo da sociologia sobre os ID tem dificultado a construção de uma base conceitual e analítica sólida para esta pesquisa, complexificando a definição de limites e fronteiras para a integração de quadros teórico-empíricos de outras disciplinas. Contribuições de áreas como o marketing e a comunicação, que se destacam no estudo dos ID, acabam por dificultar uma compreensão sociológica mais aprofundada desse fenômeno. Embora existam critérios orientadores, como relevância, pertinência e alinhamento com as questões e objetivos da pesquisa, tem sido particularmente desafiante avaliar até que ponto os conceitos, métodos e abordagens analíticas dessas disciplinas são realmente adequados, úteis e pertinentes para uma análise sociológica dos ID. Nesse contexto, torna-se fundamental abordar os problemas de pesquisa à luz dos teoremas e princípios contemporâneos da sociologia. Um enfoque sociológico claro e consistente é crucial para superar essas dificuldades, abrindo, assim, caminho para uma 'praxeologização' no estudo dos ID. Essa abordagem propõe uma sociologia prática, focada nas ações concretas e nas interações sociais que moldam o quotidiano desses sujeitos, transcendendo explicações limitadas a dimensões subjetivas ou a estruturas rígidas e abstratas (Schmidt, 2017)..

A complexidade dos dados digitais e o problema dos algoritmos das plataformas

Os desafios da abordagem multidisciplinar de um objeto de pesquisa intensificam-se quando envolvem a recolha, tratamento e análise de dados produzidos em linha. Originalmente designados por big data (Manovich, 2011), estes enormes conjuntos de dados digitais, versáteis, proporcionais e dinâmicos (Boyd & Crawford, 2011; Tinati et al., 2014) tornaram-se uma matéria-prima privilegiada para as pesquisas, sobretudo no âmbito das ciências sociais. Os dados online oferecem um potencial significativo para a descrição e análise dos fenómenos sociais, desafiando a imaginação sociológica (Burrows, 2011). Porém, este terreno empírico, aparentemente fértil para os investigadores, esconde a sua enorme complexidade. Os dados possuem características que podem facilmente desviar o enfoque da investigação e pôr em causa o rigor metodológico que sempre foi atribuído aos sociólogos (Tinati et al., 2014).

Particularmente, a riqueza e a potencialidade empíricas dos dados gerados pelas redes sociais online, e dos conteúdos nelas publicados, sublinham a importância da lógica algorítmica subjacente a estas plataformas (Townsend & Wallace, 2016). Em termos simples, os algoritmos são uma “modalidade específica da organização técnica das redes sociais” (Bucher, 2017, p. 250). Sejam de classificação, ordenação ou agrupamento, os algoritmos apresentam-se numa espécie de lista que inclui as instruções necessárias para realizar uma tarefa ou resolver um problema, numa certa ordem, determinando o grau de divulgação e visibilidade de uma publicação (Gillespie, 2014; Introna, 2016, Bucher, 2017; Esteves, 2023).

As redes sociais online, particularmente, utilizam ferramentas algorítmicas intensivas para evitar a sobrecarga de informações e maximizar as vantagens económicas através do aumento do consumo de conteúdos por parte dos usuários. Baseando-se nos seus comportamentos anteriores, os algoritmos ajustam e moldam automaticamente os dados que lhes

são exibidos: filtram os conteúdos considerados irrelevantes e personalizam aqueles que lhes são apresentados, com o objetivo de melhorar a sua experiência online (Esteves, 2023). Contudo, não é apenas num plano micro que a utilização de algoritmos nas redes sociais levanta os seus desafios, mas, também, num plano macroestrutural. Além da esfera individual, os algoritmos produzem inúmeros efeitos nas dinâmicas sociais, organizacionais, culturais e políticas, levantando um conjunto de preocupações éticas (Tsamados et al., 2022). Processam, sintetizam e agem em nome dos usuários, possuindo uma considerável influência e ‘poder’ na dinâmica de funcionamento da plataforma (Cotter, 2018) e impactando a produção de relações sociais (Kitchin e Dodge, 2011) e realidades sociais (Cheney-Lipold, 2011).

Uma das grandes preocupações acerca dos algoritmos consiste no seu potencial risco de viés ou enviesamento. A natureza tecnológica objetiva dos algoritmos rapidamente se dissolve e produz suposições errôneas e resultados sistematicamente parciais ou prejudiciais (Tsamados et al., 2022; Esteves, 2023).

Embora os algoritmos se baseiem em estruturas rígidas e pré-programadas, eles são fluidos, adaptáveis, relacionais e continuamente mutáveis ao longo do tempo. Assim, os dados digitais recolhidos num momento específico são necessariamente diferentes dos dados recolhidos noutra momento, uma vez que os algoritmos que regem a plataforma também estão em constante alteração. A natureza mutável e ontogenética dos algoritmos, ou a sua ‘ontologia variável’, representa desafios para a disciplina e para os próprios investigadores, podendo causar estranheza, desconforto e desagrado (Bucher, 2017).

Adicionalmente, apenas algumas das componentes dos algoritmos são conhecidas e identificáveis pelos investigadores, enquanto outras permanecem ocultas, tornando-se inacessíveis e incompreensíveis (Bucher, 2017). Essa inacessibilidade deve-se, em grande parte, ao facto de a maioria dos algoritmos ser de natureza privada. Uma vez que a maioria das empre-

sas está protegida por patentes e regulamentos de propriedade intelectual, torna-se quase impossível obter uma visão totalizante do funcionamento interno dos algoritmos (Kitchin, 2017; Esteves, 2023).

Sob outra perspetiva, os códigos computacionais e os algoritmos são criados e desenvolvidos por engenheiros que, como seres sociais, operam com base numa estrutura filosófica específica sobre o mundo (Kitchin e Dodge, 2011). Esses indivíduos, ao traduzirem conceitos em algoritmos, são influenciados por forças sociais, culturais, económicas e políticas (Just e Latzer, 2016). Possuem diversas representações e interpretações do mundo ao seu redor, as quais, mesmo que de forma inconsciente, são incorporadas nos objetos com os quais interagimos diariamente (Willson, 2016).

Para efeitos de incorporação e análise da arquitetura algorítmica na pesquisa em curso, sobre os ID, é fundamental adotar uma posição intermédia no que ao funcionamento dos algoritmos e ao nível de conhecimento sobre as suas características técnicas diz respeito. Esta perspetiva intercalar considera, desde logo, que a incompreensão total do domínio algorítmico deve ser perspetivada como uma ‘condição facilitadora’ (Lu et al., 2005) ou uma ‘lógica operacional’ da pesquisa (Mateas & Wardrip-Fruin, 2009). Para que os investigadores estabeleçam uma profícua conexão entre os planos teórico e empírico da pesquisa e se envolvam criticamente com os sistemas algorítmicos, importa que eles tenham um entendimento sobre os princípios básicos de funcionamento desses sistemas, ao invés de uma análise completa dos seus detalhes técnicos meramente baseada em cálculos, linhas de códigos ou modelos matemáticos sofisticados (Mateas & Wardrip-Fruin, 2009; Bucher, 2017; Esteves, 2023).

A mitigação de um analfabetismo algorítmico torna-se, então, possível, através do aumento da literacia algorítmica por parte de especialistas, investigadores e instituições. Esta literacia deve privilegiar uma abordagem sociotécnica e regulamentar aos algoritmos que seja capaz de revelar o seu complexo funcionamento, tanto no processo de filtragem de conteúdo,

como no processo social de transformação desse conteúdo numa solução legítima (Tsamados et al., 2022; Esteves, 2023).

Além da adoção de uma abordagem crítica em relação aos códigos computacionais e aos algoritmos das plataformas digitais, a evolução contínua da tecnologia, das ferramentas disponíveis e a diversidade de dados (texto, áudio, fotografia ou vídeo) requerem, igualmente, uma perspectiva crítica mais ampla dos sociólogos face aos fenómenos digitais. Torna-se fundamental desenvolver uma visão ontológica e epistemológica que esclareça a natureza, valor e significado dos dados recolhidos e analisados (Tinati et al., 2014), bem como uma reflexão aprofundada sobre os aspetos técnicos, sociais, culturais, políticos, jurídicos, regulamentares, empresariais e éticos que lhes são inerentes (Boualou & Zahi, 2023; Esteves, 2023). Para garantir o rigor e a qualidade da investigação, os investigadores devem adotar cuidados adicionais na interação com os usuários e mobilizar competências e conhecimentos especializados, sobretudo de carácter socio-técnico na metodologia de pesquisa e, de um modo geral, no entendimento do social (Burrows e Savage, 2014; Williams et al., 2017).

De um ponto de vista reflexivo, nesta pesquisa, enfrentam-se algumas dificuldades ao nível da apropriação de conceitos, muitos deles provenientes de outras disciplinas, relacionados com a estrutura das redes e a lógica algorítmica das plataformas de redes sociais. Ora, compreender as métricas e os algoritmos das redes sociais é determinante para esta investigação. Os ID desenvolvem as suas práticas online em plataformas que funcionam com base em algoritmos, pelo que a produção de conteúdos (e a respetiva capacidade de influência) são condicionadas pelas interpretações que estes possuem em relação à arquitetura algorítmica das plataformas. Contudo, embora exista uma interdependência entre os ID e os algoritmos, em que estes últimos funcionam como uma lente que molda as regras do 'jogo de visibilidade' online e os comportamentos dos primeiros, essa relação não se afigura unilateral (Cotter, 2019). Importa, por isso, questionar os

ID sobre o seu entendimento, as suas representações e o significado social que atribuem a essas fórmulas, bem como a influência que estas exercem nos conteúdos que produzem e publicam nas redes sociais.

Por conseguinte, a natureza técnica dos condicionamentos algorítmicos impostos pelas plataformas é, desde logo, indicativa de uma possível falta de autenticidade/transparência nos conteúdos publicados pelos ID e, consequentemente, um possível enviesamento na análise desses conteúdos. Perante estas contingências, afigura-se relevante adotar um procedimento específico na pesquisa: um processo de triangulação metodológica, uma abordagem intermétodos (Denzin, 1989), ou multimétodos/métodos mistos (Creswell, 2014). A utilização de diferentes métodos para a recolha, tratamento e análise dos dados empíricos permitirá não só obter informações mais detalhadas sobre o problema de investigação, como facilitará a sua compreensão holística (Denzin, 1989; Jankowski e Wester, 1993).

Dilemas éticos dos dados das redes sociais: públicos versus privados

Seja de carácter quantitativo ou qualitativo, qualquer pesquisa deve reger-se por um determinado conjunto de princípios éticos que norteiem as opções tomadas em cada uma das etapas do processo de investigação. Ora, esses desafios aplicam-se, também, às pesquisas online, particularmente no que concerne aos dados recolhidos nas plataformas de redes sociais. Embora o campo digital seja fértil e rico para a obtenção de todo o tipo de dados, este possui fronteiras éticas muito ténues/frágeis, pelo que importa adotar uma postura de ‘vigilância ética’ em cada uma das etapas do processo de investigação.

Um dos principais desafios éticos, presente em todas as fases do processo (recolha, tratamento e análise dos dados) remete para a dicotomia ‘dados públicos versus privados’ (Townsend & Wallace, 2016). O contexto digital facilita o acesso e recolha de dados pelos investigadores. Contudo, a indefinição das fronteiras entre os domínios público e privado desses dados

levanta questões sobre a privacidade e a legítima utilização dos mesmos para efeitos de pesquisa. Nas redes sociais, a ambiguidade quanto à natureza do conteúdo gera dúvidas sobre a classificação dos dados como públicos ou privados, dificultando a implementação de regulamentações éticas necessárias para a recolha, análise e divulgação dos dados (Townsend & Wallace, 2016; Beninger, 2017; Quan-Haase & Sloan, 2022).

Os argumentos frequentemente invocados para justificar o uso público dos dados pelos investigadores incluem o consentimento dos utilizadores ao criarem contas ou perfis em redes sociais, onde aceitam um conjunto de termos e condições que permitem o acesso de terceiros aos seus dados online, incluindo os investigadores. Portanto, esses dados podem ser considerados de domínio público e utilizados nas pesquisas (Townsend e Wallace, 2016). Essa visão é apoiada pela maioria dos comités de ética institucionais, que consideram as fotografias e os vídeos das redes sociais como públicos, uma vez que estão disponíveis publicamente e, assim, não exigem autorização dos usuários para a recolha desses dados para fins de pesquisa (Ravn et al., 2020).

No entanto, é imperativo considerar cuidadosamente o processo de avaliação dos procedimentos éticos na pesquisa, mesmo quando os dados são acessíveis e, conseqüentemente, públicos (Boyd e Crawford, 2012). As características dos dados online requerem especial atenção por diversos motivos. Esses dados possuem uma natureza difusa e complexa, sendo, assim, ‘publicamente privados’ e ‘privadamente públicos’ (Lange, 2008). A definição da natureza pública ou privada dos dados não é definitiva nem estática, devido à capacidade das redes sociais para recircular, comentar, partilhar e modificar conteúdos textuais e visuais. Como resultado, os dados originalmente considerados privados podem tornar-se públicos, dificultando a clara distinção entre essas categorias (Hennell et al., 2020). Independentemente da propriedade legal dos conteúdos das redes sociais face ao acesso do público, estes mantêm uma propriedade moral para quem os

produziu e publicou. Esse é um motivo de preocupação para alguns utilizadores das redes sociais, receosos de que os seus dados possam ser serem retirados do contexto e mal interpretados (Beninger, 2017).

Outro aspeto fundamental a considerar diz respeito às características específicas e às funcionalidades técnicas de cada plataforma de redes sociais, bem como as diferentes configurações de privacidade aplicadas em cada uma delas. Por exemplo, a ênfase visual do Instagram suscita preocupações únicas comparativamente com outras plataformas. Quando os utilizadores partilham fotografias pessoais, especialmente aquelas que abordam temas sensíveis, como imagens de família com crianças, pessoas doentes ou falecidas, essas imagens são geralmente destinadas a um público íntimo específico. Embora essas fotografias estejam publicamente disponíveis, levantam inúmeros dilemas éticos, já que, muitas vezes, não existe uma clara perceção, por parte dos utilizadores, de que não apenas familiares e amigos, mas também estranhos, incluindo os investigadores, podem aceder e visualizar essas publicações.

Ora, isso reforça a complexidade dinâmica e matizada das fronteiras entre o público e o privado (Townsend & Wallace, 2016; Ravn et al., 2020). Tal decorre do facto de os média e o marketing criarem um ‘público íntimo’ de ‘estranhos’, que consomem conteúdos emocionais e pessoais, pressupondo um entendimento comum partilhado e os limites do seu público (Berlant, 2008). Além disso, os usuários das redes sociais cultivam diferentes ‘públicos imaginados’, moldando a sua autoapresentação e gerindo as suas impressões online com base nessas perceções (Marwick e Boyd, 2010). Essa diversidade de ‘públicos imaginados’ evidencia que as noções de público e privacidade são entendidas de maneiras distintas pelos sujeitos envolvidos. Mesmo que os investigadores procurem preservar o anonimato das pessoas retratadas nas fotografias, esse trabalho pode ser dificultado se o contexto visual da imagem, incluindo o fundo ou a combinação de elementos visuais e textuais, permitir a identificação das pessoas

(Ravn et al., 2020).

Para superar os obstáculos e as incertezas relativas ao carácter público ou privado das publicações nas redes sociais, os estudos sugerem algumas dicas ou estratégias práticas. Primeiramente, os objetivos da conta podem indicar o seu carácter. Perfis vinculados a sites ou blogs, ou que incluam links para websites externos, provavelmente desempenham funções comerciais ou promocionais para pequenas empresas (Ravn et al., 2020). Importa, também, considerar as características técnicas das plataformas digitais e as expectativas de privacidade dos usuários. Por exemplo, enquanto as publicações em grupos privados no Facebook devem ser consideradas privadas, aquelas acompanhadas por hashtags podem ser vistas como públicas, já que os seus criadores pretendem alcançar o maior número possível de usuários e de visualizações (Townsend & Wallace, 2016; British Psychological Society, 2013).

Além disso, o tipo e o formato dos dados (texto, fotografia, áudio ou vídeo) podem, também, ser indicativos da privacidade das publicações. Habitualmente, as imagens geradas pelos utilizadores das redes sociais, mesmo que publicamente disponíveis, são consideradas mais pessoais e sensíveis do que os dados textuais. As imagens permitem identificar mais facilmente os indivíduos, podem incluir sujeitos adicionais ou referir-se a temáticas mais sensíveis, como saúde mental ou violência sexual (Humphreys, 2016; Williams et al., 2017). Para resolver essa questão, os investigadores podem cartoonizar as imagens (transformá-las em desenhos), desfocar ou omitir detalhes das faces e dos corpos, ou usar uma caixa preta/barra de censura para proteger a identidade dos envolvidos (Caruso & Roberts, 2018). Em alternativa, podem descrever o material visual (imagens) juntamente com o textual (legendas, hashtags e comentários), ou analisar os dados de forma agregada para evitar a identificação dos sujeitos (Tiidenberg, 2018).

Independentemente de os perfis serem públicos e das estratégias utilizadas para rastrear a privacidade das contas, questionar os titulares so-

bre a definição do ‘público-alvo’ das suas publicações ou solicitar-lhes permissão para reproduzir imagens em produções académicas (por exemplo, utilizando as funcionalidades das plataformas para enviar uma mensagem direta aos utilizadores) são as abordagens mais prudentes e eticamente responsáveis (Ravn et al., 2020).

Embora os princípios éticos gerais da investigação social possam orientar a pesquisa, não se deve seguir uma lógica de previsão a priori, especialmente ao utilizar dados das redes sociais, que apresentam desafios éticos particulares e exigem debates mais aprofundados. Considerando que o conteúdo dos dados (públicos ou privados) pode mudar através de links para outras interações, evoluindo e recirculando no espaço virtual, e que os comités de ética institucional frequentemente carecem das competências e conhecimentos necessários para avaliar os aspetos éticos específicos das pesquisas em contexto online, a adoção de uma ‘ética situacional’ pelo investigador promove uma postura crítica e reflexiva (Kosinski et al., 2015).

Esta abordagem situacional enfatiza a necessidade de as pesquisas não se focarem exclusivamente na regulamentação ética estabelecida e genericamente aplicável, mas sim priorizarem princípios e processos éticos mais situacionais, flexíveis, adaptáveis e reflexivos. A perspetiva ética situacional privilegia uma abordagem ética contínua, conforme o processo de pesquisa se desenvolve e surgem requisitos e preocupações específicas, enfatizando a necessidade de tomar decisões éticas conforme o processo de pesquisa se desenvolve, à medida que vão surgindo requisitos e preocupações éticas específicas, oferecendo uma resposta mais flexível e adaptada a cada momento eticamente relevante (British Sociological Association, 2002; Miller, 2012; British Psychological Society, 2013; Salmons, 2017). Esta abordagem reflexiva está epistemologicamente alinhada com a natureza dinâmica e mutável das redes sociais, bem como com a constante evolução e complexidade das características das plataformas digitais, especialmente em relação aos algoritmos (Hennell et al., 2020).

Considerações finais

O pontapé inicial de um processo de pesquisa é sempre desafiador. São muitas as expectativas em relação ao objeto de estudo e às suas potencialidades analíticas, metodológicas ou empíricas. Contudo, só quando o investigador se envolve com o problema se apercebe da sua complexidade e multidimensionalidade. Em muitos casos, essa exigência implica a mobilização de conhecimentos de outras disciplinas para uma compreensão mais aprofundada, pragmática e holística do fenómeno. No caso dos ID, a literatura sublinha a necessidade de se convocarem conhecimentos socio-técnicos para a análise das suas atividades e práticas, sobretudo no que respeita às noções algorítmicas subjacentes às plataformas de redes sociais.

Atendendo à vasta produção científica sobre este grupo de indivíduos, especialmente nas áreas da comunicação e do marketing, numa clara hiperespecialização do conhecimento, esse esforço multidisciplinar seria, à partida, de fácil execução. Todavia, uma vez que este fenómeno é pouco estudado pela lente analítica da sociologia, essa potencialidade multidisciplinar para a nossa pesquisa rapidamente se desvanece, dificultando a avaliação da relevância e pertinência desses contributos e a sua respetiva incorporação no estudo para uma compreensão sociológica adequada da problemática. Para mitigar estes problemas específicos, a investigação sobre os ID deve priorizar um enfoque sociológico, conforme os teoremas e os princípios contemporâneos da sociologia.

A complexidade técnica dos algoritmos das redes sociais dificulta a compreensão do seu impacto nas atividades e conteúdos publicados pelos ID. Além disso, mais importante do que dominar completamente a lógica algorítmica, importa incluir, na pesquisa, noções básicas e mais genéricas sobre os algoritmos. Afigura-se mais relevante incluir noções básicas e mais genéricas sobre os algoritmos na pesquisa e questionar os ID sobre o seu entendimento, as suas representações, o significado social e os impactos dessas fórmulas nos conteúdos que produzem e publicam nas redes so-

ciais. Num cenário de investigação em mudança, os novos recursos das plataformas e a diversidade de dados exigem que os sociólogos adotem uma perspetiva crítica e cuidados adicionais na abordagem aos utilizadores, na mobilização de competências e conhecimentos especializados, especialmente de carácter sociotécnico, na metodologia da pesquisa e no entendimento do social (Burrows e Savage, 2014; Williams et al., 2017).

No que concerne aos dilemas éticos sobre o carácter público ou privado dos conteúdos publicados pelos ID, a aplicação de uma ‘ética situacional’, adaptada a cada contexto, sugere que não é necessário obter consentimento para a utilização desses dados para efeitos de pesquisa, dada a natureza pública dos seus perfis e publicações e as parcerias comerciais explícitas com marcas. No entanto, a abordagem mais eticamente responsável consiste em questionar os ID sobre a sua perceção de público e de audiências nas redes sociais, bem como sobre o carácter de privacidade das suas publicações nessas plataformas durante as entrevistas. Além disso, mesmo que os dados sejam recolhidos e analisados ‘livremente’, a sua apresentação pública na tese de doutoramento, ou noutras produções científicas, deve garantir os princípios do anonimato e da confidencialidade.

Referências bibliográficas

Abidin, C. (2015). Communicative Intimacies: Influencers and Percieved Interconnectedness. *Ada: A Journal of Gender, New Media, and Technology*, 8. Disponível em: <https://scholarsbank.uoregon.edu/xmlui/handle/1794/26365>.

Abidin, C. (2018). *Internet Celebrity: Understanding Fame Online*. Bingley: Emerald Publishing.

Álvarez-Monzoncillo, J., & Santín, M. (2023). The marketing of UGC, media industries and business influence. *The Hydra of Lerna and the sword of He-*

racles. In J. Álvarez-Monzoncillo (Ed.), *The Dynamics of Influencer Marketing. A Multidisciplinary Approach* (pp. 19-38). New York: Routledge.

Annisa, F. (2022). Performance of Micro Celebrities: From Digital Meritocracy to Neoliberalism. *Journal of Contemporary Islamic Communication and Media*, 2(2), 49-75. Disponível em: <https://doi.org/10.33102/jicom.vol-2no2.57>.

Araújo, W. P. (2021). A ideologia na era digital: a imagem e os algoritmos como formas tecnológicas de dominação social. *Ethic@*, 20(2), 461-488. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1677-2954.2021.e82589>.

Arnesson, J. (2022). Influencers as ideological intermediaries: promotional politics and authenticity labour in influencer collaborations. *Media, Culture & Society*, 00(0), 1-17. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/01634437221117505>.

Beninger, K. (2017). Social media users' views on the ethics of social media research. In L. Sloan, & A. Quan-Haase (Eds.), *The Sage Handbook of Social Media Research Methods* (pp. 57-73). London: Sage.

Berlant, L. (2008). *The female complaint*. London: Duke University Press.

Boualou, E. A., & Zahi, F. (2023). Sociology & Digital Technology: The Mutation of Sociological Research. In *SHS Web of Conferences* 175, 01054. Disponível em: <https://doi.org/10.1051/shsconf/202317501054>.

Boyd, D., & Crawford, K. (2011). Six Provocations for Big Data. In *A Decade in Internet Time: Symposium on the Dynamics of the Internet and Society*, 21 September, Oxford Internet Institute.

Boyd, D., & Crawford, K. (2012). Critical questions for big data. *Information, Communication and Society*, 15(5), 662-679. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.678878>.

British Psychological Society (BPS). (2013). *Ethics Guidelines for Internet-Mediated Research*. Leicester: BPS.

British Sociological Association (BSA). (2002). Statement of Ethical Practice. London: BSA.

Bucher, T. (2017). The algorithmic imaginary: exploring the ordinary affects of Facebook algorithms. *Information, Communication & Society*, 20(1), 30-44. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1154086>.

Burrows, R. (2011). Visualisation, digitalisation and the 'descriptive turn' in contemporary sociology. In I. Heywood and B. Sandywell (Eds.), *The Handbook of Visual Culture* (pp. 572-588). London: Berg.

Burrows, R., & Savage, M. (2014). After the crisis? Big Data and the methodological challenges of empirical sociology. *Big Data & Society*, 1-6. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2053951714540280>.

Cardoso, G., & Quintanilha, T. L. (2013). Introdução. In G. Cardoso (Coord.), *A Sociedade dos Ecrãs. Sociologia dos Ecrãs, Economia da Mediação* (1.ª ed., pp. 13-23). Lisboa: Tinta-da-china.

Caruso, A., & Roberts, S. (2018). Exploring constructions of masculinity on a men's body-positivity blog. *Journal of Sociology*, 54(4), 627-646. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1440783317740981>.

Corrêa, D. S. (2021). Novos rumos da teoria social a partir de três gestos da sociologia pragmática. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 36(105), 1-19. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3610505/2020>.

Creswell, J. W. (2014). *Research Design. Qualitative, Quantitative, & Mixed Methods Approaches*. (4.ª ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.

Castells, M. (2002). *A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura*. Vol. I. *A Sociedade em Rede*. (3ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Cheney-Lippold, J. (2011). A new algorithmic identity soft biopolitics and the modulation of control. *Theory, Culture & Society*, 28(6), 164-181. Disponível

em: <https://doi.org/10.1177/0263276411424420>.

Cotter, K. (2018). Playing the visibility game: How digital influencers and algorithms negotiate influence on Instagram. *New Media & Society*, 21(4), 895-913. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444818815684>.

Creswell, J. W. (2014). *Research Design. Qualitative, Quantitative, & Mixed Methods Approaches* (4.ª ed.). Thousand Oaks: Sage Publications.

Cunningham, S., & Craig, D. (2019). Creator Governance in Social Media Entertainment. *Social Media + Society*, 5(4), 1-11. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/2056305119883428>.

Denzin, N. K. (1989). *The research act : a theoretical introduction to sociological methods*. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall.

Droz-Dit-Busset, O. (2022). So-called influencers: Stancetaking and (de)legitimation in mediatized discourse about social media influencers. *Discourse, Context & Media*, 49, 1-8. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.dcm.2022.100629>.

Esteves, J. (2023). The power of algorithms and keys of participation. In J. Álvarez-Monzoncillo (Ed.), *The Dynamics of Influencer Marketing. A Multi-disciplinary Approach* (pp. 39-59). New York: Routledge.

Fecha, J., Antunes, M., Louro, A., & Marcos, A. (2021). O Papel dos Influenciadores Digitais no Século XXI. In 16th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI), June 23-26, 2021, Chaves, IEEE. Disponível em: [10.23919/CISTI52073.2021.9476281](https://doi.org/10.23919/CISTI52073.2021.9476281).

Ferreira, E. A., Grangeiro, R. R., & Pereira, R. (2019). Influenciadores Digitais: Análise da Profissionalização de uma Nova Categoria de Trabalhadores. *Revista Perspectivas Contemporâneas*, 14(2), 04-23. Disponível em: <https://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporneas/article/view/2799>.

Fontes, F. S. (2024). Influenciadores digitais: os novos mediadores simbólico-ideológicos da era digital. *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 47, 111-128. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/08723419/soc47a6>.

García, M., Daly, A. J., & Segado Sánchez-Cabezudo, S. (2016). Identificando a los nuevos influyentes en tiempos de Internet: medios sociales y análisis de redes sociales. *Reis: Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 153, 23-42. Disponível em: <https://doi.org/10.5477/cis/reis.153.23>.

Gillespie, T. (2014). The relevance of algorithms. In T. Gillespie, P. Boczkowski, & K. Foot (Eds.), *Media technologies: Essays on communication, materiality, and society* (pp. 167-194). Cambridge: MIT Press.

Goanta, C., & Ranchordás, S. (2019). The Regulation of Social Media Influencers: An Introduction. In C. Goanta, & S. Ranchordás (Eds.), *The Regulation of Social Media Influencers* (n.º 41, pp. 1-19). The Netherlands: University of Groningen Faculty of Law Legal Studies Research Paper Series.

Hennell, K., Limmer, M., & Piacentini, M. (2020). Ethical Dilemmas Using Social Media in Qualitative Social Research: A Case Study of Online Participant Observation. *Sociological Research Online*, 25(3), 473-489. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1360780419888933>.

Holt J., & Sanson K. (Eds.). (2014). *Connected viewing: Selling, streaming, and sharing media in the digital age*. New York: Routledge.

Humphreys, A. (2016). *Social Media: Enduring Principles*. Oxford: Oxford University Press.

Introna, L. (2016). Algorithms, governance, and governmentality. *Science, Technology, & Human Values*, 41(1), 17-49. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0162243915587360>.

Jankowski, N. W., & Wester, F. (1993). *La tradición cualitativa en la investiga-*

ción sobre las ciencias sociales: contribuciones a la comunicación de masa. In K. B. Jensen, & N. M. Jankowski (Eds.), *Metodologías cualitativas de investigación en comunicación de masas*. Barcelona: Bosch.

Just, N., & Latzer, M. (2016). Governance by Algorithms: Reality Construction by Algorithmic Selection on the Internet. *Media, Culture & Society*, 39(2), 238-258. Disponible em: <https://ssrn.com/abstract=3871903>.

Kitchin, R., & Dodge, M. (2011). *Code/space: Software and everyday life*. Cambridge: MIT Press.

Kitchin, R. (2017). Thinking critically about and researching algorithms. *Information, Communication & Society*, 20(1), 14-29. Disponible em: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1154087>.

Kolo, C., & Haumer, F. (2018). Social media celebrities as influencers in brand communication: An empirical study on influencer content, its advertising relevance and audience expectations. *Journal of Digital & Social Media Marketing*, 6(3), 273-282. Disponible em: <https://www.henrystewartpublications.com/sites/default/files/JDSMM6.3Socialmediacelebritiesasinfluencer-sinbrandcommunication.pdf>.

Kolo, C., Haumer, F., & Roth, M. A. (2022). Formal Professionalization of early-stage Social Media “Influencers” - attitudinal Drivers and Their Relation to Personality Traits. *International Journal on Media Management*, 24(3), 137-163. Disponible em: <https://doi.org/10.1080/14241277.2022.2130324>.

Kosinski, M., Matz, S. C., Gosling, S. D., Popov, V., & Stillwell, D. (2015). Facebook as a research tool for the social sciences: Opportunities, challenges, ethical considerations, and practical guidelines. *American Psychologist*, 70(6), 543-556. Disponible em: <https://doi.org/10.1037/a0039210>.

Lange, P. G. (2008). Publicly Private and Privately Public: Social Networking on YouTube. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 13(1), 361-380. Disponible em: <https://doi.org/10.1111/j.1083-6101.2007.00400.x>.

Lu, J., Yu, C. S., & Liu, C. (2005). Facilitating Conditions, Wireless Trust and Adoption Intention. *Journal of Computer Information Systems*, 46(1), 17-24. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/08874417.2005.11645865>.

Manovich, L. (2011). Trending: The Promises and the Challenges of Big Social Data. In M. K. Gold (Ed.), *Debates in the Digital Humanities* (460-475). Minnesota: University of Minnesota Press.

Marwick, A. E., & Boyd, D. (2010). I tweet honestly, I tweet passionately: Twitter users, context collapse, and the imagined audience. *New Media & Society*, 13(1), 114-133. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1461444810365313>.

Mateas, M., & Wardrip-Fruin, N. (2009). Defining operational logics. UC Santa Cruz. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/3cv133pn>.

McRobbie, A. (2002). From Holloway to Hollywood: Happiness At work in the new Cultural Economy? In P. D. Gay, & M. Pryke (Eds.), *Cultural Economy: Cultural Analysis and Commercial Life* (97-114). London: Sage Publications.

Miller, T. (2012). Reconfiguring research relationships: Regulation, new technologies and doing ethical research. In T. Miller T, M. Birch, M. Mauthner et al. (Eds.), *Ethics in Qualitative Research* (pp. 29-42). London: Sage Publications.

Morin, E. (2011). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. São Paulo: Cortez.

Nichols, B. (1981). *Ideology and the Image: Social Representation in the Cinema and Other Media*. Bloomington: Indiana University Press.

Oliveira, A. R. (2018). Influenciadores Digitais: Trabalho, Estilo de Vida e Consumo. In 7.º Congresso Internacional em Comunicação e Consumo - Comunicon, Outubro 10-11, 2018, São Paulo, Campus Prof. Francisco Gracioso. Disponível em: https://www.academia.edu/41500577/Influenciadores_Digitais_Trabalho_Estilo_de_Vida_e_Consumo.

Ortiz, R. (2022). Influenciadores, intelectuais, mediadores simbólicos. *Rumores*, 16(31), 279-289. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-677X.rum.2022.200396>.

Primo, A., Matos, L., & Monteiro, M. (2021). Dimensões para o estudo dos influenciadores digitais. Coleção Cibercultura. Salvador: EDUFBA. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34395>.

Ravn, S., Barnwell, A., & Neves, B. B. (2020). What Is “Publicly Available Data”? Exploring Blurred Public-Private Boundaries and Ethical Practices Through a Case Study on Instagram. *Journal of Empirical Research on Human Research Ethics*, 15(1-2), 40-45. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1556264619850736>.

Salmons, J. (2017). Getting to yes: Informed consent in qualitative social media research. In K. Woodfield (Ed.), *The Ethics of Online Research* (pp. 109-134). Bingley: Emerald Publishing Limited.

Scherer, K. C., Alves, M. A., & Zucolotto, M. P. (2021). Epistemologia da complexidade e os desafios da hiperespecialização por Edgar Morin. *Saber Humano: Revista Científica Da Faculdade Antonio Meneghetti*, 11(19), 151-169. Disponível em: <https://doi.org/10.18815/sh.2021v11n19.490>.

Schmidt, R. (2017). Sociology of Social Practices: Theory or Modus Operandi of Empirical Research?. In M. Jonas, B. Littig, A. Wroblewski (Eds.), *Methodological Reflections on Practice Oriented Theories*. Springer, Cham. Disponível em: https://doi.org/10.1007/978-3-319-52897-7_1.

Szczurski, M. M. (2017). Social Media Influencer - A Lifestyle or a Profession of the XX1st Century? *Institute of Research and Journals (IRAJ)*, 1-5. Disponível em: <https://depot.ceon.pl/bitstream/handle/123456789/15166/Social%20media%20influencer.pdf>.

Teodoro, C. G., Alturas, B., & Pinheiro, A. M. (2019). Influenciadores digitais e seguidores portugueses: o caso Cameron Dallas. In A. Rocha, I. Pedrosa,

M. P. Cota, & R. Gonçalves (Eds.), 14th Iberian Conference on Information Systems and Technologies (CISTI'2019), June 19-22, 2019, Coimbra, IEEE. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.23919/CISTI.2019.8760753>.

Tiidenberg, K. (2018). Ethics in digital research. In U. Flick (Ed.), *The SAGE handbook of qualitative data collection* (pp. 466-479). London: Sage Publications.

Tinati, R., Halford, S., Carr, L., & Pope, C. (2014). Big Data: Methodological Challenges and Approaches for Sociological Analysis. *Sociology*, 48(4) 663-681. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0038038513511561>.

Townsend, L., & Wallace, C. (2016). *Social Media Research: A Guide to Ethics*. Economic and Social Research Council. Scotland: University of Aberdeen.

Tsamados, A., Aggarwal, N., Cows, J., Morley, J., Roberts, H., Taddeo, M., & Floridi, L. (2022). The ethics of algorithms: key problems and solutions. *AI & SOCIETY: Journal of Knowledge, Culture and Communication*, 37, 215-230. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00146-021-01154-8>.

Verhoef, P. C., Broekhuizen, T., Bart, Y., Bhattacharya, A., Dong, J. Q., Fabian, N., & Haenlein, M. (2021). Digital transformation: A multidisciplinary reflection and research agenda. *Journal of Business Research*, 122, 889-901. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.09.022>.

Willson, M. (2016). Algorithms (and the) everyday. *Information, Communication & Society*, 20(1), 137-150. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1200645>.

Williams, M. L., Burnap, P., & Sloan, L. (2017). Towards an Ethical Framework for Publishing Twitter Data in Social Research: Taking into Account Users' Views, Online Context and Algorithmic Estimation. *Sociology*, 51(6), 1149-1168. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0038038517708140>.

PESQUISADOR-MILITANTE OU MILITANTE-PESQUISADOR? ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE PESQUISA, PSICOLOGIA E POLÍTICA

Por Tássia Bertoncini de Almeida

Resumo

Neste texto, inspirado, entre outros, nos trabalhos de Antonio Gramsci e Pierre Bourdieu, analisa-se a dialética entre o papel de pesquisadora/psicóloga e o de militante/ativista em coletivos e movimentos sociais sob o pano de fundo de uma investigação sobre a(s) juventude(s) em contexto neoliberal e os processos de subjetivação. Advoga-se pela necessidade de articular momentos de distanciamento crítico e de autonomia relativa entre as duas esferas, mas também de organicidade em torno de uma perspectiva crítica e transformadora dos limites impostos pela racionalidade de mercado.

Palavras-chave: Juventude(s); neoliberalismo; ciência; coletivos

Num contexto de crescimento da extrema direita no mundo, que tem apresentado como parte de seu discurso o combate a uma suposta hegemonia da esquerda nos ambientes escolares, universitários e até midiáticos, dando origem a ideias como “Escola sem partido”, discussões como a (não) neutralidade da ciência e a relação entre produção de conhecimento e a disputa política da sociedade, ganham mais espaço e importância dentro e fora do ambiente acadêmico.

Tentarei aqui, de forma breve e a partir da minha própria experiência, trazer algumas reflexões dentro deste grande - e nem um pouco simples - debate. Além de pesquisadora, sou psicóloga e militante em um movimento de juventude e em um partido político no Brasil. Ainda, fui professora universitária simultaneamente aos meus primeiros anos de realização do doutorado. Essa multiplicidade de papéis me colocou em contato com uma diversidade grande de jovens (eu sendo uma,

inclusive), de várias idades e trajetórias. Com todas as diferenças de contextos e histórias de todas essas pessoas, algo me parecia comum: uma contradição vivida entre uma sensação de pressão e medo com o futuro e um contexto de crise econômica, social, ecológica (e sanitária, com a chegada da pandemia) que coloca, justamente, as perspectivas em xeque. Junto a isso, uma percepção ou impressão de uma agudização dos processos de sofrimento mental nesta população e um crescimento aparente de diagnósticos como ansiedade e depressão. Estariam essas questões ligadas - a pressão com um futuro tão incerto e o sofrimento mental? Mas, mais do que isso, o contexto socioeconômico e cultural que crescemos e vivemos teria algum impacto na forma como nos relacionamos com o nosso presente e futuro?

A partir dessas perguntas comecei a desenvolver minha pesquisa atual de doutorado, partindo do olhar da psicologia social, sobre o tema da juventude, neoliberalismo e saúde mental. Mais precisamente sobre as narrativas dessa juventude sobre sucesso e fracasso, ou ainda, como esses jovens falam, sentem e percebem suas próprias trajetórias de vida - a partir das ideias de sucesso e fracasso - e de que forma isso impacta a sua saúde mental.

Como eu disse anteriormente, além de pesquisadora, sou parte de um movimento social de juventude brasileiro desde 2014. É um coletivo nacional que nasceu nesse mesmo ano e que foi fundado com o objetivo de organizar jovens, em sua diversidade, engajada nos mais diversos espaços de intervenção (educação, antiproibicionismo, direito à cidade, antirracismo, feminismo, luta LGBT, dentre outros) em uma mesma organização, sob a insígnia do anticapitalismo. Havíamos acabado de passar no Brasil (assim como em outros lugares do mundo) por um ascenso de lutas sociais, que ficou conhecido como Junho de 2013 ou Jornadas de Junho, que foi protagonizado, principalmente, por uma juventude que há um tempo não via nas ruas uma alternativa de disputa da realidade e das vidas.

A estrutura organizativa inicial proposta para este coletivo foi pensada a partir de uma análise teórica e conjuntural das formas de organização de movimentos sociais. Além disso, ela buscava responder aos desafios e anseios de uma geração pouco familiarizada com espaços de construção coletiva e muitas vezes um tanto desconfiada de organizações formais. Essa juventude cresceu, especialmente no Brasil, durante um período de relativa estabilidade econômica, social e política - cenário bastante distinto do contexto atual, tanto no país quanto no mundo.

Nesses 10 anos de coletivo e de militância, me formei enquanto psicóloga e ingressei na carreira acadêmica como pesquisadora e docente e esses papéis todos me propiciaram uma série de reflexões, inquietações e perguntas. Parte delas eu tento responder em minhas pesquisas, outra parte em minha militância. Mas, será que é tão simples assim essa separação? Onde termina a pesquisadora e começa a militante e vice-versa? O quanto a produção de conhecimento que eu me proponho e a minha prática enquanto psicóloga caminham lado a lado com a militância que carrega como centro a transformação social?

Eu, obviamente, e que bom, não sou a primeira a fazer essa reflexão - o que não a torna mais simples. Diversos filósofos, sociólogos, cientistas no geral já debateram longamente a relação entre ciência, poder, ideologia, a (não) neutralidade na produção do conhecimento, o papel da teoria revolucionária, a separação ou não entre militância e produção de ciência, como é o caso de Bourdieu e Gramsci, autores que dialogarei mais nesse texto.

Os objetivos e a importância da minha pesquisa em termos acadêmicos são elementos que debato em minha tese. Mas como essa pesquisa pode contribuir para refletirmos também elementos da política, como por exemplo, quais os desafios podemos enfrentar para organizar uma juventude tão imersa na racionalidade neoliberal

ral? Quais as potências e por onde passam as resistências desse setor a essa racionalidade? O que move e mobiliza esses jovens? Essas respostas, obviamente, não surgirão prontas da minha tese isoladamente, mas será que não poderei tentar apontar pistas?

E mais, como a minha experiência também, enquanto uma jovem militante, informa a minha pesquisa? O contato com tantos jovens que eu tive e tenho através do movimento social me traz reflexões sobre esse grupo, mesmo que de forma recortada, ou seja, me proporciona uma intensa imersão no meu contexto de pesquisa. Além disso, eu diria que uma parte grande de quem eu sou enquanto pesquisadora, desde o temário do que eu pesquiso até meus referenciais teóricos e metodológicos, foram bastante influenciados pela minha formação enquanto militante.

Me proponho então, nesse texto, a tecer algumas reflexões a partir dos fios que atravessam e influenciam a minha atual pesquisa, e que se embolam com o meu lugar na política, na academia e na psicologia. Começarei pensando primeiro sobre o meu lugar enquanto pesquisadora dentro de novo.

Afinal, onde termina a militante e começa a pesquisadora?

Conseguimos pensar uma produção do saber neutra? É possível teorizar sobre a sociedade, a cultura, a história, a economia, os indivíduos de forma descolada de um projeto de mundo? Essas perguntas foram abordadas por diferentes pensadores, e diferentes caminhos foram tomados para respondê-las. Eu me filio na(s) corrente(s) de pensamento que partem da não neutralidade como uma primeira resposta. Mas a partir disso, ainda se abrem novas perguntas e posições. Mesmo reconhecendo a não neutralidade do pesquisador, não seria importante e desejável que este tomasse um certo distanciamento dos seus estudos, que conseguisse dividir seu papel

ativo na disputa da sociedade e reflexivo sobre ela, e que a produção de conhecimento fosse, portanto, autônoma da ação política? Essa é a defesa de alguns autores, como Bourdieu (2001).

Indo em uma direção um pouco diferente temos a visão de Gramsci. Um conceito importante dentro da discussão que o autor faz sobre hegemonia é o de intelectuais e mais especificamente o de intelectual orgânico. Gramsci (1999) defende que todo grupo social produz seus próprios intelectuais que cumprem o papel de produzir teoria que sustente e fomente a luta política, ideológica e a disputa de hegemonia. O intelectual orgânico é aquele que é parte constante do grupo que pertence, que está inserido no cotidiano, que tem um papel político e social ativo. É através desse permanente contato entre teoria e prática, entre pensamento e ação, que produz conhecimento que parta da realidade do grupo que pertence e que sirva para a disputa de hegemonia (Gramsci, 1999).

Nesse sentido, uma proposta revolucionária e o desenvolvimento de um conhecimento contra-hegemônico, passa por uma construção a partir das classes dominadas. Conhecimento este, inclusive, que contribui para desvelar os processos de dominação, exploração e consolidação da hegemonia.

Gramsci e Bourdieu têm, então, visões um pouco diferentes sobre a relação entre produção de conhecimento e vida política. O primeiro vê os intelectuais como diretamente envolvidos na militância e na luta política, tendo um papel central na disputa de hegemonia, já Bourdieu defende uma postura de distanciamento crítico, onde a pesquisa científica e a ação política são complementares, mas distintas, enfatizando a importância da autonomia do campo científico e a análise crítica das estruturas de poder. Bourdieu ainda defende que a produção do saber não é individual, mas sim social. A ciência, seria então, fruto de um processo coletivo e permanen-

temente reflexivo, o que implica que os intelectuais devem sempre estar vigilantes sobre suas posições e influências. Ainda assim, ambos reconhecem a importância da produção do conhecimento para a transformação mais profunda das estruturas sociais, econômicas e culturais.

Compreendo a importância da autonomia da produção de conhecimento. Um intelectual - mas também um militante - tem que ser capaz de olhar criticamente para a sociedade e para a conjuntura, mas também para a organização ou movimento que integra, e isso exige uma certa capacidade de distanciamento, por mais difícil que isso seja. Ao mesmo tempo, uma total separação entre teoria e prática não pode, justamente, acabar por descolar demais uma da outra? Nesse sentido, uma organicidade entre as duas não seria necessária?

Ainda, isso não pode querer dizer que não há nenhum tipo de divisão entre a produção de conhecimento enquanto pesquisadora e enquanto militante. Mesmo que essa separação não seja linear e por vezes seja contraditória, há diferenças de papéis, de temporalidade, espacialidade e por vezes, de objetivos; além disso, há uma diferença de método. Isso, principalmente dentro da compreensão geral de ciência, garante, inclusive, certa validade ao conhecimento produzido dentro do contexto acadêmico.

Por fim, a ideia de uma sociologia reflexiva de Bourdieu, que enfatiza a necessidade de auto-reflexão crítica dos sociólogos sobre suas próprias práticas, posições e influências, reconhecendo e analisando as condições sociais e históricas que influenciam a produção do conhecimento e a eles mesmos enquanto sujeitos, é muito importante (até para reconhecer uma certa autoridade do conhecimento científico) e pode - e deve - também ser aplicada a psicologia, o que nos leva a próxima pergunta.

Psicologia para quê e para quem?

Como diz a famosa frase de Marx e Engels (2007, p.72) “As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante”. Isso quer dizer que a luta de classes se expressa na materialidade da vida, mas também nas ideias, nas subjetividades, nos desejos.

A partir dessa ideia central Lenin, e posteriormente Gramsci, trabalham com a ideia de Hegemonia, entendendo esta como o uso de aparelhos ideológicos para consolidar a dominação não somente econômica, mas também política, teórica e cultural. Ela é exercida pela combinação de força (Estados, leis, polícia etc) e consenso (valores, normas de conduta, regras etc), sendo papel do segundo também de ocultar um tanto do primeiro. Nesse sentido, os órgãos de opinião pública, como as mídias, escolas e partidos, ganham centralidade na construção e consolidação da hegemonia (Gramsci, 1999).

Mas a Hegemonia está em constante disputa, podendo, como é o mais frequente, ser reflexo dos interesses das classes dominantes, mas podendo também, refletir elementos das classes subalternas e servir a transformações sociais. Nesse sentido, os intelectuais cumprem um papel central, na visão de Gramsci, tanto na consolidação quanto na construção de um pensamento contra-hegemônico.

Portanto, a ciência e a produção de conhecimento, são partes importantes na disputa hegemônica. O conhecimento psicológico, então, é parte disso. E desde seu surgimento a psicologia cumpriu, majoritariamente, um papel de contribuição para o fortalecimento da hegemonia da burguesia enquanto classe dominante e do sistema de exploração.

As noções de individualidade, personalidade e sujeito sobre as quais a psicologia parte e se desenvolve, mesmo dentro de diferentes

correntes epistemológicas, são fruto de uma concepção de humanidade que surge na transição do feudalismo para o capitalismo e que ecoa o pensamento de uma classe que, até aquele momento, estava em ascensão: a burguesia (Figueiredo e Santi, 2018). O centro do pensamento psicológico é a ideia de indivíduo privado e movido por uma natureza humana e “emergiu quando a reprodução das concepções de individualidade isolada, necessárias à manutenção da ordem do capital, encontrou na construção de uma ciência parcial um momento importante para a disseminação da estrutura de comando da burguesia” (Lacerda Jr, 2010, p.20). A ideia de um ser humano naturalmente individualista, egoísta, competitivo e anti social contribuiu para a perpetuação de uma sensação de inevitabilidade do sistema de exploração.

Ou seja, a psicologia nasce e se desenvolve a partir de uma noção de sujeito aparentemente universal e natural, enquanto cumpre um importante papel em ajudar a consolidar essa visão. Podemos dizer, então, que um dos primeiros feitos da psicologia foi, justamente, contribuir com a percepção, até hoje dominante, de que há um sujeito universal, independente de contexto e história. E este, não por acaso, é exatamente o indivíduo burguês. A psicologia terá, portanto, um papel essencial na consolidação do capitalismo e no controle da mão de obra - parte central da sobrevivência e reprodução do capital.

E para além do referencial teórico que reafirma uma certa visão de humanidade, enquanto ciência em construção, também servirá ao desenvolvimento de técnicas nas áreas da educação, saúde e trabalho que servirão ao controle. Esse desenvolvimento foi mudando e se adequando de acordo com as reorganizações internas do capitalismo, como vemos claramente na história da psicologia do trabalho resgatada por Bernardo, Oliveira, Souza e Sousa (2017).

Essa tendência da psicologia em tratar como natural - e a-histórico - o ser humano, se aprofunda ainda mais em um contexto neoliberal.

O neoliberalismo tem sido cada vez mais compreendido, por diversos autores, como muito mais do que um sistema político e econômico. As inovações na organização do capitalismo pós crise de 1970 se dão em diversos âmbitos, inclusive, claro na economia e política, relação entre estado e mercado, organização do trabalho, mas também pela gestão da vida, sentimentos, projetos de futuro, narrativas e formas de sofrer e de gerir o sofrimento (Harvey, 2014; Alves, 2011; Dardot e Laval, 2016; Safatle et al, 2020).

Dardot e Laval (2016) falam em neoliberalismo como uma nova racionalidade, que permeia todos os aspectos da vida dos sujeitos e das relações sociais. Esta propaga profundamente a ideia de sujeito empresa como a única forma de gestão de todos os âmbitos da vida. É parte da produção teórica neoliberal o desenvolvimento de estratégias de introjeção pelos indivíduos da lógica e do léxico econômico como o único possível na forma de viver a vida, e isso não se faz sem o auxílio de teorias do campo psi - seja a medicina ou a própria psicologia (Safatle et al, 2020).

O neo sujeito, aquele que melhor se enquadra nessa nova configuração do capital, que melhor atende às demandas do mundo do trabalho, que mais cabe dentro dos padrões normativos de comportamento e personalidade, é o sujeito flexível, rapidamente adaptável, empreendedor de si, competitivo, disciplinado, auto vigilante, permanentemente em busca do auto melhoramento.

A psicologia então, sendo parte deste arsenal teórico e intelectual que contribui para a consolidação de uma hegemonia neoliberal, vai avançar no desenvolvimento de novas teorias e técnicas que contribuem e alimentam essa concepção de neo-sujeito. Um ótimo exemplo é o surgimento, no fim dos anos 1990 e começo dos 2000 da Psicologia Positiva, que vai rapidamente ganhar espaço na academia, investimento financeiro e que vai ser base de novas correntes como o Coaching (Stecher & de la Fabián, 2017).

A Psicologia Positiva se propõe, em contraposição a uma psicologia que abordaria mais as patologias e o sofrimento, a tentar avançar em bases científicas para a definição e desenvolvimento de métodos para a criação de uma felicidade duradoura. Tem como objetivo que os próprios indivíduos criem ferramentas de gestão individual do seu processo de felicidade, através de técnicas como mentalização, positividade e gratidão (Stecher & de la Fabián, 2017). Em um primeiro momento, ela pode parecer um novo movimento teórico que contribui para o desenvolvimento da saúde e do bem estar. Mas, na prática é, mais uma vez, a psicologia respondendo às demandas dos processos de dominação e exploração, dessa vez através do incremento de ferramentas de auto-governo e ultra-individualização dos processos psicológicos.

É importante ressaltar que, apesar de historicamente, a psicologia ter cumprido, majoritariamente, um papel de controle e manutenção do sistema capitalista, isso não quer dizer que não tenham surgido críticas e projetos alternativos de psicologia ao longo do tempo. Lacerda Jr (2010) afirma que as crises cíclicas do capital são acompanhadas de crises na psicologia. Na América Latina, por exemplo, nos anos 1980 ganha muita força uma psicologia social crítica, que tem como centro de suas reflexões tanto a práxis da psicologia (enquanto teoria e campo prático) e o compromisso social, ético e político dela (Yamamoto, 1984). Foi muito a partir dessa tradição que eu me formei enquanto psicóloga e que construí a minha perspectiva acadêmica e profissional.

Essa psicologia crítica ainda é limitada em alcance e produção teórica, especialmente pensando em temas como movimentos sociais, participação popular, mas também os impactos subjetivos das mudanças mais recentes na configuração do capitalismo, da crise ecológica e nas disputas sobre o futuro. Além de que, a psicologia que cumpre o papel de fortalecimento da hegemonia segue forte. Mas tem que ser necessariamente assim?

Que psicologia produzir, então?

Ao me propor a escrever essa reflexão, me deparei com os textos de Yamamoto (1987) e Fernando Lacerda Jr (2010) que me geraram certa inquietação ao defenderem em seus escritos que não há como criar uma psicologia marxista, que contribuiria para o rompimento completo com o sistema que vivemos. Afirmam que a perspectiva de sujeito, o método de estudo e a concepção de ciência que sustentam a psicologia, mesmo em seus modelos mais críticos - ou alternativos - ainda se dão nos marcos da produção de conhecimento da burguesia e sobre ela, partindo de uma lógica fragmentada de ciência. Ambos se questionam se faria sentido, inclusive em termos teóricos, tentar desenvolver uma psicologia marxista.

Eles não estão defendendo a não existência de estudos científicos da humanidade ou subjetividades de alguma forma, mas que esse estudo tem que ser parte de uma ciência mais unitária, que não separe elementos sociais, históricos, econômicos e subjetivos.

Compreendo a defesa que estão fazendo, mas me parece que esse outro modelo só se tornaria plenamente factível em um contexto de superação do capitalismo e da lógica de produção do conhecimento que está embutida nele. Enquanto isso não acontece, não produzimos teorias sobre os sujeitos? Nos recusamos, então, a adentrar nessa contradição inerente não só a psicologia e produzir conhecimento a partir de uma perspectiva crítica, mesmo que com limitações? Acredito que esse arsenal teórico poderia, inclusive, colaborar, justamente, para a organização de mais pessoas em espaços coletivos de luta e transformação social radical, sendo utilizado pelas próprias organizações, movimentos e partidos.

Como integrantes de movimentos sociais, cotidianamente estamos tentando através das reflexões teóricas que se transformam em experi-

ências práticas, traduzir em pautas e programa, palavras de ordem, formatos organizativos, táticas de mobilização etc, a revolta, as angústias, demandas, desejos e projetos das pessoas afetadas diretamente pelo sistema de dominação e exploração de classe, que é também racista, machista, LGBTfóbico.

O que move essas pessoas? O que leva pessoas a entrar e permanecer em um movimento social? Que formas de organização são mais atraentes e fazem mais sentido para os sujeitos? Essas são perguntas que nos fazemos cotidianamente. Mais especificamente, dentro do movimento de juventude nos deparamos com os desafios colocados para organizar a atual geração, que nasceu e se formou dentro de um contexto neoliberal. Construir, então, espaços de organização com essa juventude quer dizer, então, se enfrentar com a permanente contradição entre indivíduos imersos num contexto de ultra individualização e competição e a construção de um projeto coletivo e conjunto. Tudo isso em um momento de crise social, econômica, sanitária, ecológica que coloca o nosso futuro em cheque e aumenta a pressão para que cada um resolva, individualmente, seus problemas e dê conta de sua existência.

Além disso, a temática da saúde mental atravessa, por exemplo, os próprios militantes. Frequentemente este é um desafio que esbarramos dentro dos movimentos. Os militantes, mesmo quando compreendem que seu sofrimento também tem um origem social e estrutural, não necessariamente deixam de ser afetados por este, ou conseguem desenvolver ferramentas individuais e coletivas para lidar com ele. Ao mesmo tempo, vemos em muitos casos, como os espaços coletivos podem contribuir para o desenvolvimento de outra relação dos sujeitos e das coletividades com processos de produção de saúde, inclusive mental.

Será mesmo que a psicologia não tem nada a contribuir com algumas respostas ou pelo menos pistas para essas questões e reflexões? O que, até agora, ela produz e produziu sobre (e com) os movimentos

sociais ainda está muito aquém do que de fato são as demandas que estes trazem. Mas isso não quer dizer que ela não possa caminhar nessa direção. Podemos, enquanto campo teórico e prático, avançar em reflexões como: quais mecanismos contribuem para o engajamento em um movimento social; quais elementos subjetivos e sociais contribuem ou atrapalham nesse engajamento; qual o impacto individual e coletivo de ser parte desses espaços; como esses espaços podem contribuir para o esgarçamento ou melhora da saúde mental; quais estratégias coletivas de promoção de saúde esses espaços podem adotar; dentre outras.

Acredito, então, ser central insistirmos nas discussões sobre transformações no campo da psicologia, que, como tentei trabalhar nesse breve texto, segue ainda hoje cumprindo majoritariamente um papel na perpetuação do capitalismo e na manutenção da hegemonia, e que tem se transformado nas últimas décadas para atender a demandas específicas do neoliberalismo, sendo parte de seu arsenal hegemônico.

Portanto, retomar a centralidade do debate de uma psicologia social contra-hegemônica me parece urgente. Avançar progressivamente em uma psicologia que não se entenda como autosuficiente - que entenda como essencial se fazer em permanente diálogo com outras áreas do saber e seja parte de um movimento de avanço para um conhecimento menos fragmentado e que esteja a favor de um projeto de transformação social profunda. Uma área que questione permanentemente sua teoria, prática e seu impacto nos sujeitos e na sociedade.

E, sim, para isso, também precisamos encarar os limites dessa área e seu potencial de transformação. Lacerda Jr e Yamamoto apresentam um limite claro. Em última análise, a psicologia surge e se forma enquanto ciência a partir de uma noção de indivíduo essencialmente burguesa e também de uma forma fragmentada de construção de conhecimento. Precisaremos, sempre, lembrar disso. Além disso, um processo profundo de transformação social, ao meu ver, passa pela luta social coletiva e a

psicologia - ou qualquer área de conhecimento, aliás - pode apenas ser uma ferramenta que contribui para esse processo.

Mas isso não quer dizer que não possamos ou tenhamos que criar reflexões teóricas e intervenções que sejam progressistas e questionadoras das estruturas e violências sociais. Até porque, há uma demanda também técnica e interventiva apresentada à psicologia hoje- que inclusive não passa apenas pelas pessoas em sofrimento.

Ainda, acho importante retomar uma uma reflexão feita por Yamamoto, que dialoga diretamente com a ideia de Bourdieu da produção coletiva do saber: não pode ser de responsabilidade individual de cada pesquisador, pensador, psicólogo, partindo de um debate moral próprio, escolher com o que e como trabalhar para fazer uma psicologia transformadora, até porque isso não se faz sozinho. É uma tarefa coletiva, não só dos psicólogos, aliás, disputar, construir e avançar um projeto de sociedade e de ciência que nos leve ao rompimento da exploração e dominação.

Essas são as reflexões, então, que estão colocadas para mim enquanto pesquisadora e militante. Se de um lado, no meio da esquerda e da militância, ainda estamos um tanto distantes dos debates sobre subjetividade, que são muitas vezes, ainda, rejeitados; de outro, a academia, por vezes, se vê longe dos movimentos sociais, suas demandas e suas próprias produções saberes e pensa sobre eles de fora. Acredito ser essencial o encontro das duas coisas.

Nesse sentido, a ideia de intelectual orgânico do Gramsci serve muito como um horizonte ético e político da forma de fazer pesquisa para mim, sendo uma pesquisadora e militante que produz reflexões a partir da prática e também a serviço da transformação e disputa de hegemonia. E tentando construir uma psicologia, que então, se proporia a ser uma psicologia contra-hegemônica, mesmo entendendo que esta vai sempre estar dentro desses limites que estão apresentados acima.

Mas isso quer dizer que segue sem uma resposta definitiva e bem delineada a questão sobre onde termina a militante e começa a pesquisadora ou vice versa. Até porque, enquanto uma jovem pesquisadora, que é parte de seu próprio recorte de objeto de estudo, imersa em um contexto neoliberal, em permanente contato com jovens, já me deparo com a impossibilidade de uma pesquisa livre de vieses. Também enquanto militante, sempre recorri, mesmo antes de entrar no espaço acadêmico, ao conhecimento teórico para pensar sobre minha prática e construir espaços de coletividade. Então mesmo que eu exerça esses (e outros) papéis em locais, tempos e espaços diferentes, e que tente, por vezes separar tudo isso, eles seguem se misturando e se influenciando constantemente. Nesse sentido, os fios que tecem a produção de conhecimento e a luta pela transformação social seguem embolados.

Referências bibliográficas

Alves, G . (2011) Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo, Boitempo.

Bernardo, M. H., Oliveira, F. de., Souza, H. A. de., & Sousa, A, C. C. de. (2017). Linhas paralelas: as distintas aproximações da Psicologia em relação ao trabalho. Estudos De Psicologia (campinas), 34(1), 15–24.

Bourdieu, P. (2001) Meditações Pascalianas. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil.

Dardot, P. e Laval, C. (2016) A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo.

Figueiredo, L. C. M. & Santi, P. L. R. (2018). Psicologia: uma (nova) introdução. São Paulo: EDUC.

Gramsci, A. (1999) Cadernos do Cárcere, volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Harvey, D.(2014) O neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola.

Lacerda JR, F. (2010) Psicologia para fazer a crítica? Apologética, individualismo e marxismo em alguns projetos psi. 394f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Centro de Ciências da Vida, Programa de Pós- Graduação em Psicologia, Campinas.

Marx, K e Engels, F. (2007) A ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo.

Safatle, V., Da Silva Junior, N. & Dunker, C.(2020) Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico. Belo Horizonte: Autêntica.

Stecher, A. & de la Fabián, R. (2017) A felicidade como promessa e como injunção da sociedade contemporânea: apontamentos para um programa de pesquisa sobre felicidade, governamentalidade neoliberal e psicologia positiva. Ayvu Rev.Psicol., v.03, n.02, pp.26-56

Yamamoto, O. H (1987). A crise e as alternativas da psicologia. São Paulo: EDICON.

NÓS, TRABALHADORES PRECÁRIOS

Por Jorge Corsi

Resumo

Este texto pretende revelar ao leitor alguns traços do contexto social e da multiplicidade do sistema de hábitos, com suas imposições, repressões, uniformização intelectual e moral, i.e., o processo de inculcação da hierarquia e disciplina que foram abordados durante as sucessivas experiências com os grupos e mundos sociais dos trabalhadores da restauração do Porto, bem como as implicações na pesquisa da participação do autor no grupo estudado, enquanto imigrante e assalariado precário.

Palavras-chave: Precariedade; Restauração; Autoreflexividade; Narrativas de vida

As dificuldades para iniciar um texto reflexivo são muitas. Levantam-se as dúvidas da imparcialidade, do distanciamento, i.e., da capacidade de se distanciar do objeto de estudo, do rigor científico e de uma análise que siga os padrões e convenções do método científico. São dúvidas necessárias do fazer científico e que emergem em qualquer processo inicial de pesquisa. No meu caso, as dúvidas são ainda maiores porque incluem relações íntimas com o objeto de pesquisa, não apenas íntimas no sentido de um pesquisador que vai ao campo observar e passa alguns meses a experienciar a vida com os atores da pesquisa, mas, nesse caso, fui eu, eu mesmo, um ator do mundo social estudado.

Um dos principais incômodos em escrever cenas autorreflexivas é o egocentrismo, incomoda-me demasiado pensar em publicar minhas memórias como objeto de estudos sociais, como se estivesse centralizando algo que, para mim, não deveria ser centralizado, dado que vivemos em um mundo repleto de contradições e desigualdades; falar

de mim num estudo sociológico, aparece em primeiro momento como algo banal, desnecessário, como se estivesse colocando num pedestal algo que não deveria estar lá, mas antes reais problemas da humanidade. Ao mesmo tempo, esse processo reflexivo começou a despertar em mim um ponto de viragem, principalmente no que se refere em compreender o meu lugar enquanto pesquisador, imigrante e jovem trabalhador precário.

Acredito que o principal ponto para viragem desta perspectiva autorreflexiva, ou como trabalham Maia e Batista (2020), autoetnográfica, não foi apenas entender que fiz ou faço parte do mundo social do objeto estudado, mas a ideia de que o sujeito que antes era objeto de estudo passa a ser produtor de conhecimento. Portanto, abre nesse processo de autorreflexão um campo de lutas, mesmo que de uma perspectiva mais pessoal, para superação das desigualdades e condições de opressão e exploração que caracterizam o mundo social estudado, dos imigrantes, trabalhadores, dos jovens com trajetórias incertas, dos sindicalistas e intelectuais deslocados.

Isto é, o uso da autorreflexão como uma análise profunda de experiências pessoais podem objetivar o entendimento das experiências dos diferentes atores que compõem o mundo social estudado. Como relembram Maia e Batista (2020), o sucesso da autoetnografia vai depender da capacidade do pesquisador transitar das memórias de experiências individuais para cenas gerais, pois, como Maurice Halbwachs desvendou, a memória é produto de sucessivas socializações, das relações sociais de atores individuais com diversos grupos, como resalta Lahire (2004), que formatam o sistema de disposições, o stock de esquemas de ação que são construídos e organizados ao longo de múltiplas socializações, com grupos diversos que exercem uma força formadora de hábitos, em momentos e lugares que perfazem a experiência de vida de cada pessoa, constituindo-a.

Este texto pretende revelar ao leitor alguns traços do contexto social e da multiplicidade do sistema de hábitos, com suas imposições, repressões, uniformização intelectual e moral, i.e., o processo de inculcação da hierarquia e disciplina que foram analisados durante as sucessivas experiências com os grupos e mundos sociais dos trabalhadores da restauração do Porto, bem como as implicações na pesquisa da minha participação no universo em análise.

Entendo que as memórias deste sociólogo-pesquisador que se tornou imigrante e empregado de mesa, num dos seus primeiros passos da realização da pesquisa “Neoliberalismo e desvalorização do trabalho. Vivências laborais de trabalhadores da restauração do Porto”, pode revelar uma reserva de conhecimentos disponíveis sobre o mundo da restauração no Porto, assim como reconstituir as cenas e diálogos e criar momentos de interação do pesquisador com outros atores deste universo social, que contém um stock privilegiado de conhecimentos e saberes sobre essa realidade.

Uma das potencialidades da autorreflexão reside na capacidade de aproximação do leitor com a realidade do objeto de pesquisa, i.e., uma aproximação mais íntima das experiências cotidianas e dos mundos sociais que compõem a realidade do objeto estudado¹. Espero que as pessoas, ao lerem esse texto, possam sentir na pele as mazelas da degradação e precarização estrutural do trabalho no mundo da restauração do Porto².

Como esse autor gosta de provocações, este texto estará repleto delas. Revelando um sentimento de falta, deste que vos escreve, da imposição teatral e artística no mundo da ciência e na sociedade civil – está tudo tão sem graça, tudo tão normal e caracterizado, parece que a vida pode se enquadrar em qualquer fórmula e padrão do desempenho. Mas sabemos que isto não é a vida, não é a potência humana, mas a potência primitiva da acumulação capitalista³. Metaforicamente,

defendo que precisamos de muitos Abujamra's para animar e estimular a imaginação sociológica dos cientistas e da população civil de nossas sociedades. Aliás, um dos males do conservadorismo e do ser reacionário consiste precisamente na incapacidade de ser provocado, de ser questionado pelo outro que se faz estranho, tão estranho que provoca a instabilidade, a ira, a cólera. Importa cultivar a disposição daqueles que sabem ouvir o estranho, que sempre veem no ato do ser humano um tom de teatralidade⁴. Afinal, a condição de ator social só pode surgir destas contradições constantes e múltiplas pertenças, que nos fazem completos estranhos quando somos nós mesmos e, portanto, sedentos de conhecer o outro, onde essa socialização estranhada, repleta de provocações, contém o germe para conciliação, i.e., para uma síntese da provocação, da oposição de alguma parte do si mesmo que vê naquele estranhamento alguma parte de si perdida nos muitos grupos e mundos sociais apresentado pelo outro.

Por isso, meus amigos e amigas, não se assustem, ou melhor, sim, assustem-se, apavorem-se, quero inquietação, animem-se, revoltem-se, rasguem estas páginas, saiam por aí blasfemando, esperneiem, pensem bem, olhem para os mundos sociais dos outros e encontrem uma resposta.

O mundo da restauração no Porto

Com o triunfo neoliberal, verificamos um intenso processo de mercadorização do setor de serviços, originando a formação dos novos assalariados dos serviços, ou seja, trabalhadores proletarizados, principalmente, em áreas como restaurantes, hotéis, supermercados e call centers. Este crescimento setorial está intrinsecamente ligado a um mundo do trabalho desregulado e flexível, onde a precariedade, isto é, a incerteza, a insegurança, a concorrência, o trabalho árduo, o sofrimento, o cansaço e a desregulação entre a vida social e o trabalho pretendem se fazer normal (Antunes, 2018).

Esta metamorfose do capitalismo marca um intenso processo de mercadorização e desvalorização do trabalho, mobilizado pelos programas neoliberais de desregulação e flexibilização. Defendo que este conjunto de transformações contribuem para a emergência de uma formação social precária (Braga, 2016). A insegurança, a incerteza, o cansaço aumentam, desestabilizando as experiências laborais e os modos de vida, aumentando a exploração, acelerando o desempenho (Rosa, 2019) e gerando um cenário de empobrecimento, desestruturação e fragmentação das classes trabalhadoras - a degradação e a precarização estrutural do trabalho geram problemas socioeconómicos, desregulam os modos de vida e de trabalho, impactam o bem estar social e emocional dos trabalhadores, privando-os de projetar um futuro comum (Antunes, 2018; Beaud & Pialoux, 2009; Carmo, 2020; Lopes et al. 2017).

Em Portugal, com a consolidação neoliberal, o setor da restauração, cresceu vertiginosamente, marcado por jornadas irregulares, contratos precários e salários reduzidos, vivendo com a escassez de trabalhadores. O mundo da restauração segue a lógica do ganho de curto prazo e da intensificação dos ritmos e processos de trabalho. Os restaurantes tornam-se um espaço de cansaço, sofrimento, insegurança e imprevisibilidade. No trabalho e nos modos de vida, estes trabalhadores vivenciam os impactos multidimensionais da precariedade. Uma realidade marcada pela dificuldade de conciliação entre trabalho, a vida familiar e projetos para uma vida digna (Lopes, 2024).

Com esta breve descrição do cenário global do mundo do trabalho e as novas morfologias do trabalho no século XXI, entendo ser possível iniciar uma autorreflexão de minhas experiências como trabalhador da restauração no Porto. O texto será, pois, uma espécie de contação de histórias, repleto de diálogos e descrição das cenas e experiências cotidianas da precarização dos modos de vida e de trabalho.

Dessa forma, pretendemos aproximar o leitor dos mundos sociais e das experiências dos homens e mulheres que trabalham nos restaurantes da cidade.

A práxis dramática

“Antes de tudo, é preciso não dotar os próprios personagens de espírito, mas sim coloca-los em situações que lhes deem espírito”.

Diderot

“As pessoas ainda são pessoas e não teclas de piano. [...] Tenho fé nisso, assumo a responsabilidade por isso, porque todo o assunto humano consiste, na realidade, em o homem provar a si mesmo, a cada instante, que é um homem e não um pistão!”.

Dostoievski

O primeiro momento em que gostaria de reconstituir algumas cenas e diálogos refere-se às causas da situação migratória e à condição de proletariedade dos trabalhadores do setor de serviços, características que evidenciam a precarização estrutural dos modos de vida e de trabalho. Podemos afirmar que o caso da imigração e do trabalho precário de jovens universitários expressa o confronto entre universos sociais distintos, uma situação repleta de momentos de incerteza e tensão. Segundo Caetano (2012: 26), esses momentos são parte das vivências cotidianas que constituem as trajetórias pessoais dos indivíduos, resultado de rupturas nos trajetos de vida e da confrontação entre diferentes mundos sociais, o que gera um desfasamento entre hábitos incorporados que se tornam concorrentes. Por isso, as cenas descritas abaixo buscam representar o contexto social e as mentalidades dos jovens imigrantes e trabalhadores proletarizados em condições de trabalho precário.

Durante a elaboração da minha dissertação de mestrado, entrevistei diversos estudantes brasileiros da Universidade do Porto. Um deles era Frederico, um jovem estudante de biologia nascido no Rio de Janeiro, alto, de cabelo preto curto, pele branca, de família de classe média brasileira. Na época da entrevista, Frederico estava no segundo ano do curso de biologia, enfrentando dificuldades financeiras e trabalhando na biblioteca da faculdade de ciências por meio de um programa de ação social da instituição, sem contrato de trabalho, férias remuneradas, direitos sociais ou garantias de estabilidade. A entrevista foi proveitosa. Frederico mencionou o prazer em interagir com colegas portugueses, ressaltando suas capacidades de adaptação à cultura e língua portuguesa, fazendo muitos amigos e estabelecendo vínculos fortes.

Três anos depois, por acaso, reencontrei Frederico. Relembramos o momento da entrevista, rimos e logo perguntei como estava a vida após tanto tempo. Frederico disse que estava passando por um período de incerteza e instabilidade, sentindo-se exausto. Relembrou que, no ano seguinte à entrevista, não conseguia sustentar-se apenas com o trabalho de meio período na biblioteca; portanto, buscou um emprego extra em um hotel. Contudo, essa experiência, juntamente com o trabalho em uma rede de supermercados e numa pizzeria, foi uma das piores de sua vida. No hotel, não havia horário fixo para sair, a hierarquia era extremamente rígida, a gerente o assediava moralmente diariamente, e havia uma pressão irreal pelo desempenho, sem momentos de descanso. Frederico permaneceu menos de seis meses no hotel e conseguiu, então, uma vaga em uma grande rede de supermercados. Inicialmente animado, porque pensava que numa grande empresa teria melhores condições, rapidamente percebeu que as condições eram degradantes. Segundo ele, até sua formadora estava à beira do esgotamento, frequentemente a encontrava chorando nos corredores, desabafando sobre estar ali por falta de opção para

garantir sua subsistência. A rotina no supermercado era imprevisível: horários mudavam semanalmente, ora começava o dia às 5h para estar no trabalho às 6h, ora entrava à noite – por sorte o trabalho na biblioteca não era todos os dias. Trabalhar em um supermercado não se limitava a operar o caixa ou repor mercadorias, as exigências de supervisão incluíam constantes mudanças de posto, a necessidade de estar sempre alerta e de manter um desempenho fora do comum, com um salário extremamente baixo. Diante dessas condições, Frederico esperou apenas o mês de experiência e não assinou o contrato, explicando: “Eu queria sair imediatamente. Seria terrível ter que cumprir aviso prévio para sair daquele trabalho.” Assim, Frederico continuou a buscar outro emprego de meio período, e, com poucas opções, começou a trabalhar em uma rede de pizzarias. A dificuldade na pizzaria era trabalhar enquanto todos descansavam, mal conseguia ver os amigos, e as relações recém-criadas não se sustentavam. O trabalho noturno desestruturava todo ciclo de socialização que poderia estabelecer. O desgaste físico e emocional também eram desafios constantes. Na pizzaria, Frederico desempenhava múltiplas funções, desde operar o caixa até preparar pizzas e limpar a cozinha e a área de serviço. Como o próprio disse “Aquilo funciona como uma fábrica, tem esteira, é um processo produtivo. Caso alguém falte ou se distraia, a pizza cai no chão. Muitas vezes, fazia o trabalho de duas pessoas. Perdi as contas de quantas vezes segurei a pizza quente, saída do forno, com as mãos e joguei na caixa; é uma habilidade comum de quem trabalha lá. Sem falar dos problemas com os clientes... Uma vez, no Ano Novo, foi um inferno! Sabe que é a noite em que a pizzaria mais vende no ano todo. E os erros acontecem, mas os clientes não entendem, começam a reclamar e destratar quem trabalha.”

Continuando a conversa, relatei também minha experiência como trabalhador da restauração, empregado de mesa que atuava em dois turnos no mesmo dia, sem folgas em feriados, lidando com

a incerteza sobre a duração da jornada e a pressão constante por um desempenho impecável para atender os clientes. Uma das piores sensações de trabalhar em dois turnos no mesmo dia era a falta de desconexão do trabalho, entrar às 11h da manhã, ter uma pausa às 15h e depois voltar às 18h, saindo apenas às 23h (nos finais de semana até à meia-noite), parecia que o trabalho não dava trégua. Se pelo menos tivéssemos mais dias de férias remuneradas como compensação, mas nem isso, os poucos benefícios que temos estão sendo constantemente ameaçados. Frederico concordou, sentia a mesma coisa. E o mais difícil era perceber que essa insegurança, o cansaço e a pressão pelo desempenho eram cada vez mais comuns e predominantes no mundo do trabalho. “Realmente, Carlos”, disse Frederico, “se eu pudesse descrever como me sinto hoje, seriam com três palavras: insegurança, cansaço e incerteza.”

As trajetórias pessoais e as socializações de um imigrante já são marcadas por contradições, rupturas e, principalmente, pelo conflito entre hábitos incorporados. Se a pertença a diversos grupos e a socialização em esferas sociais variadas fazem parte da formação dos atores sociais nas sociedades modernas, conforme observa Lahire (2004), as trajetórias pessoais, os percursos biográficos e as socializações de trabalhadores proletarizados, imigrantes e jovens precários são certamente constituídos por momentos de crise, conflito, incerteza e tensão.

No cotidiano de trabalho, a insegurança do contrato a termo certo e a incerteza de não ter um horário definido para sair, além da dificuldade em equilibrar a vida social, a construção de relacionamentos e a amizade, são processos particularmente violentos nessa condição de trabalho. Por exemplo, um dos maiores choques de realidade era ver meus colegas de trabalho puxando uma almofada para dormir no chão da sala de serviço do restaurante: como moravam muito longe do trabalho, não valia o tempo de deslocação para descansar em casa no período entre os dois turnos.

Isso não significa que os trabalhadores aceitem passivamente essas disposições de competição, incerteza, insegurança e pressão por desempenho, tão características das dinâmicas de acumulação do capitalismo neoliberal. Pelo contrário, as lutas por maior autonomia e pela superação ou desvio do cansaço, da monotonia e da falta de equilíbrio com uma vida digna fora do trabalho são constantes. Lembro-me de um dos dias mais marcantes em termos de diálogos e ações de subversão da ordem e das dinâmicas de acumulação do capitalismo neoliberal no nosso cotidiano de trabalho: uma greve geral convocada pela CGTP. No entanto, lá estávamos nós, como sempre, trabalhando. “Nem no 25 de Abril, nem no Dia do Trabalhador, nem no Natal nem no Ano Novo. A gente não tem descanso! E hoje é greve geral! O que estamos fazendo aqui? Minha filha em casa, recém-nascida, chorando porque não posso ficar com ela”, exclamava Bertô. “Isso me revolta”, disse Carlos. “A outra está atrasada porque teve que voltar para casa devido à redução do serviço de metro, e o pessoal está reclamando dela, disse Bertô. “Mas”, respondeu Carlos, “Nós, precisamos nos organizar. A greve é possível, bastava nos organizarmos!” “Realmente”, concordou Bertô, “imagina se todos nós, trabalhadores dos restaurantes do Porto, decidíssemos fazer uma greve. Sem comida para ninguém!” Houve risos. “Imagina só, seria um grande impacto. Assim eles começariam a valorizar nosso trabalho, iriam notar que precisam da gente, que estamos todos os dias aí, faça sol ou faça chuva, estamos fazendo e servindo vossa comida. Queria só ver: aumentariam os salários, dariam mais dias de folga pelos feriados trabalhados, nos concederiam um fim de semana por mês para passar com a família e os amigos. Isso sim seria vida!” “Vamos à luta!”, exclamou Carlos. “É como dizia Gonzaguinha: ‘Eu acredito é na rapaziada / Que segue em frente e segura o rojão / Eu ponho fé é na fé da moçada / Que não foge da fera e enfrenta o leão / Eu vou à luta com essa juventude / Que não corre da raia a troco de nada / Eu vou no bloco dessa mocidade / Que não tá na saudade e constrói / A manhã desejada’”.

Foram muitos os diálogos e ações de subversão da ordem e das dinâmicas de acumulação do capitalismo neoliberal no nosso cotidiano de trabalho. Quantas músicas, risadas e barricadas não criamos nas intensas noites de trabalho para nos refugiarmos do cansaço e da pressão por desempenho? Íamos para trás dos pilares, conversávamos, trocávamos piadas e impressões, e muitas vezes sonhávamos com nosso futuro comum, como classe trabalhadora. Lembro-me de uma conversa marcante com Fernandes, o mais jovem trabalhador do nosso grupo de trabalho. Além das brincadeiras constantes, frequentemente abordávamos assuntos sérios, desde minha defesa calorosa da teoria da evolução de Darwin até questões relacionadas ao mundo do trabalho e à história do movimento operário. Em um desses dias, conversávamos sobre alternativas de trabalho diante da difícil vida na restauração. “O que realmente nos destrói são esses horários. Nunca sabemos quando vamos sair, ninguém pergunta se queremos fazer horas extras, e não pagam um centavo a mais. Sem falar que não temos um único feriado ou final de semana para viver e confraternizar”, desabafou Fernandes. “Às vezes penso em tirar a carteira de motorista e trabalhar para uma dessas empresas de plataforma digital que pagam por viagem realizada.” Respondi: “Mas, Fernandes, pelo menos nós temos férias remuneradas, descanso semanal obrigatório e um contrato de trabalho. Trabalhar nessas empresas que pagam por tarefa é uma forma de escravidão moderna.” “Ah, pelo menos eles escolheram isso”, respondeu Fernandes. “Não podemos dizer que é escravidão!” “Realmente!”, concordou o chefe de cozinha, “uma vez que escolheram trabalhar nessa empresa, sabiam das condições.” “Pois é”, acrescentei, “mas imagine se os trabalhadores não tivessem se organizado em sindicatos e partidos. Estaríamos trabalhando 14 horas por dia, sem nenhum direito! Olha, você acha que os senhores de escravos achavam que a condição dos escravos estava errada? Claro que não! Foi necessária muita luta e revolta para acabar com a escravidão. Da mesma forma, foram muitas lágrimas

mas, muito sangue e suor que contribuíram para consolidar os direitos trabalhistas.” Alguns dias depois, voltamos ao tema. Foi um momento significativo para mim, discutindo as condições de trabalho, as diferenças na legislação trabalhista em diferentes países, entre outros assuntos. Fernandes virou para mim e disse: “Sabe, Carlos, estive pensando... Imagine uma sociedade em que os trabalhadores estão no comando e organizam seu próprio trabalho.” Naquele momento, percebi o quanto é interessante observar essa tendência dos trabalhadores de lutar por maior autonomia e controle sobre as condições que afetam suas vidas. Como Thompson (1987) observou, essa característica é central na formação da classe trabalhadora, uma tendência que se manifesta no cotidiano daqueles que trabalham. Aliás, essa busca por autonomia não é exclusiva da classe trabalhadora, como Étienne de La Boétie observou no Discurso sobre a Servidão Voluntária, é uma tendência dos animais em geral. Respondi a Fernandes: “Sabe, essa sociedade já existiu! A Revolução de Outubro, e muitos outros momentos de luta dos trabalhadores e camponeses, que buscaram subverter a dominação em suas sociedades.” A conversa continuou, sem um ponto final, pois logo tivemos que voltar nossa atenção ao trabalho na sala como empregados de mesa. Nossas preocupações, os momentos e práticas de resistência ao cotidiano árduo, inseguro, cansativo e acelerado no trabalho também não tiveram um ponto final.

Considerações finais

Após estes diálogos, ficou evidente a potencialidade das narrativas de vida, trajetórias e experiências pessoais para a investigação sociológica. As memórias mencionadas acima poderiam ser fictícias, assim como o próprio autor e os personagens narrados, mas, mesmo que fossem, ainda representariam as condições e experiências de muitos trabalhadores em nossa sociedade. Portanto, é preciso explorar as melhores ferramentas para coletar, desvendar e analisar as memórias,

cenas, diálogos, testemunhos e experiências das pessoas que conhecem por dentro os mundos sociais dos quais fazem parte. Nas linhas abaixo, pretendo apresentar as abordagens metodológicas que foram selecionadas para a elaboração do projeto e que estão sendo operacionalizadas na pesquisa “Neoliberalismo e Desvalorização do Trabalho: Vivências Laborais de Trabalhadores da Restauração do Porto”.

Como podem observar nas secções de texto precedentes, entendo ser fundamental coletar os testemunhos das experiências pessoais, especialmente no caso de experiências de precariedade e de degradação do trabalho de pessoas que vivem e conhecem essa realidade por dentro, pois estes testemunhos são uma fonte rica de conhecimentos sobre os mundos sociais que configuram o objeto de estudo, como lembra Bertaux (2020). Esta abordagem possibilita identificar as contradições e ambivalências presentes no mundo do trabalho, tanto os mecanismos de dominação e exploração que constituem as relações antagônicas entre trabalhadores e os empregadores e a hierarquia de comando, como as estratégias de organização e as práticas, formais e informais, de subversão dos trabalhadores no cotidiano de trabalho – práticas que, como diz Braga (2016), constituem a política dos subalternos. Reside, precisamente, no germe destes antagonismos de classe⁵, no bojo das lutas sociais, entre o capital e o trabalho, as escolhas metodológicas que constituem a relação do pesquisador com os principais atores da pesquisa .

Ao superar as dicotomias entre estrutura e ação, entre formas de consciência e vida material, esta perspectiva teórica, atenta às contradições e antagonismos de classe, deriva numa abordagem metodológica de aproximação e observação etnográfica dos modos de vida e das relações de trabalho, seja através de observações diretas, seja por meio da coleta de entrevistas e análise dos testemunhos, memórias e experiências destes trabalhadores.

A partir desta postura teórica-metodológica será possível perceber os impactos da degradação e precarização estrutural do trabalho nas esferas existencial, relacional, socioeconómica e na configuração dos espaços de sociabilidade, incluindo a vida familiar, educacional, cultural e política dos trabalhadores. Constituindo um esforço em desvendar como estes antagonismos se desdobram para o mundo extralaboral e como os trabalhadores, no processo de construção de classe, atribuem sentido à vida e ao cotidiano, como (re)significam a degradação e precarização do trabalho e dos modos de vida em novas formas de sociabilidade, dinamizando novas práticas e atitudes políticas, assim como novas práticas culturais e de lazer.

Por meio da etnografia-sociológica (Bertaux, 2021), das anotações nos cadernos de campo, de entrevistas, dos retratos sociológicos (Lahire, 2004) e de sucessivas análises de conteúdo será possível analisar as experiências laborais e os modos de vida condicionados pela degradação e precarização estrutural do trabalho, assim como perscrutar as práticas de atribuição de sentido à vida e ao cotidiano, de organização, de contestação, de luta por autonomia e pela afirmação de uma visão própria e legitimista das experiências destes trabalhadores. Deste modo, ao adotar esta abordagem teórica-metodológica, será possível capturar os detalhes do cotidiano, relacionando-os com dimensões contextuais (o local de trabalho e os espaços de socialização) e estruturais (a desigualdade de posições sociais e o antagonismo trabalho/capital).

Notas

- ¹ Do triunfo neoliberal à formação social portuguesa e às dinâmicas de acumulação capitalista no mundo dos serviços, gostaria de introduzir no debate de Lahire (2004) o poder do local de trabalho na força formadora de hábitos dos indivíduos, em sua relação íntima com as dinâmicas e estratégias de acumulação do capital.
- ² No caso, minhas memórias como trabalhador da restauração permitem a reconstrução de cenas e experiências de condições de trabalho que não afetam apenas o indivíduo que as rememora, mas também mostram como a degradação, precarização do trabalho e as crises sociais são vivenciadas pelos trabalhadores do setor.
- ³ Para um debate mais aprofundado da sociedade do desempenho e do controle psicopolítico do capital ver Han (2014).
- ⁴ Quanta beleza existe no palco do mundo? Tantas cores, roupas, nomes, comidas, línguas, ideias, vozes. Tudo isso em seres que desejam ser compreendidos, que ouvem para falar, que só podem ser compreendidos pelo outro. Falamos de reciprocidade, da vontade de transmitir uma ideia, algo que o cinema, o teatro, a poesia e a pintura fazem tão bem. Isso acontece todos os dias no fluxo das interações humanas. Não é à toa que Balzac retratou a vida como uma comédia. E Vinícius de Moraes retratou como uma força da natureza “Olha quanta beleza / Tudo é pura visão / E a natureza transforma a vida em canção”. Goethe com seu materialismo espontâneo também já consegue ver na particularidade da vida cotidiana as categorias estruturais do universo social, i.e., Goethe vê nas cores o que há de comum na natureza e na arte, e portanto, seus efeitos estéticos e morais.
- ⁵ No atual quadro de intensa degradação e precarização do trabalho, emerge o principal eixo ético-político que orienta este projeto: a necessidade de desmercadorizar o trabalho e equilibrar as relações laborais com os modos de vida. Para tanto entendo ser necessário desmistificar a relação entre o capital e o trabalho, a qual não deve ser vista como uma troca justa entre duas mercadorias de igual valor, mas sim como uma dinâmica marcada por mecanismos de dominação e exploração (Vrousalis, 2023). Desmistificar os mecanismos de mercadorização do trabalho humano significa reconhecer que a relação capital-trabalho não ocorre por meio de trocas entre indivíduos livres, nem é organizada através da justiça pura de um mercado autorregulador, mas é uma relação estruturada, como lembram Braga (2016), Carmo (2020), Piketty (2020; 2022) e Therborn (1976; 2021), pela assimetria de relações de poder, pelas desigualdades socioeconômicas, pelas leis de acumulação (primitiva) do capital e pelas lutas sociais em marcha pela igualdade.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo (2018). O privilégio da servidão. O novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo, Boi Tempo.

BEAUD, Stéphane, PIALOUX, Michel (2009). Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França. São Paulo: Boitempo.

BERTAUX, Daniel (2020). As narrativas de vida. Lisboa: Mundos Sociais.

BERTAUX, Daniel (2021). A utilização das narrativas de vida numa perspectiva socio-etnográfica. Sociologia Online, 27, 1-30.

BRAGA, Ruy (2016). A rebeldia do precariado. Trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo.

CAETANO, Ana (2012). A análise da reflexividade individual no quadro de uma teoria disposicionalista, in LOPES, João Teixeira (org.) (2012). Registos do actor plural. Bernard Lahire na Sociologia Portuguesa. Porto: Afrontamento, pp. 15-28.

CARMO, Renato Miguel (2020). O mercado de trabalho como fabricante de desigualdades, Mundo Crítico. Revista de Desenvolvimento e Cooperação, Saber e Circunstâncias, vol. 5, pp. 104-117. [Consult. a 20.05.2024]. Disponível em: <https://mundocritico.org/revista/o-mercado-de-trabalho-como-fabricador-de-desigualdades/>

HAN, Byung-Chul (2014). Psicopolítica. Neoliberalismo y nuevas técnicas de poder. Barcelona: Herder.

LAHIRE, Bernard (2004), Retratos sociológicos. Disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed.

LOPES, João Teixeira, LOUÇÃ, Francisco, FERRO, Lígia (2017). As Classes Populares. A produção e a reprodução da desigualdade em Portugal. Lisboa: Bertrand.

LOPES, João Teixeira (2024). Por detrás do sorriso de quem te serve pode estar o inferno: retratos da precariedade na restauração, in MARTINS, Catarina, LOPES, João Teixeira (coord.). Portugal Esquecido. Retratos de um país desigual. Lisboa: Bertrand, pp. 36-49.

MAIA, Suzana, BATISTA, Jeferson (2020). Reflexões sobre a autoetnografia. Revista Prelúdios, vol. 9 (10), pp. 240-246. [Consult. a 22.07.2024]. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistapreludios/article/view/37669>

PIKETTY, Thomas (2020). Capital e Ideologia. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.

PIKETTY, Thomas (2022). Uma breve história da igualdade. Rio de Janeiro: Editora Intrínseca.

ROSA, Hartmut (2019). Aceleração: A transformação das estruturas temporais na modernidade.

THERBORN, Göran (1976). Ciencia, clase y sociedad Sobre la formación de la sociología y del materialismo histórico. Madrid: Siglo XXI de España Editores.

THERBORN, Göran (2021). “Two epochal turns of inequality, their significance, and their dynamics”, The Journal of Chinese Sociology, vol. 8 (9), pp. 1-18. [Consult. a 25.05.2024]. Disponível em: <https://journalofchinese-sociology.springeropen.com/articles/10.1186/s40711-021-00143-0>

THOMPSON, Edward P. (1987). A formação da classe operária inglesa I. A árvore da liberdade. São Paulo: Paz e Terra.

PRÁTICAS E LETRAMENTOS ACADÊMICOS “DESENCAIXADOS” - UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA ALÉM DAS CONVENÇÕES DOMINANTES

Por Gissele Alves

Resumo

Este trabalho apresenta uma proposta metodológica de investigação reflexiva, “Práticas e Letramentos Acadêmicos ‘Desencaixados’” desenhada e realizada no âmbito do trabalho etnográfico de minha pesquisa de doutoramento que toma como enquadre o ensino superior brasileiro e como campo a Universidade de Brasília no espaço-tempo da política de cotas. A proposta consiste em explorar práticas de geração de dados para além das convenções hegemônicas, cujo objetivo precípua é não só desvelar as representações sobre as redes de práticas do domínio acadêmico, mas, sobretudo, lançar luz a perspectivas contestatórias, a possibilidades de práticas insurgentes e letramentos de resistência a potencializar e engendrar transposição do enredo complexo que constitui as fronteiras em torno dos bens simbólicos e materiais implicados no acesso à universidade pública brasileira. Para tanto, a proposta metodológica do “desencaixe”, que se filia à perspectiva da Pesquisa Qualitativa, alicerça-se no referencial teórico-metodológico interdisciplinar, a saber, os Estudos Críticos do Discurso, os Estudos Críticos do Letramentos e as Ciências Sociais Críticas, designadamente, a Sociologia da Juventude, da Educação e da Cultura. A proposta em tela problematiza a práticas e convenções dominantes para então explorar para além de seus limites e, assim, possibilitar aos jovens estudantes o exercício da reflexividade, por meio da experientiação do “desencaixe”, de práticas e letramentos “desencaixados” de modo a favorecer permanência e êxito na universidade e, assim, potencializar percursos, projetos e agência juvenil para além da universidade.

Palavras-chave: Práticas acadêmicas contra-hegemônicas. Letramentos de resistência. Proposta metodológica do “desencaixe”. Pesquisa reflexiva.

Apresentação: “O achado que me achou”

Fora durante o trabalho etnográfico de minha pesquisa do mestrado, em que investigava os discursos do letramento e as redes de práticas no domínio do estágio de jovens universitárias/os no contexto institucional de uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação do Estado brasileiro, que fiz um achado que desde então me inquietava. Na verdade, *acho que foi o achado que me achou*. Eu não o fiz, o achado se fez para mim. Assim, se apresentou: o universo das/os estudantes estagiárias/os participantes da pesquisa estudava em instituição de ensino superior particular. Todas/os as/os universitárias/os, durante as entrevistas semiestruturadas realizadas individualmente, afirmaram que o valor da bolsa que recebiam no estágio era importante para pagar ou ajudar a pagar a mensalidade da faculdade. Então, fui impelida a questioná-las/os sobre a universidade pública¹, a Universidade de Brasília (UnB), cuja distância da instituição em que realizavam o estágio é de cerca de seis quilômetros, não mais de vinte minutos de transporte público. Todas/os as/os estudantes a representaram como no domínio do “impossível”, para aquelas/es jovens a UnB estava fora de alcance. Representações como “A UnB não é pra gente”, “A UnB é pra ‘Patricinha’² do Plano Piloto³”, “Lá só entra ‘playboy’ do Lago” ecoaram em mim. Eu era estudante da UnB e era técnica daquela autarquia, ou seja, eu era colega daquelas/es jovens, desenvolvíamos trabalhos juntas/os na instituição. Mais que isso, tínhamos em comum a origem, assim como aquelas/es jovens eu sou filha e neta de trabalhadores, assim como a grande maioria delas/es eu fui a primeira da família a acessar ao ensino superior. Discursivamente estavam marcadas muitas fronteiras, era preciso evidenciá-las, investigá-las, contestá-las. Eis que

o problema de pesquisa, ou melhor, o problema social parcialmente discursivo, sobre o qual tracei o projeto de pesquisa e realizei a investigação e a tese de doutoramento – se apresentou diante de mim, tomou-me já quando eu ainda não havia defendido a dissertação de mestrado.

Isso posto, como este trabalho, que é parte um pesquisa discursiva crítica socialmente orientada, fundamenta-se num referencial teórico-metodológico interdisciplinar em que são colocados em diálogo os Estudos Críticos do Discurso (ECD), os Estudos Críticos do Letramento (ECL) e as Ciências Sociais Críticas (CSC), nomeadamente, a Sociologia da Juventude, da Educação e da Cultura, assume, ontologicamente, a vida social como um sistema aberto, por isso passível de mudança, e a linguagem como parte irredutível da realidade social. Logo, trabalhos assim alicerçados lançam foco sobre o conflito social e se ocupam de problemas sociais parcialmente discursivos, ou seja, do acercamento de problemas sociais por meio de sua faceta discursiva. Isso porque, tanto os ECD como os ECL consideram que, nas sociedades contemporâneas, o discurso tem papel crescentemente saliente nas lutas sociais, de modo que mudanças no discurso são indicativos de mudanças sociais e culturais mais amplas. Por isso, nas pesquisas discursivas críticas, buscamos evidenciar como recursos semióticos (linguísticos e multimodais), mobilizados em práticas situadas ou rede de práticas, realizam discursos orientados para a manutenção ou para a contestação das desigualdades, das assimetrias de poder, dos contextos de dominação e exclusão.

Destarte, senti como um urgente problema social parcialmente discursivo a construção social de fronteiras invisíveis e invisibilizadas, discursivamente reproduzidas sobre e entre jovens universitárias/os a delimitar, limitar, constranger ao “outro”, ao “de fora da fronteira”, aos oriundos das classes empobrecidas os acessos a bens materiais e sim-

bólicos, que historicamente eram/são privilégios restritos dos “de dentro”, os pertencentes às classes abastadas no campo. Fronteiras essas cujas dimensões – dada o novo corpo discente que se desenha na UnB, assim como nas instituições de ensino superior federais brasileiras, a partir de 2016 no espaço-tempo da política de cotas⁴ – merecem investigação a fim de desvelar as representações das práticas acadêmicas, os discursos do letramento e as construções identificacionais que a sustentam para, então, propor modos de superação, de transposição das fronteiras e reconfiguração das práticas e daquela realidade social.

A proposta metodológica do “desencaixe”: uma exigência ética a articular as dimensões ontológicas, epistemológicas e metodológicas

Antes de mais, cumpre elucidar que, no processo de desenhar as estratégias e os instrumentos de geração de dados para a pesquisa de doutoramento, tendo em conta o caráter crítico e reflexivo perseguido na e pela investigação, nos muitos movimentos de idas e vindas, de escolhas e renúncias implicadas na construção da proposta metodológica, como modo de resistência, busquei, aqui e ali, subverter os modelos/limites canônicos das práticas acadêmicas e dos discursos do letramento dessas práticas, nomeadamente, das práticas de geração de dados e constituição dos *corpora*⁵.

Isso porque, tal subversão busca garantir, como assinalado em Alves (2018), em alguma medida, coerência com a perspectiva ontológica e as abordagens epistemológica e metodológica assumidas que questionam, sobretudo, os letramentos dominantes, como denuncia Street (1995) e as perspectivas lineares de investigação e análise, como o faz Pais (2001), sobre o que têm a dizer os atores sociais, participantes da pesquisa, sobre si, sobre o problema social em causa, sobre como percebem e sentem a vida, ou seja, suas representações sobre si, sobre o outro e sobre o mundo.

Destarte, dada a complexidade da realidade social em estudo, a pesquisa qualitativa de cunho etnográfico e perspectiva crítica se configura tanto uma orientação metodológica obrigatória quanto uma exigência ética para a pesquisa que se propunha/propõe reflexiva. Uma pesquisa assim orientada envolve necessariamente, como salientado por Alves (2018), uma abordagem naturalista, interpretativa sobre e para o mundo, o que significa que o pesquisador estuda, não apenas “sobre” e “para”, mas estuda “com” os participantes o problema, a questão de pesquisa em seus cenários naturais, a fim de entender e interpretar os fenômenos a partir dos significados que as pessoas conferem a eles, como defendem Cameron *et al.* (1992).

Para tanto, no escopo da pesquisa de cunho etnográfico, engajei-me na elaboração e realização de um curso de extensão, o “FAZENDO MAIS QUE GÊNERO?”- (Re)pensando o Mundo e (Re)escrevendo a História” – Letramentos acadêmicos em foco: resumo, resenha, artigo científico, ensaio teórico, outros gêneros e outras questões” de inscrição livre e voltado para estudantes universitárias/os. O desenho do curso de extensão é uma proposta de “desencaixe”, de transgressão – em alguma medida, porque consciente dos constrangimentos – aos modos canônicos das práticas acadêmicas e seus respectivos discursos do letramento. Isso significa que a proposta não se reduz a apenas um conjunto de estratégias para geração de dados, mas move-se na direção do pesquisar para e com as/os participantes-protagonistas, as/os jovens universitárias/os.

Desse modo, ao que chamo de práticas de geração de dados “desencaixadas” respalda-se – ainda que, à primeira vista, possa parecer paradoxal – em pilares fundamentais. Esse aparente paradoxo – de práticas “desencaixadas” que se alicerçam em pilares basais – encontra amparo e consonância na “heterodoxia controlada” cuja perspectiva epistemológica orienta a “abrir vasos comunicantes entre *corpus*

teóricos com a possibilidade de complementaridade crítica, controle e enriquecimento mútuo” (Lopes, 1996, p. 33).

Destarte, a proposta metodológica do “desencaixe” se sustenta em quatro pilares fundamentais, quais sejam, i) a abordagem dos Novos Estudos do Letramento, o NEL, que problematiza a naturalização das classificações e formas sociais correntes, evidenciando os modos e formações ideológicas e discursivas por meio das quais são produzidas e como são reproduzidas contra formas concorrentes (Street, 1995); ii) a proposta da Consciência Linguística Crítica, a CLC, (Clark et al., 1996) que rejeita o isolamento do conhecimento e considera que a linguagem e seus usos devem ser levados em conta nos processos formais de construção do conhecimento e precisam estar orientados para a construção de uma conscientização crítica do mundo e das possibilidades para mudá-lo; iii) os pressupostos dos Estudos Críticos do Discurso, Chouliaraki & Fairclough (1999), Fairclough (2001, 2003), que concebe a linguagem como constitutiva e constituinte da realidade social e iv) a proposição de métodos pós-lineares de análise de narrativas de vida proposto por Pais (2001), visto que, nos tempos correntes, segundo ele, as estruturas sociais são crescentemente “labirínticas”, por isso a vida é feita de “descontinuidades”, de “movimentos oscilatórios, não lineares. Desse modo, para dar conta da complexidade implicada no estudo de trajetórias de vida o autor postula uma sociologia pós-linear.

Assim, o objetivo do proposta metodológica em tela fora/é não só acessar as representações e avaliações sobre a realidade em causa, mas problematizá-la, questionar as “convenções dominantes”, legitimadas e legitimadoras, que, não raro, operam como “códigos” de restrição, e, assim, favorecer aos participantes, as/os jovens estudantes, o exercício da reflexividade, por meio da experiência do “desencaixe”, de práticas e discursos do letramentos “desencaixados”, ou seja, a experiência da reflexão sobre si mesmo, de seus medos, desejos, crenças

e expectativas – implicados e a implicar origem, percursos e projetos –; das práticas e letramentos dos quais tomam parte na universidade; das múltiplas posições assumidas nessas práticas e por meio desses letramentos; enfim, de sua agência no mundo e para o mundo e sobre as possibilidades de mudá-lo a fim de favorecer permanência e êxito na universidade e, assim, potencializar percursos, projetos e agência juvenil para além da universidade.

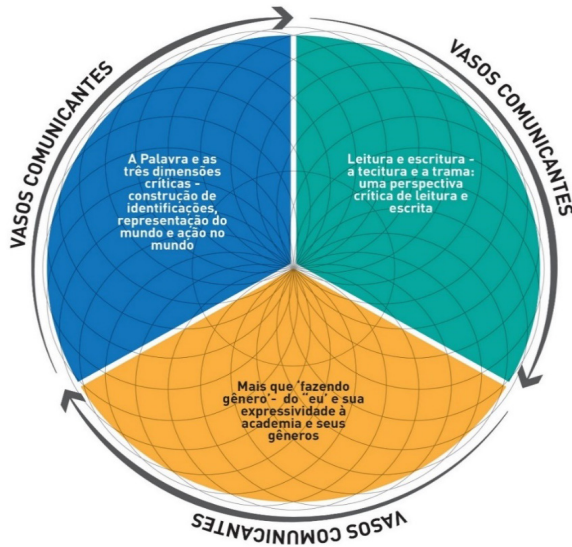
Destarte, para o desenho de práticas de geração de dados proposto, tendo em conta os pilares basais que a sustentam, recorri a metáfora do “desencaixe”, no sentido de “tirar da caixa”, mais que isso, do “livrar do encaixe”, do “libertar” a complexidade da realidade investigada dos “formatos”, por vezes excessivamente restritos e restritivos, de instrumentos há tanto pré-moldados e (de)limitados.

Assim, como defende Alves (2018), o movimento da proposta de práticas e letramentos “desencaixados” é o do convite à escuta, o do “dar ouvidos” ao que têm a dizer os atores sociais, nesse caso, as/os jovens estudantes da UnB – participantes protagonistas sobre a pluralidade e a complexidade que envolve o problema investigado, segundo, reitero, suas perspectivas, necessidades, anseios, desejos e crenças e também sobre o próprio processo de pesquisa. Dar ouvidos, nessa proposta, significa alcançar sentidos muito além do que permite o caminho restrito – potencialmente limitado e limitador, a exemplo dos roteiros de pergunta e resposta – do pesquisar sobre. O convite é, pois, fazer pesquisa com e para os participantes – eis o desencaixe.

Para tanto, a proposta metodológica está desenhada na perspectiva de oficinas de leitura e produção de textos que favorecessem visibilidade às vozes das/os participantes, que encorajassem sua expressão própria e contemplassem suas narrativas. Assim, o desenho se alicerça na articulação do que proponho como eixos tridimensionais, a saber, “A Palavra e as três dimensões críticas – construção de identificações,

representação do mundo e ação no mundo”; “Leitura e escritura - a tecitura e a trama - uma perspectiva critica de leitura e escrita” e “Mais que ‘fazendo gênero’- do ‘eu’ e sua expressividade à academia e seus gêneros” (Figura 1). A cada um dos três eixos estão relacionados “vasos comunicantes” – concepções, discussões, perspectivas, gêneros discursivos – que se entrecruzam e se complementam intra e intereixos. Na figura 1 a seguir, apresento os três eixos e, no quadro 1, os eixos com seus respectivos vasos comunicantes.

Figura 1 - Os três eixos tridimensionais que alicerçam o curso de extensão



Fonte - Elaboração própria - Alves (2021)

Como mencionado acima, esses três eixos integram e são integrados por “vasos comunicantes”, que são concepções, discussões, perspectivas, gêneros discursivos, num movimento de entrecruzamento e complementaridade intra e intereixos. A seguir apresento um quadro síntese a ilustrar essa proposição.

Quadro 1 - Eixos tridimensionais e seus vasos comunicantes

Eixo A	A Palavra e as três dimensões críticas – construção de identificações, representação do mundo e ação no mundo
VASOS COMUNICANTES	<ul style="list-style-type: none"> a. Concepções de língua. b. Variação linguística, preconceito e discriminação c. Tipos, gêneros discursivos, textos e contextos, perspectiva funcionalista d. A escrita criativa e autoral: a identidade em jogo e. A multimodalidade e suas facetas discursivas f. Argumentação e agência no domínio da academia (oralidade e escrita: sobreposição-interação)
Eixo B	Leitura e escritura – a tecitura e a trama - uma perspectiva crítica de leitura e escrita
VASOS COMUNICANTES	<ul style="list-style-type: none"> a. Letramento, diferentes acepções e suas implicações nos processos formais de construção de conhecimento b. As muitas leituras c. Letramentos acadêmicos e agência no domínio da academia d. Conscientização Crítica da Linguagem e Letramento – uma proposta de trabalho e. Articulação de vozes e os direitos autorais nos textos acadêmicos <ul style="list-style-type: none"> 5.1 Condições de legitimidade, validação, consistência acadêmica e honestidade intelectual 5.2 Intertextualidade e interdiscursividade (paráfrase e citação)
Eixo C	Mais que ‘fazendo gênero’- do “eu” e sua expressividade à academia e seus gêneros
VASOS COMUNICANTES	<ul style="list-style-type: none"> a. A escrita criativa (desbloqueando e ampliando limites por meio da tecitura da palavra) b. Narrativas de vida (registrando, tecendo e (re) construindo a própria história) c. O texto dissertativo-argumentativo (argumentando e agindo no mundo) d. Sumarização – esquema, mapa e sublinha (registrando e sistematizando leituras) e. Protocolo de leitura e fichamento acadêmico (dialogando, rememorando, exercitando e registrando) f. Resumo e resenha (rememorando, exercitando e aprofundando conhecimento) g. Projeto de pesquisa (preparando o trabalho de pesquisa) h. Relato de experiência (registrando, articulando e socializando interconhecimentos) i. Ensaio teórico (articulando vozes, conceitos, perspectivas e construindo conhecimento) j. Artigo acadêmico (articulando vozes, conceitos, perspectivas, analisando dados e construindo conhecimento) k. Debate regrado (argumentando e (re)construindo sentidos) l. Seminário (articulando e socializando interconhecimentos)

Fonte - Elaboração própria para o planejamento e realização do curso de extensão – Alves (2021)

Práticas e letramentos desencaixados: para além das convenções dominantes

Dados os limites deste texto, apresento três das propostas de “estratégias de geração de dados desencaixadas”, ou seja, três proposições de leitura e produção de textos que buscam instigar e convidar ao desencaixe, a saber, a proposição da “Carta de ‘algum lugar do futuro’”, produção de uma narrativa de cunho autobiográfico; a realização do Seminário “Nós na universidade e a Universidade em nós” – que privilegia a expressão por meio das múltiplas semioses – e a proposta “Fazendo mais que gênero” - produção de uma Resenha acadêmica sobre o debate regrado “Educação, Juventudes e Cotas Sociais”, que subverte o “objeto” a ser resenhado, qual seja, o debate regrado – de quem a/o resenhista é também autor/a. Apresento a seguir de modo sucinto as estratégias propostas.

Estratégia 1 - Carta de “algum lugar do futuro”

A proposição consiste na produção de uma narrativa de cunho autobiográfico cujo gênero discursivo escolhido fora a carta pessoal. Já o título da proposta “Carta de algum lugar do futuro” anuncia o convite à transgressão, ao desencaixe, já que “brinca”, por assim dizer, “com os conceitos de tempo e espaço a fim de inserir os participantes da pesquisa em uma prática reflexiva, por isso significativa”. A/O participante-autor/a é chamada/o a “viajar no tempo-espaço” e para tanto é convidada/o a redigir uma carta, “mas não é uma carta qualquer, nela, o ‘eu do futuro’ escreve para o ‘eu do passado’” e assim trava um diálogo consigo mesmo, com seus muitos ‘eus’” – a navegar, por assim dizer, por diferentes “espaços no tempo” – passado-presente-futuro – e “tempos no espaço” – origem-percurso-projeto – a serem criativamente entrelaçados na trama textual, tomando como fio condutor as reminiscências e memórias biográficas e as projeções e os projetos do por vir, mas passando necessariamente pela percurso acadêmico. (Alves, 2018; 2021)

Para tanto é apresentado aos participantes “um itinerário⁶ potencialmente provocativo e reflexivo de momentos e temas a serem contemplados no enredo do texto, que pode e deve ser subvertido e ampliado.” Isso porque a proposta “desencaixada” visa favorecer ao participante a experiência de autor, ou seja, que o jovem ao se engajar na trama do texto próprio, exercite crítica e criativamente possibilidades de exprimir-se por meio de seu texto e imprimir-se nele e, assim, provocar-se a refletir sobre si mesmo, sobre sua agência, sobre o mundo e sobre as possibilidades de transformá-lo. (Alves, 2018. p. 157)

Estratégia 2 – Fazendo mais que gênero: Produção de uma resenha acadêmica sobre o debate regrado “Educação, Juventudes e Cotas Sociais”

Resenha acadêmica por ser um gênero legitimado e potencialmente legitimador, ou seja, por integrar o rol dos letramentos dominantes do campo acadêmico, como é evidente, possibilita aos atores sociais daquele espaço social, sobretudo, aos estudantes participar do campo. O gênero tem por finalidade sintetizar um “objeto”, ou seja, apresentar as características e propriedades, por assim dizer, de uma dada obra que goze de algum grau de legitimação – uma publicação – e tecer uma leitura crítica do “objeto resenhado”. As resenhas configuram-se como uma espécie de divulgação qualificada, porque é esperada a avaliação crítica de obras legitimadas.

Assim, na proposta em tela, as/os estudantes são convidadas/os a “fazer mais que gênero”, já que sistematizarão e sintetizarão não um “objeto corrente”, um texto publicado de autoria alheia, mas debruçar-se-ão e refletirão criticamente sobre um evento, um texto coletivo do qual são também autores: o debate regrado⁷.

Estratégia 3 - Seminário “Nós na universidade e a Universidade em nós”

Por seminário entendo que, de certa forma, conjugam-se vários conceitos. Se entendido como uma possibilidade mais ou menos estável de ação no mundo, então, temos seminário como uma prática social. Se entendido como uma realização situada, temos seminário como um evento social e, também, como um gênero discursivo cuja interação entre oralidade e escrita e outras semioses (som, imagem) e também com os outros elementos da prática se dá de diversas maneiras e combinações nos diferentes momentos de que o seminário é realizado.

Isso posto, a proposta em tela propõe-se para além da prática acadêmica dominante. Assim, foram lançadas seis propostas, a saber, Produção de um Projeto relâmpago - “Jornalista por um dia”; A música como ação - “Compositor/cantor/a por um dia”; Uma peça “em dois tempos” - “Artista por um dia”; Coletânea de charges, cartuns, tirinhas e caricaturas - “Cartunista por um dia”; Grafite móvel - “Grafiteira/o por um dia” e Artigo acadêmico ou ensaio teórico - “Acadêmica/o por mais um dia”.

Para cada uma das propostas fora apresentado um conjunto de orientações⁸, de modo a possibilitar aos jovens estudantes o explorar e o desencaixar gêneros discursivos acadêmicos e/ou artísticos, entrelaçando domínios e estilos, ampliando as possibilidades de exercício de reflexividade e agência por meio da expressividade do “eu autoral”. Assim, as/os participantes foram convidadas/os a escolher a proposta que lhes parecesse mais interessante e, de modo a fomentar a realização colaborativa, lhes fora sugerido, preferencialmente, o trabalho coletivo em grupos cujas formação e organização eram já etapas do processo de realização do trabalho.

Destarte, como a proposta de “desencaixe” orienta-se para e pelo “dar ouvidos” ao que as/os participantes têm a dizer, ou seja, propõe e busca “ter olhos atentos” às suas expressões e impressões no e do mundo, senti de partilhar - tanto como “uma última palavra” a fechar a apresenta-

ção da proposta quanto como “um anúncio” a apontar para possibilidades de (des)construções ao por vir – a voz de Pedro⁹. O jovem participante da pesquisa engajou-se à proposta “Compositor por um dia” e, então, produziu e declamou um poema, uma paródia estilizada, no seminário “desencaixado”. O texto de Pedro compõe “(A)Mostra Fazendo mais que gênero”¹⁰ - uma seleção textos autorais de jovens estudantes da Universidade de Brasília de diferentes áreas e cursos, participantes da pesquisa, que se aventuraram a se inscrever em suas escrituras. A mostra, que compõe minha tese de doutoramento, é também uma amostra das possibilidades de fazer sentido no mundo, de imprimir-se nele e agir por meio da experientiação da autoria e reflexividade para, assim, provocar rupturas e resistências.

Eis o texto:

Canção do Acadêmico

Minha universidade é maneira,
E onde eu vou estudar;
Universitários que aqui desejam,
Nunca vão renunciar.

Nossa universidade tem doutores,
Nossas cotas têm mais cores;
Nosso instituto tem mais letras,
Nossas letras seus valores.

Estudar, sozinho à noite,
No aconchego do seu lar;
As matérias são certas,
É melhor se dedicar.

Minha universidade tem fatores,
Que tais vale analisar;
Pessoas que aqui estudam,
Realmente vão mudar;

Minha universidade é sem fronteiras,
E é impossível negar.
Não permita Deus que eu corra,
Sem ter aula pra chegar;

Sem nós na universidade
A mesma ela não será;
Avistarei minha carreira,
A qual eu vou alcançar.

Pedro N. A.

Paródia estilizada do poema Canção do Exílio (1857)
de Gonçalves Dias, um dos representantes do romantismo brasileiro.

Por oportuno, então, teço a seguir algumas considerações acerca das práticas e letramentos “desencaixados” explorados com as/os jovens universitárias/os participantes da pesquisa.

Considerações finais

Dada a exigência do fazer da pesquisa que se propunha crítica e reflexiva, o exercício de costuras e/ou de rupturas realizado –no trabalho etnográfico, para e pelos textos das/os jovens estudantes – buscava, torno a salientar, desofuscar fronteiras e barreiras discursivamente construídas sobre e naquela realidade, mas também e, sobretudo, lançar luz a perspectivas contestatórias, a possibilidades de práticas insurgentes e letramentos de resistência a potencializar e engendrar transposição do enredo complexo que constitui as fronteiras em torno dos bens simbólicos e materiais implicados no acesso à universidade pública brasileira.

Desse modo, se o ingresso das juventudes vindas das classes populares nas universidades públicas brasileiras, possibilitado pela política de cotas, se anuncia como uma dimensão da transposição das fronteiras, as barreiras se estendem pelo lado de dentro do campo e, na tensão entre contenção e transposição dessas fronteiras, funcionam por mecanismos diversos e dimensões múltiplas. Desse enredo de funcionamento, uma de suas facetas discursivas são os letramentos dominantes, que arbitrados dentro e para o círculo das convenções e tradições hegemônicas – a (re)produzir “uma tradição” de universidade pública, funcionam como constrangimentos à permanência e êxito dos estudantes, sobremaneira, das/os estudantes “cotistas”.

Assim, defendo que possíveis e férteis formas de transposição desses constrangimentos impostos dentro do campo podem e devem ser possibilitadas por práticas “desencaixadas” e “desencaixadoras”, por convenções de oposição e por letramentos alternativos e de resistência no campo. Práticas e discursos do letramento assim orientados constituem-se e favorecem formas de contestação e de promoção de rupturas ao controle de “aspectos cruciais de linguagem e pensamento”, como assinala Street (1995) e de resistência às forças dominantes

e colonizadoras, como problematizam os constructos que sustentam esta proposta. Em síntese, práticas “desencaixadas” e letramentos de resistência potencializam reflexividade e agência e, assim, potencializam “êxito” e permanência na universidade.

Por isso tudo, “sinto” e “penso” que práticas acadêmicas e discursos do letramento como os que explorei junto aos jovens universitários/os, nas oficinas de leitura e produção de textos, abrem possibilidades de “sentir, pensar e agir” Bourdieu (2004 [1987]), Lahire (2001, 2004) e Lopes (2015) para além “das fronteiras de cá”, ampliam possibilidades de engajamento em práticas contra-hegemônicas e de experientiação de letramentos alternativos e, assim, do exercício da reflexividade. Esses movimentos de aberturas são já modos de transposição de fronteiras em seu enredo complexo.

A tecitura das vozes juvenis anuncia que esses movimentos apontam para possibilidades de outros percursos a fomentar sonhos e projetos pessoais e coletivos rumo à construção de uma outra universidade, a “universidade necessária” de Darcy Ribeiro (1978) que assume o país como seu tema e seu problema. Uma universidade que busca pela inquietação da pesquisa e pela participação coletiva da extensão a democratização dos acessos aos bens simbólicos e materiais, que escuta e garante visibilidade as vozes dos grupos historicamente discriminados e excluídos, que possibilita e fomenta percurso e projeto e, assim, a agência, na defesa das diversidades e nas lutas contra as relações de exploração e dominação, contra a exclusão social, contra os sistemas de desigualdades.

Utopia?

As vozes de jovens como Pedro tecidas em seus textos e entre seus textos que compõem os *corpora* da tese de doutoramento majoritariamente sublinham que não.

Notas

- ¹ A gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais no Brasil é garantida no Inciso IV do Artigo 206 da Constituição Federal de 1988.
- ² “Patricinha” e “playboy” são gírias, construções identificacionais que ativam avaliações e diferenciações para jovens das classes médias e altas.
- ³ “Plano Piloto” e “Lago” referem-se a regiões chamadas “nobres” em Brasília, áreas ocupadas pelas classes abastadas.
- ⁴ Instituída pela Lei 12.711/2012 e alterada pela Lei 13.409/2016 e recentemente pela Lei 14.723/2023.
- ⁵ *Corpora* - um conjunto de corpus de naturezas diferentes. Isso porque o percurso metodológico que tracei conjuga, na pesquisa etnográfica crítica, o desenho de um conjunto de estratégias de geração de dados orientadas para práticas e letramentos “desencaixados”.
- ⁶ Para detalhamentos consultar Alves (2021).
- ⁷ Para detalhamentos consultar Alves (2021).
- ⁸ Para detalhamentos consultar Alves (2021).
- ⁹ Codinome a fim de resguardar a identidade do jovem autor participante da pesquisa.
- ¹⁰ Para detalhamentos consultar Alves (2021).

Referências bibliográficas

Alves, G. (2018) Carta de algum lugar do futuro: narrativas de cunho biográfico - Estratégia de geração de dados - uma proposta “desencaixada” e reflexiva. In: *Cadernos de Linguagem e Sociedade*. Brasília. 19(3), p. 145-163.

Alves, G. (2021) *Sistema de cotas sociais: a transposição da linha abissal - possibilidades e constrangimentos - Construções identificacionais e representações discursivas*. Tese (Doutorado em Linguística) Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília. Brasília.

Bourdieu, P. (2004 [1987]). *Coisas ditas*. Tradução Cássia Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo. Brasiliense.

Cameron, D. et al. (1992) *Researching Language Issues of Power and Method*. London. Routledge.

Clark, R. N. L. et al. (1996) *Conscientização crítica da linguagem*. Trab. Ling. Apl., Campinas, n. 28, p. 37-57, jul. /dez.1996. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/tla/article/view/8639265/6861>

Chouliaraki, L.; Fairclough, N. (1999) *Discourse in late modernity. Rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh. Edinburgh University Press.

Fairclough, N. (2001) *Discurso e mudança social*. Trad. I. Magalhães. Brasília. Editora Universidade de Brasília.

Fairclough, N. (2003) *Analysing discourse. Textual analysis for social research*. London. Routledge.

Lahire, Bernard. (2001). *O homem Plural: As molas da ação*. Tradução José Luís Gidinho. Lisboa. Instituto Piaget.

Lahire, Bernard. (2004). *Retratos Sociológicos: disposições e variações*

individuais. Tradução Patrícia Chittoni Ramos Reuillard e Didier Martin. Porto Alegre. Artmed.

Lopes, J. T. (1996) *Tristes Escolas: práticas culturais estudantis no espaço escolar urbano*. Porto. Afrontamentos.

Lopes, J. T. (2015). *A universidade e os seus estudantes: um olhar de dentro*. Porto. Faculdade de Letras do Porto.

Pais, J. (2001) *Ganchos, tachos e biscates. Jovens, trabalho e futuro*. Porto:. Ambar.

Ribeiro, D. (1978) A Universidade Necessária. In: RIBEIRO, D. *A Universidade Necessária*. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra,. p. 171-247.

Street, B. (1995) *Social literacies: Critical approaches to literacy in development, ethnography and education*. Harlow. Longman.

SÍNTESE DA TESE DE DOUTORADO EM EDUCAÇÃO DENOMINADA: IDADE UNIVERSITÁRIA EM DISCUSSÃO: O ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS MADUROS¹

Por Rafael Sammarco Martins²

Este texto se constitui como uma síntese da tese de doutorado do autor (doutorado em educação, pela Universidade Federal Fluminense), que se encontra em execução e em estágio avançado no presente ano de 2024. O trabalho que dá origem ao texto aqui apresentado investiga as peculiaridades dos estudantes de graduação que ingressaram nos cursos com mais de 24 anos de idade, nomeados “estudantes maduros”. Foram investigadas duas instituições de ensino superior públicas brasileiras (uma federal e outra estadual, ambas situadas em São Paulo) e houve também a tentativa de entrada em uma universidade privada da capital paulista. Buscou-se entender, sobretudo por meio de aportes da sociologia da educação, como se dão os percursos acadêmicos de estudantes universitários que superaram o que se convencionou chamar “idade universitária”, compreendida no intervalo fechado entre 18 e 24 anos de idade. Interlocuções com alunos, docentes, técnicos e membros da gestão das instituições revelaram que as universidades tendem a organizar seus trabalhos, no âmbito da graduação, voltando-se essencialmente às pessoas com idades entre 18 a 24 anos, de modo que há invisibilização da presença nada inexpressiva de pessoas mais velhas, fenômeno causador de impactos negativos nos percursos acadêmicos e processos de aprendizagem daquelas pessoas. A escrita do artigo foi realizada durante a estância do autor em Portugal para a realização de “período sanduíche” na Universidade do Porto, sob os financiamentos da CAPES (Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e da UFABC (Universidade Federal do ABC), que concedeu afastamento internacional ao autor do trabalho, que é servidor do seu quadro de pessoal técnico de nível superior.

Palavras-chave: Estudantes Maduros; Instituições de Ensino Superior; Graduação

Introdução

A pesquisa, em andamento, cujo título é: “Idade universitária em discussão: o acolhimento de estudantes universitários maduros”, tem como tema os percursos dos estudantes de graduação que ingressaram nos cursos com idades superiores a 24 anos, os quais são denominados no trabalho como estudantes maduros.

Trata-se de um trabalho qualitativo, que lança mão de interlocução com os sujeitos, mas que também explora procedimentos quantitativos de análise, apoiados em estatística descritiva.

O objetivo geral foi identificar como estes considerados estudantes “mais velhos” cursam suas graduações e enfrentam os desafios que lhes são impostos. A partir deste, objetivos específicos foram também traçados, dentre os quais se destacam: 1) Como os agentes das IES, sobretudo professores, representantes da gestão e demais funcionários, acolhem os estudantes de graduação com mais de 24 anos e como estes estudantes reagem frente a estas formas de acolhimento? 2) Os tratamentos que as instituições reservam a estes estudantes são fatores que influenciam no fracasso e na evasão estudantis? 3) As universidades e seus agentes reconhecem eventuais debilidades nas formas de compreender e de lidar com o alunado mais velho que o habitual?

A pesquisa se justifica pela elevada presença de estudantes de graduação situados fora da idade universitária, que é definida internacionalmente dentro do intervalo de 18 a 24 anos. Esta realidade, muito presente no contexto brasileiro, contrasta com a escassa presença de outras teses dedicadas ao assunto naquele país. A questão que orienta as discussões é se há relatos de situações de mal-estar, relacionadas à questão geracional e/ou etária, nos cursos de graduação. Partiu-se da

hipótese preliminar de que as instituições brasileiras, em sua maioria, desenvolvem seus trabalhos de forma indiferente às idades reais dos estudantes, interpretando os graduandos essencialmente como se os mesmos fossem jovens recém-saídos da adolescência. Essa forma de condução dos trabalhos, dentro da hipótese assumida, de alguma forma, comprometeria os resultados dos trabalhos com os alunos maduros, gerando sensações de mal-estar relacionadas ao corte etário sub-reconhecido.

Em contraste com a carência de trabalhos acadêmicos brasileiros dedicados ao assunto, foram encontradas publicações oriundas de Portugal voltadas ao tema, o que fez parecer, desde o início da pesquisa, que neste outro país lusófono as discussões a respeito disso estavam mais avançadas. Desta forma, o pesquisador brasileiro ansiou poder pesquisar algo da realidade daquele outro país, a fim de verificar diferenças e aproximações e, com base também nas referências a serem alcançadas no “além-mar”, aprimorar sua pesquisa.

A princípio, o trabalho se apoiou em discussões desenvolvidas pelo grupo coordenado por Helena Quintas (2014), que discutiu os desafios vivenciados por estudantes de graduação maduros em instituições de Ensino Superior de Algarve e Aveiro. Àquele estudo, combinaram-se também os trabalhos de Ana Vitória Baptista (2013) e Barros, Monteiro e Souza (2019), que versam sobre vicissitudes de estudantes maiores de 24 anos em instituições de ensino superior do norte de Portugal.

Até o momento, amparam as análises autores como: 1) Pierre Bourdieu e Patrick Champagne, sobretudo através dos raciocínios dispostos em *Miséria do Mundo* (2001), no capítulo *Excluídos do Interior*; 2) Annie Bireaud (1995), que discute a popularização do Ensino Superior no contexto francês dos anos 1990; 3) Bernard Lahire (1999), através do conceito de “patrimônio individual de disposições incorporado”;

4) Norbert Elias (1980), por meio da noção de “configuração social” e 5) Foucault (1979), a partir das considerações sobre relações de poder.

As metodologias empregadas no trabalho realizado no Brasil são: autoetnografia (já que o autor teve a experiência de ser um estudante de graduação maduro) e cartografia. Como a pesquisa se encontra em andamento, o pesquisador ainda está aberto a adotar também outras metodologias que possam lhe valer para a investigação do fenômeno selecionado.

Optou-se, neste artigo, por não pormenorizar o debate sobre as opções metodológicas, dada a característica de síntese deste texto, onde não caberia uma discussão mais alongada. Deste modo, recomenda-se o acesso ao trabalho original (a tese), tão logo ela esteja disponível – onde se encontrará um maior detalhamento sobre a autoetnografia e sobre a cartografia.

A meta é, através da estância em Portugal, coletar e registrar informações e, face a esses registros, desenvolver as análises apoiando-se nas referências teóricas já selecionadas e em tantas outras com as quais o pesquisador venha a fazer contato.

Faz-se mister destacar que a reorganização das forças produtivas, a nível global, exige dos trabalhadores níveis cada vez mais elevados de escolaridade, incitando a chegada de pessoas mais velhas aos cursos universitários. Estes grupos hão de ser mais bem reconhecidos e compreendidos, tanto no Brasil quanto em demais países.

Além disso, algumas reorganizações no trabalho (incluindo o doméstico) vêm possibilitando a abertura de “tempos livres”, que são passíveis de serem aproveitados com estudos. Desta forma, vem sendo comum nos bancos universitários a presença de alunos situados em faixas geracionais diferentes daquelas que eram mais usuais até há algumas décadas.

Diante desse fenômeno, é crucial que as comunidades universitárias desenvolvam um olhar mais atento para essa realidade, sendo que a pesquisa em questão visa a contribuir para esse desenvolvimento.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa foi desenvolvida em duas instituições de Ensino Superior paulistas, sendo uma delas federal e outra estadual. Houve a tentativa de entrada em uma terceira instituição, por sua vez privada, também de São Paulo, mas esta, mesmo tendo sinalizado concordância em participar do estudo, cessou a comunicação antes do início das entrevistas com seus agentes, sem dar maiores explicações para fazê-lo.

De cada instituição foram destacados representantes da categorias discente, docente, dos técnicos e da gestão. O pesquisador realizou interlocuções com aquelas pessoas a fim de aferir quais eram as compreensões dos mesmos quanto às vivências estudantis dos alunos de graduação maduros.

As interlocuções foram realizadas todas presencialmente no ano de 2023 a partir de conversas francas e intimistas, quando se buscou estabelecer relações de confiança mútua entre pesquisador e agentes contatados.

Em diversas ocasiões posteriores às conversas, perceberam-se retornos dos entrevistados, que ofereciam informações adicionais, todas elas vindas com o objetivo de contribuir para a pesquisa. Estes gestos de generosidade espontânea dos entrevistados foram interpretados pelo pesquisador como mostras de que as tentativas de construir vínculos de confiança foram bem-sucedidas, revelando, também, que a pesquisa fazia sentido para aqueles indivíduos que compunham e construía a universidade.

Cada interlocução presencial individual durou cerca de uma hora e o pesquisador optou por não realizar transcrições integrais das entrevistas, mas descrever os encontros com suas palavras e apresentar o esboço de cada descrição aos entrevistados, permitindo que estes contestassem e/ou complementassem quaisquer passagens das descrições antes que as mesmas fossem inseridas na obra.

Face aos registros, o pesquisador desenvolveu suas análises a partir de questões-problema inicialmente pensadas e dispostas no projeto de pesquisa. As análises foram amparadas pelo referencial teórico selecionado, sucintamente³ já apresentado na introdução deste artigo.

No que concerne aos dados quantitativos, o pesquisador fez solicitações aos setores administrativos das instituições pesquisadas e trabalhou as análises a partir do que foi disponibilizado. Os materiais alcançados evidenciaram que a universidade federal contava de uma base de dados mais significativa que envolvia a variável idade, enquanto que a universidade estadual, embora dispusesse de um anuário estatístico robusto, deixou de registrar a idade (ou ano de nascimento) dos alunos, indicando que não tinha um olhar atento no âmbito institucional para aquela variável – o que reforçou a pertinência/relevância da pesquisa apresentada.

Resultados aferidos

Um primeiro ponto que foi constatado por meio das vozes dos alunos de graduação que ingressaram com mais de 24 anos de idade é que todos eles, em algum momento, revelaram que sentiram desconfortos no percurso da graduação relacionados à questão etária ou geracional.

Existiam diferenças, entretanto, entre as formas como os alunos interpretavam aqueles desconfortos e como a estes reagem, ou seja, existia uma dessemelhança entre as idiossincrasias dos indivíduos.

Todos os alunos entrevistados, em alguma medida, culpabilizavam parcela dos docentes que não enxergava que nas salas de aula se faziam presentes pessoas mais velhas, com experiências de vida distintas das de um recém-egresso da Educação Básica. Assim, na visão deles, existiria uma forte invisibilização das pessoas mais velhas e uma leitura homogeneizante que não se aderiu à realidade contemporânea.

Aqueles mesmos alunos também disseram que os incômodos não advinham apenas dos tratamentos que os docentes reservavam às turmas, mas também da forma como os alunos jovens de turma reagiam à presença de colegas mais velhos nas salas de aula.

Na visão dos alunos entrevistados, não eram incomuns manifestações de desconfiança e até mesmo antipatia por parte dos mais novos, que pareciam não reconhecerem bem os motivos que pudessem levar uma pessoa “mais velha” a fazer um curso de graduação.

Assim, tanto docentes quanto discentes contribuiriam com a criação de uma atmosfera institucional essencialmente voltada à juventude. Discursos institucionais que apelavam para o conceito de “juventude” para referenciar os alunos de graduação também reforçavam a construção de um ambiente razoavelmente “hostil” aos mais velhos.

Em comunicação com psicólogos, assistentes sociais e técnicos em assuntos educacionais que atendiam os alunos que enfrentavam dificuldades, foi revelado que havia alunos maduros que tendiam a culpar a si mesmos por estarem cursando graduação em idade supostamente “inadequada” – o que desvendava que existiam estudantes maduros que incorporavam a ideia de que graduação era um nível de ensino voltado a jovens entre 18 a 24 anos de idade.

Os alunos maduros entrevistados também relataram que o convívio social com as pessoas de fora da universidade também era afetado por estarem cursando graduação. O impacto decorreria não apenas da

escassez de tempos livres, mas também de algumas novas referências acessadas na universidade, o que estimulava um distanciamento em relação a pessoas outrora próximas (como amigos e familiares) que passavam a enxergar aqueles estudantes como “pessoas mudadas”, já apresentando incompatibilidades de ideias e disposições.

Ampararam a interpretação desse fenômeno os conceitos de “experiência dual” (Bourdieu, 2005) e “dupla solidão” (Piotto, 2014), uma vez que aqueles indivíduos não eram muito bem aceitos na universidade, mas tampouco o eram nos ambientes anteriormente frequentados – indicando um efeito severo da experiência universitária em idade supostamente “tardia”.

O segundo ponto merecedor de destaque nas análises foi que quase todos os entrevistados (não apenas os alunos) destacaram que inúmeros professores universitários, no intento de realizarem uma representação abstrata dos alunos, olhavam para si mesmos no passado (quando estavam na condição de estudantes), ou seja, realizavam leituras autorreferenciadas. Em geral, aqueles docentes experienciaram a graduação na condição de jovens e, por isso, teriam algumas dificuldades em reconhecerem realidades diferentes daquelas.

Dois docentes contatados vivenciaram a experiência de realizar uma segunda graduação já com mais idade e demonstravam, sim, serem mais sensíveis àquela realidade. Tratava-se de um docente de Geografia Agrária da universidade estadual e uma docente de Libras da universidade federal – esta última docente, na altura da entrevista, ocupava o cargo comissionado de pró-reitora de assuntos comunitários e políticas afirmativas.

Através das interlocuções, percebeu-se um reconhecimento geral de que aquele apagamento das trajetórias e dos “patrimônios de disposições incorporados” (Lahire, 1999) dos alunos maduros trazia prejuízos

não só para os alunos, como também para as próprias instituições, que desperdiçavam os aportes que aqueles estudantes poderiam oferecer às universidades.

Outro ponto negativo desse apagamento das realidades dos alunos maduros é que isso reverberaria em práticas docentes em descompasso com a realidade objetiva, uma vez que existiria a tendência de se construir a imagem de um “aluno abstrato” que não encontrava correspondência na realidade. Isso contribuiria para a aplicação de trabalhos inefetivos, gerando sensações de fracasso por todas as partes.

A respeito disso, uma autora cujo trabalho contribuiu para o entendimento do fenômeno observado foi Annie Bireaud (1995), que, estudando os impactos da expansão de vagas da escola secundária francesa em décadas finais do século XX, constatou que a organização dos trabalhos docentes a partir de uma imagem abstrata muito diferente da realidade é fator que tende a gerar frustrações. Aquilo que Bireaud percebia nas escolas secundárias francesas em meados dos anos 1990 estaria se revelando razoavelmente também no Brasil na universidade nas primeiras décadas dos anos 2000, guardadas as devidas proporções e fazendo as contextualizações, obviamente.

Um ponto de destaque nos resultados aferidos foi que, apesar de ficar evidente que as instituições não reconheciam muito bem a presença daqueles estudantes e, por isso, não trabalharem com estratégias específicas para um melhor acolhimento daquelas pessoas, existiam ações individuais por parte de alguns agentes que já haviam se sensibilizado com a questão e que desenvolviam mecanismos para um melhor acolhimento, mas aquelas iniciativas isoladas não conseguiam ainda se consubstancializar em políticas de âmbito institucional.

Muitos dos agentes que reconheciam bem o fenômeno eram membros dos quadros técnicos das duas instituições. Todos eles, sem

exceções, relataram que suas vozes não encontravam muita ressonância nos fóruns de decisão das instituições. Desta forma, os técnicos contatados, embora fossem profissionais muito bem qualificados e formados em instituições de excelência, sofriam com o não-reconhecimento de seus trabalhos.

Reforçavam essa percepção das invisibilizações das atuações dos técnicos falas oriundas dos docentes e dos alunos que, algumas vezes, recorriam à “relação professor-aluno” para explicar a universidade, sumariamente excluindo os técnicos que cotidianamente realizavam seus trabalhos em jornadas de trabalho de tempo integral. Assim, tal como as universidades desperdiçavam oportunidades de autodesenvolvimento ao excluir os possíveis aportes dos alunos maduros, elas também incorriam em desperdícios ao ignorar os técnicos bem qualificados, muitos deles já preocupados com a inadequação dos tratamentos reservados a alguns segmentos do quadro discente.

Dentre as pessoas dos quadros técnicos entrevistadas, a que mais revelou ser vítima de desprezo foi uma Assistente Social da universidade estadual. Tratava-se de uma pessoa vinculada à instituição já havia 23 anos, mas que ainda não conseguia muito bem se fazer ouvida nos círculos decisórios, de modo que sua atuação ficava circunscrita/limitada ao seu setor. Ela reconhecia que a instituição poderia enriquecer muito se houvessem ações institucionais melhor organizadas e que recebessem contribuições de todas as categorias. Isso desvelava que a assimetria nas relações de poder dentro das instituições era um problema estrutural a ser enfrentado – fenômeno este bem trabalhado por Foucault (1979).

Estabeleceu-se, também, um enlace entre a falta de políticas institucionais para um trabalho mais efetivo junto àqueles alunos que supostamente destoariam do perfil geral discente e o que Bourdieu e Champagne (2001) chamam de “excluídos do interior” para refe-

reenciar os novos sujeitos da escola francesa, uma vez que foi identificada alguma tendência ao isolamento por parte dos entrevistados e, face ao desamparo (inclusive de colegas), aqueles indivíduos, ainda que presentes da universidade, não se sentiam plenamente integrados junto às turmas. Com isso, a experiência universitária daquelas pessoas era um tanto custosa do ponto de vista emocional e afetivo.

Além destes custos, existiam também outros razoavelmente quantificáveis para aqueles alunos estarem na universidade. Tratavam-se dos chamados “custos de oportunidade”, que dizem respeito às oportunidades que deixaram de ser aproveitadas ao se tomar uma decisão qualquer.

No caso dos alunos de graduação maduros, os custos de oportunidade eram elevados, uma vez que a maior parte daquelas pessoas já havia construído carreiras profissionais e, ao terem de se dedicar à graduação, abdicavam de um tempo considerável que poderia ser dedicado ao trabalho e a outros empreendimentos (o que provavelmente lhes geraria receitas). Assim, por mais que as universidades estadual e federal não cobrassem mensalidade dos alunos, elas não eram exatamente “gratuitas” se se considera que alunos com currículos razoavelmente valorizados no mercado⁴ dedicariam parte expressiva de seus tempos, energias, esforços físicos e intelectuais aos cursos a fim de se graduarem, tendo de se submeter a desgastantes avaliações de profissionais nem sempre mais qualificados e experientes que eles próprios, mas que se encontravam em um posição que lhes possibilitava exercer um “micropoder” sobre os alunos (Foucault, 1979).

Na universidade federal foi realizado um levantamento da idade dos alunos no decênio 2013 - 2022 e, dentro deste recorte temporal, foi identificado que os estudantes maduros correspondem a, aproximadamente, 15% do alunado ingressante (com variações ano após

ano, para mais e para menos). Esse percentual não é um percentual baixo, de modo que o autor reconheceu ser um pouco estranho que o fenômeno não tenha sido muito problematizado (com honrosas exceções).

Observando o quantitativo de estudantes evadidos nos cursos, também se constatou que os índices são mais elevados entre esse alunado maduro. Grosso modo, notou-se que as instituições tendem a interpretar a evasão como sintoma de fracasso dos estudantes, mas se estimou que, no caso dos alunos maduros a evasão não necessariamente representava isso, pois, considerando que os custos de oportunidade desses alunos são maiores, é legítimo que muitos deles tendam a fazer opções nas quais a graduação tenha de ser abdicada. Tratar-se-ia, portanto, de uma decisão deliberada e racional, visando à maximização das vantagens – ao contrário do que seria para um jovem desqualificado que tivesse de abandonar a graduação a contragosto devido a percalços.

Com essa avaliação, fica a consideração de que se trataria de um erro teórico-metodológico tentar interpretar os alunos maduros como um grupo homogêneo (já que inúmeras outras clivagens demarcariam aquele alunado marcado pela diversidade) e também seria um erro avaliar a evasão daqueles alunos do mesmo modo como se avalia a evasão de jovens recém-egressos do Ensino Médio. As motivações e os encargos de cada um teriam de ser considerados, recorrendo-se ao exercício da empatia e libertando-se da simples autorreferenciação (prática que se mostrou muito comum, mesmo entre autoridades da instituição e pessoas supostamente bem preparadas).

Houveram tentativas de se fazer levantamento numérico de alunos ingressantes com idades superiores a 24 anos também na universidade estadual. No entanto, aquela instituição não dispunha dos dados (ou não disponibilizava os dados).

O fato de não apresentar dados sobre a faixa etária dos alunos, mas de apresentar dados sobre outras tantas variáveis, deu mostra de que o tema não é merecedor de atenção naquela outra instituição, fato este corroborado pelos dizeres da pró-reitora adjunta de inclusão e pertencimento, que admitiu francamente que aquela universidade não tinha quaisquer estudos dedicados ao tema e que, por isso, ela não tinha nada que conversar com o pesquisador.

A ausência de dados numéricos e a negativa da pró-reitora adjunta foram considerados dados da pesquisa (e dados dos mais valiosos e significativos!).

Considerações finais

Este breve texto, vale relembrar, se constitui como um resumo expandido da tese de doutorado em educação em processo de realização na Universidade Federal Fluminense e, como em qualquer resumo, foi realizada a seleção de alguns pontos avaliados mais significativos para transmitir a ideia central da obra através de poucas páginas. Desta forma, àqueles leitores interessados em conhecer com mais profundidade e detalhamento a investigação, recomenda-se fortemente o acesso à obra integral (tese de doutorado, a ser disponibilizada em breve no sitio web da CAPES⁵), onde outros pontos não selecionados para este resumo (mas não por isso desimportantes) poderão ser apreciados.

Dentre os pontos de consideração elencados para este resumo, faz-se mister destacar que todos os agentes contatados foram absolutamente atenciosos e prestativos em todos os momentos, isto é: antes, durante e depois das interlocuções. O tratamento qualitativo do fenômeno investigado não seria possível sem a colaboração daquelas pessoas que têm seu anonimato preservado. Tratam-se de atores sociais que, ocupando distintas posições dentro das instituições, ajudam a

construir coletivamente as universidades, sendo justo demarcar o profundo agradecimento do autor a cada um daqueles que colaboraram.

Um ponto que suscitou questionamentos, mas que ao mesmo tempo pareceu ser elemento de grande significado foi que a universidade particular, embora, num primeiro momento, através de uma de suas autoridades, tenha reconhecido a pertinência da pesquisa, cessou a comunicação quando a pesquisa aparentemente chegou à mesa de outros membros do quadro de gestão. Isso foi interpretado como um forte indício de que a universidade privada ainda apresentava severas restrições às pesquisas de dimensão crítica que talvez pudessem desvelar algumas debilidades institucionais.

Sob a lógica capitalista que rege a administração de uma empresa privada, aquilo fazia todo o sentido, uma vez que é de notório conhecimento que as “empresas” não costumam ver com bons olhos pesquisas que possam evidenciar a um público amplo seus problemas internos e suscitar críticas por parte de seus “clientes”. Aferiu-se que, naquela instituição, o alunado estava sendo interpretado como um público consumidor e os estudantes mais velhos como um “nicho de mercado”.

Ao contrário disso, as universidades públicas mostraram-se mais receptivas à entrada do pesquisador. No entanto, um fenômeno que nelas se manifestou foi uma assimetria de discursos entre os anunciados pelos representantes do quadro de gestão (servidores que ocupavam cargos comissionados de confiança) e os anunciados pelos servidores de carreira sem funções gratificadas. Em alguns instantes, foi possível perceber que as pessoas da gestão não assumiam tão francamente algumas insuficiências, ao contrário do que acontecia com os concursados sem cargo de confiança, que desfrutavam de estabilidade nos cargos e falavam francamente sobre os problemas da instituição, sem apresentares receios maiores de sofrer represálias.

Com isso, percebeu-se que as instituições públicas, ainda que não estivessem à mercê dos imperativos do mercado, mantinham alguns representantes com cargo de chefia que serviam como guardiões das suas imagens imaculadas. O autor percebeu que os cargos comissionados e a perspectiva de ascensão dentro da hierarquia universitária eram mecanismos dos quais a estrutura universitária lançava mão para preservar a fachada institucional, deixando-a razoavelmente blindada a críticas.

Deste modo, observando o *modus operandi* de instituições públicas e privadas, é possível inferir que todas elas estavam afetadas por contradições (econômicas ou políticas), sendo necessária a realização de exercício de “descrição densa” (Geertz, 1989) que fosse além do discurso oficial dos agentes ocupantes das cúpulas, isto é: tornavam-se cruciais as interlocuções com pessoas de outras instâncias, como alunos, técnicos e docentes sem cargos de chefia (e sem os compromissos que aquelas posições trazem). Nem sempre as pesquisas tomam esse cuidado, fiando-se essencialmente em discursos de representantes do quadro de comando.

Um ponto revelado que não havia sido estimado quando o projeto foi elaborado foi que seriam os alunos jovens um dos principais responsáveis pelos dissabores experimentados pelos alunos maduros. Isso foi desnudado tanto pelos alunos quanto pelos docentes e técnicos contatados.

Aparentemente, muitos alunos jovens nutriam desconfianças e impaciências em relação aos seus colegas de turma mais velhos e essas “desconfianças”, não tendo sido muito bem superadas, resultavam em manifestações de etarismo, com consequências deletérias para o convívio intergeracional. Alguns estudantes jovens, na visão de diversos alunos mais velhos, estariam impregnados por uma noção de que os maduros estariam “tomando o lugar” dos jovens e, por meio das entre-

vistas com os técnicos com os quais os maduros confienciavam parte de suas intimidades (psicólogos e assistentes sociais, sobretudo), notou-se que alguns daqueles alunos mais velhos incorporavam também essa impressão, culpando a si próprios por estarem em um lugar que supostamente não seria projetado para eles.

O autor encerra este artigo sobre o andamento de sua tese com o registro de que espera que sua pesquisa seja significativa para aqueles que, de uma forma ou de outra, estão envolvidos com a universidade, seja na condição de técnicos, de docentes, de alunos ou mesmo na de representantes da comunidade externa que nutre interesse pela universidade, por compreenderem-na como um patrimônio da sociedade.

Para o autor, que, conforme adiantado, foi um estudante maduro (em sua segunda graduação, no curso de Ciências Econômicas), realizar a pesquisa o ajudou a ressignificar algumas situações vivenciadas, de modo que estima que o mesmo efeito possa ter em quaisquer estudantes maduros que à pesquisa acessem. A estes, o autor lança o convite para que complementem o entendimento do fenômeno a partir de novas referências e interpretações. A discussão está, portanto, em aberto - representando o trabalho uma provocação e contribuição para ela.

Notas

- ¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001
- ² Doutorando em educação pela Universidade Federal Fluminense. Responde pelo e-mail: rs_martins@id.uff.br . Currículo disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9254888175554083>
- ³ Outros autores também foram mobilizados, mas, neste artigo, optou-se por destacar apenas cinco das principais referências teóricas, a fim de não alongar em demasia o texto, que propõe uma síntese da tese.
- ⁴ E dentro de uma região metropolitana cheia de oportunidades como São Paulo.
- ⁵ Sigla de Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, instituição que ajudou a financiar a pesquisa e cujo site é: <https://www.gov.br/capes/pt-br> .

Referências bibliográficas

Baptista, A. V (2013) Estudantes maduros nas universidades: reflexões sobre a ligação entre o ensino superior e o mundo do trabalho - um estudo de caso na Universidade de Aveiro. Revista Politécnica, nº 20, pp. 63 - 96. Vila Nova de Gaia, Portugal. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/6473/1/Revista%20Politecnica_n20.pdf#page=63
Acesso em: 12/05/2021.

Barros, R; Monteiro, A. & Sousa, C. (2019) Autoeficácia formativa e envolvimento nos processos de aprendizagem de estudantes portugueses maiores de 23 anos. Revista Portuguesa de Educação, 32 (1), pp. 140-154. Universidade do Minho, Braga, Portugal. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/122730/2/357429.pdf>
Acesso em: 12/05/2021.

Bireaud, A. (1995) Os Métodos Pedagógicos no Ensino Superior. Porto Ed. Porto, Portugal.

Bourdieu, P (2001) (org.). A miséria do mundo. Vários tradutores. 4ª edição. Editora Vozes, Petrópolis, Brasil.

Bourdieu, P. (2005), Esboço de auto-análise. Trad.: Sergio Miceli. São Paulo: Companhia das Letras.

Bourdieu, P & Champagne, P. Os excluídos do interior. In: BOURDIEU, P. (2001). A miséria do mundo. Trad. M. S. S. Azevedo et al. 4. ed. Petrópolis: Vozes, p. 481-486, .

Elias, N. (1980) Introdução à sociologia. Trad.: Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições 70.

Foucault, M. (1979). Microfísica do poder. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal.

Geertz, C. (1989). Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da

cultura. In: A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

Lahire, Bernard (1999). De la théorie de l'habitus à une sociologie psychologique. Lahire, Bernard. Le Travail sociologique de Pierre Bourdieu. Dettes et critiques, La Découverte, pp.121-152.

Piotto, D. C. (2014). Estudantes das camadas populares na USP: encontros com a desigualdade social. In: OTTO, Débora C. Camadas populares e universidades públicas: trajetórias e experiências escolares. São Carlos (SP). Ed. João e Pedro.

Quintas, H.; Gonçalves, T.; Ribeiro, C. M.; Monteiro, R.; Fragoso, A.; Bago, J.; Santos, L. & Fonseca, H. M. (2014). Estudantes adultos no Ensino Superior: O que os motiva e o que os desafia no regresso à vida académica Revista Portuguesa de Educação, vol. 27, núm. 2, 2014, pp. 33-56 Universidade do Minho, Braga, Portugal. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/374/37437158002.pdf>. Acesso em: 12/05/2021.

João Teixeira Lopes é Professor Catedrático do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e Coordenador do Instituto de Sociologia da mesma Universidade. Publica e pesquisa nos domínios da sociologia da cultura, das desigualdades sociais, da cidade, juventude e educação

Andrea Ruiz Gonzalez é investigadora de doutoramento em Sociologia na Universidade de Valência (Espanha) sobre novas identidades e subjectividades femininas e dissidências moldadas em torno da cultura de dança espanhola Free Party. É licenciada em Sociologia (2014-2018) e mestre em Políticas de Género e Igualdade pela Universidade de Valência. É membro do Sota terra, um coletivo DIY liderado por mulheres que investiga a figura da mulher na festa livre e na cultura da dança.

Francisco Silva Fontes é licenciado em Sociologia e mestre em Ciências da Comunicação, com especialização em Estudos de Média e Jornalismo, pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Com experiência nas áreas do jornalismo e da produção de conteúdos para programas televisivos, atualmente dedica-se ao doutoramento em Sociologia. Este projeto é desenvolvido no âmbito do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Gissele Alves é investigadora de Pós-doutoramento em Sociologia na Universidade do Porto-Portugal, mestra e doutora em Linguística pela Universidade de Brasília (UnB) - Brasil com estágio doutoral na U.Porto. É professora do Instituto Federal de Brasília (IFB) - Brasil.

Jorge Corsi é bacharel em ciências sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), mestre em sociologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) e atualmente bolseiro de doutoramento pelo Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP), com financiamento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Rafael Martins é graduado em Geografia, em Ciências e Humanidades e em Ciências Económicas; é pós-graduado (especialista e mestre) em Educação; é doutorando em Educação. Trabalhou em diferentes segmentos e dedica-se, atualmente, à Educação Superior. Currículo ampliado disponível em: <http://lattes.cnpq.br/9254888175554083>.

Tássia Bertoncini de Almeida possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Mestre em Psicologia Social e do Trabalho pela Universidade de São Paulo. Atualmente doutoranda em Psicologia Social e do Trabalho na Universidade de São Paulo. Integrante do NAST (Núcleo de Ações em Saúde do Trabalhador) e docente da Universidade Nove de Julho.